



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS
PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO
SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS CONTINENTAIS DAS BACIAS AMAZÔNICA E
TOCANTINS-ARAGUAIA (CPG NORTE)

ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA

REUNIÃO MISTA

Belém/PA, 26 e 27 de junho de 2024

1. ABERTURA

Nos dias 26 e 27 de junho de 2024, às 9h00, horário de Brasília, o Coordenador do CPG Norte, Sr. Jocemar Tomasino Mendonça, confirmou o quórum e solicitou a apresentação dos membros.

Posteriormente, foi dada sequência aos ritos iniciais da reunião, cumprimentando a todos e agradecendo a presença, oferecendo as boas-vindas para a 3ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias - Amazônica e Tocantins-Araguaia (CPG Norte), no âmbito da Rede Pesca Brasil.

2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 3ª Sessão Ordinária, realizada em formato híbrido (presencial e por videoconferência):

Coordenação CPG Norte

Senhor Jocemar Tomasino Mendonça (Coordenador) - Presente

Secretaria-executiva do CPG Norte

Sra. Bianca Larissa de Mesquita Sousa (Secretária Executiva) - Presente

Sr. Rafael Fernandes Carneiro (Equipe de Apoio) - Presente

Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)

Sra. Laís Belsito Pestana

Associação Brasileira de Entidades Estaduais de TIC (ABEP)

Sr. Sandro Loris Aquino Pereira

Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva (ANEPE)

Sr. Marcos Glueck

50 + 50 - Bacia do Xingu

Sr. Benedito Brado

BIOLOGIA/UFPA

Sra. Larissa Da Costa

Câmara De Muaná

Sr. Orivaldo P. Martins

Sr. Rosinaldo Costa

Câmara Dos Vereadores

Sr. Bartolomeu Rodrigues

Sra. Claudiane Da Silva

Sr. Gilmar Da Silva

Sr. Nilton Santos

Secretaria Nacional de Pesca Artesanal

Sra. Elis Regina Fernandes dos Santos

Sra. Mariana Cristina Mourão Veiga

Colônia Z-5 Bailique

Sr. Florivaldo Mota Rocha

Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)

Sr. Carlos Eduardo Olyntho de Arruda Villaça

Conselho Federal de Educação Física (CONFAP)

Sr. Ademar Ribeiro De Sousa

Conselho Pastoral dos Pescadores - Arquidiocese de Santarém (CPP)

Sr. Renan Luís Queiroz Rocha

Ecoporé

Sr. Edson Rubens Rodrigues

Engenharia de Pesca - PESCA/UFPA

Sr. Diego Gomes

Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - FEMARH-RR

Sra. Sulamita da Silva Pinto

Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)

Sr. Waquer Pereira Silva

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA AMAPÁ)

Sr. Elione Silva de Miranda

Sra. Marcia Bueno

Sra. Nayara Araújo da Silva

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA/PA)

Sr. Antônio M° De Melo

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)

Sra. Rafaela Nascimento Vicentini

Instituto Federal do Pará (IFPA)

Sra. Manoela Figueiredo

Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), Palmas/Tocantins

Sr. Oscar Barroso Vitorino Júnior

Laboratório de Ictiologia e Ordenamento Pesqueiro do Vale do Rio Madeira (LIOP)/ Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Sr. Igor Hister Lourenço

Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Sra. Suelen Brasil

Sr. Getúlio Rincon Filho

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Sr. Henrique Arakawa

Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Oeste do Pará e Baixo Amazonas (MOPEBAM)

Sr. Edinaldo Rocha da Silva

Núcleo de Pesquisa em Ecossistema Tropicais (Nupecotropic)

Sr. Rangel Eduardo Santos

Núcleo de Pesquisa Sociológica e Teoria Crítica (NUPESC)

Sr. Igor Brito da Silva

Pesquisador autônomo

Sr. Leonardo Castilho-Barros

SAPOPEMA, Santarém

Sra. Poliana Batista da Silva

Secretaria Da Pesca Do Amapá

Sr. Duero Freitas

Secretaria Da Pesca Do Amazonas

Sr. Alessandro Melo

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca (SEDAP)

Sra. Cleydiane Magalhães

Sr. Ediano Gomes

Sr. Thiago Neves

Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Amapá

Sra. Greicy Kelly da Silva Ferreira Costa

Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Pará

Sr. Alexandre Barra Martins

Sr. Elias Fernandes de Medeiros Junior

Sr. Flávio Miranda Gonçalves

The Nature Conservancy

Sr. Fernanda de Oliveira Silva

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Sr. Marcelo Rodrigues dos Anjos

Sr. Carlos Freitas

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Sra. Bianca Bentes

Sr. Francisco Carlos Alberto

Sra. Luiza Prestes de Souza

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Sr. Cristiano Quaresma De Paula

Universidade Federal de Santa Catarina

Sr. Idelmara de Alencar Tinoco

WCS Brasil

Sr. Guilherme Estupinar

3. TEMAS APRESENTADOS/DISCUTIDOS

3.1. APROVAÇÃO DA AGENDA

O Coordenador Sra. Jocemar Tomasino Mendonça (SNPA/MPA) informou que a Sessão foi conduzida conforme o seguinte sumário: 1 - Abertura; 2 - Apresentação dos Participantes; 3 - Aprovação da Agenda; 4 - Aprovação da Ata da 2ª Sessão Ordinária do CPG Norte; 5- Apresentação do Grupo Técnico Científico; 6 - Informes do Fórum Nacional da Pesca Artesanal e do Plano Nacional da Pesca Artesanal (PNPA), calendários das plenárias da região norte, e portaria MPA nº 269, de 11 de junho de 2024; 7 - Informes sobre os TEDs em execução na região norte no âmbito do ordenamento continental; 8 - Impactos das mudanças climáticas e seus efeitos nas comunidades pesqueiras na Amazônia: perspectivas e estratégias para fortalecimento das comunidades pesqueiras. 9 - Apresentação do termo de execução descentralizada “Análise da dinâmica populacional, reprodutiva, situação dos estoques e microeconomia dos grandes bagres na Amazônia Legal; 10

- Sustentabilidade da pesca do Tambaqui (*Colossoma macropomum*); 11 - Controle do Pirarucu (*Arapaima gigas*) exótico na bacia do Rio Madeira; 12- Proposta de alteração da Instrução Normativa Interministerial, MPA/MMA nº 12, de 25 de outubro de 2011, visando permitir o projeto piloto de pesca esportiva no Rio Araguaia no Período de Defeso; 13- Situação da Pesca do Camarão Amazônico (*Macrobrachium amazonicum*) e Ordenamento do Caranguejo-Uçá (*Ucides cordatus*); 14- Demandas recebidas na Secretaria Nacional de Pesca Artesanal; 15- Informes da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura; 16 - Histórico sobre o ordenamento da pesca na região do Xingu e retomada do acordo de cooperação técnica com a Norte Energia; 17- Devolutiva das recomendações da segunda reunião ordinária do CPG Norte; 18- Construção das recomendações da 3ª sessão ordinária do CPG Norte; 19 - Contribuições dos membros; 20 - Definição de Data da 4ª Sessão do CPG Norte e 21 - Encerramento.

Em seguida, submeteu a sua aprovação à Plenária. Não havendo mais manifestações, o Coordenador declarou aprovada a agenda da 3ª Sessão Ordinária do CPG Norte.

3.2. Portaria de designação do Grupo Técnico Científico do CPG Norte.

O Sr. Jocemar Tomasino Mendonça, Coordenador do CPG Norte, apresentou a minuta da portaria que designará os membros do GTC. Mencionou-se que 20 membros do GTC estarão colaborando com a sequência de atividades.

Destacou-se que, sempre que necessário, haverá avaliações e pareceres técnicos sobre determinados temas, que serão discutidos e posteriormente encaminhados ao grupo para que possam emitir um parecer e fornecer informações técnico-científicas sobre cada tema a ser debatido no dia 3, no CPG.

O Coordenador também explicou que, como coordenador desse grupo, é chamado de "Cristo," e ele será responsável por animar e aglutinar todas as atividades do CPG. Além disso, mencionou que ele estará presente nas próximas reuniões.

Ao concluir sua fala, Jocemar passou a fala para o Professor Doutor Marcelo dos Anjos que expressou que é um prazer participar de um grupo tão seletivo. Ele espera poder contribuir na gestão do GTC e nas demandas geradas pelo CPG, especialmente nestes tempos vindouros e difíceis para a pesca, sobretudo na região da Amazônia. Dr. Marcelo enfatizou que conta com todos e está aberto a discussões, novas proposições e ideias para melhorar a gestão da pesca. Ele finalizou agradecendo pela oportunidade.

3.3. Informes do Fórum Nacional da Pesca Artesanal e do Plano Nacional da Pesca Artesanal (PNPA), calendários das plenárias da região norte, e portaria MPA nº 269, de 11 de junho de 2024

Jocemar deu início à apresentação do Fórum Nacional da Pesca Artesanal, esclarecendo que o fórum foi instituído dentro da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, parte do Ministério da Pesca e Aquicultura. Esse fórum reúne representantes de várias instituições e organizações relacionadas à pesca e tem como atribuição, além de nortear as atividades da SNPA, conduzir a construção do Plano Nacional da Pesca Artesanal (PNPA) em todo o Brasil.

Ele explicou que o Plano Nacional da Pesca Artesanal é um documento que está sendo elaborado e que

deverá ser finalizado no ano de 2025. Esse plano irá nortear as ações do Ministério da Pesca e Aquicultura pelos próximos 10 anos, orientando as políticas relacionadas à pesca no Brasil. O plano será construído através de reuniões em todo o país, com a participação de pescadores, gestores e representantes dos ministérios envolvidos com a pesca artesanal.

As reuniões serão distribuídas por todo o Brasil, sendo duas na região Norte, duas no Nordeste, uma no Centro-Oeste, uma no Sul e uma no Sudeste. As inscrições já foram iniciadas, e os pescadores, pescadoras e demais envolvidos com a pesca podem se inscrever online. O Coordenador do CPG destacou que os participantes das reuniões serão escolhidos de acordo com critérios que envolvem diversidade de gênero, regiões abrangidas e representatividade das atividades pesqueiras, tanto costeiras quanto continentais.

Durante essas reuniões, serão levantadas e discutidas demandas relacionadas a sete temas diferentes, incluindo fiscalização, a questão das mulheres na pesca, saúde, educação, e outros. As demandas serão encaminhadas para as instituições competentes, buscando soluções que envolvam

Jocemar destacou a importância das questões de gestão pesqueira, que envolvem temas como fiscalização e outras questões voltadas à pesca. Cada uma das regiões do Brasil realizará um levantamento dessas demandas, começando por duas regiões no Norte. Essas reuniões, chamadas de plenárias, servirão para escolher delegados que participarão da última plenária, que ocorrerá em Brasília.

Na plenária de Brasília, as demandas levantadas nas regiões serão organizadas e estruturadas para serem atendidas ao longo de 10 anos, visando o desenvolvimento sustentável da pesca. Após a elaboração do documento, ele será publicado no Diário Oficial, tornando-se um instrumento oficial. O Coordenador enfatizou a importância de que pescadores, pescadoras, gestores, órgãos governamentais e toda a cadeia produtiva se inscrevam para participar e contribuir na construção desse documento, que norteará as ações para o melhor desenvolvimento da pesca em todo o Brasil.

Ela informou que, especificamente para a região Norte, as inscrições para a primeira plenária, que inicialmente iam até o dia 22, foram prorrogadas até o dia 28 deste mês. Assim, os interessados ainda têm tempo para se inscrever. Caso alguém tenha dificuldade com o acesso à internet, é recomendado procurar o Ministério da Pesca e Aquicultura ou os canais da Secretaria Nacional de Pesca para auxílio na inscrição.

A primeira plenária do Norte, que envolve os estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, será realizada em Manaus no dia 16 de agosto. A segunda plenária do Norte, que abrange os estados do Amapá, Pará e Tocantins, terá inscrições abertas no final deste mês, de 30 de julho a 6 de agosto, e será realizada em Belém de 28 a 30 de agosto.

Jocemar também mencionou que as inscrições para a plenária do Centro-Oeste já foram concluídas, com o evento programado para ocorrer de 17 a 19 de julho, em Campo Grande. As inscrições para a plenária do Sudeste também já foram realizadas, e o evento ocorrerá em Vitória de 29 a 31 de junho.

Finalmente, as inscrições para as plenárias do Nordeste começarão em breve. A primeira plenária do Nordeste ocorrerá de 22 a 27 de setembro, com a reunião em Fortaleza marcada para os dias 30 de outubro e 1º de novembro.

Após concluir os informes, Jocemar abriu o espaço para dúvidas. Nesse momento, o **Sr. Florivaldo Mota Rocha**, da Colônia Z-5 de Bailique, no estado do Amapá, manifestou sua preocupação com a limitação de tempo para as inscrições. Ele destacou que, com apenas quatro dias disponíveis na semana para realizar essas inscrições, o prazo parece muito curto. Além disso, questionou sobre a quantidade de pessoas que participarão de cada plenária, mencionando que atrasos podem levar à perda do espaço para inscrições.

Florivaldo Rocha indagou sobre a divisão de representatividade nas plenárias. Ele gostaria de saber quantas pessoas são esperadas em cada plenária, especificamente para a plenária Norte 2, que incluirá os estados do Amapá, Pará e Tocantins. Perguntou se há um limite de inscrições por estado e expressou sua preocupação com a possibilidade de que o Amapá possa não conseguir se inscrever a tempo.

Ele também mencionou que a ocupação de tempo pode ser um problema, considerando que há apenas quatro dias disponíveis na semana para concluir as inscrições. Florivaldo reiterou que, se não conseguir realizar a inscrição dentro do prazo estipulado, pode ficar de fora.

Em resposta, Jocemar esclareceu que, sim, haverá divisão por estado entre os participantes. A proporção será baseada no número de RGPs de cada estado.

Cada estado terá um número definido de vagas, que serão distribuídas conforme os requisitos de paridade de gênero e a qualidade das atividades pesqueiras. A diversidade das pescarias será levada em conta, garantindo a representação de diferentes tipos de pesca de cada estado.

Jocemar também mencionou que, mesmo que algum estado encontre dificuldades para se inscrever, a SNPA deve ser comunicada para que providências possam ser tomadas posteriormente. A presença de todos os estados nas plenárias será garantida.

Ressaltou-se que, devido à limitação de vagas, não é possível incluir todos os inscritos em uma única plenária. Portanto, foram criados critérios para selecionar os participantes com base nas qualidades das atividades pesqueiras de cada estado.

Além disso, haverá plenárias regionais abertas. Se, por exemplo, o pessoal do Amapá desejar realizar uma plenária regional, essa possibilidade está disponível. As plenárias regionais podem ser comunicadas ao Ministério para serem realizadas posteriormente e suas contribuições serão enviadas a Brasília.

O **Dr. Marcelo dos Anjos** perguntou sobre o prazo de inscrição para a plenária Norte 1, observando que ele sabia que a data já havia sido prorrogada e pediu informações sobre até quando o período estaria aberto. Jocemar respondeu que o prazo de inscrição foi estendido até o dia 28 do mês de junho. Em seguida, Dr. Marcelo dos Anjos levantou outra questão relacionada ao perfil dos participantes. Ele mencionou que as pessoas escolhidas para a plenária seriam delegadas de acordo com os critérios previamente estabelecidos por regimento interno do Fórum Nacional da Pesca Artesanal. Ele também questionou se alguns técnicos poderiam participar da plenária, além dos delegados.

Jocemar confirmou que os técnicos também podem se inscrever para a plenária. Ela explicou que haverá uma classificação para os técnicos, que ocuparão cerca de 20% das vagas em cada plenária. Esse critério será aplicado tanto nas plenárias regionais quanto em Brasília, onde o documento será finalizado. Ela acrescentou que os técnicos também passarão por um processo de seleção. Em seguida, o **Sr. Bernardino Nogueira dos Santos** fez uma indagação sobre a plenária referente aos estados do Amapá e Pará. Ele solicitou esclarecimentos sobre a participação do Maranhão, destacando a importância da questão da pesca para esse estado. Bernardino expressou sua preocupação com a divisão, questionando como o Maranhão foi incluído na divisão das plenárias e se a participação do estado foi devidamente considerada.

Em resposta ao questionamento do Sr. Bernardino, Jocemar Tomasino Mendonça esclareceu que o Maranhão está incluído na plenária do Nordeste. A plenária para essa região será realizada em Fortaleza, de 30 de outubro a 1º de novembro. A inscrição para os estados do Ceará, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte

ocorrerá entre os dias 20 de agosto e 17 de setembro. Jocemar explicou que as demandas de cada estado serão identificadas e discutidas durante as plenárias regionais. A similaridade entre questões de diferentes estados será analisada e as demandas serão apresentadas na plenária nacional em Brasília. O objetivo é assegurar que questões semelhantes, embora discutidas em plenárias regionais distintas, sejam integradas de forma coesa na plenária nacional. Ela ressaltou que o processo visa identificar e agrupar demandas regionais e apresentar soluções de forma unificada no nível nacional. A plenária nacional reunirá representantes de todas as regiões, possibilitando uma abordagem abrangente e coordenada das questões. Bernardino Nogueira dos Santos confirmou o entendimento e afirmou que agora compreende o processo descrito por Jocemar.

Tendo sanado todas as dúvidas referentes ao Fórum Nacional da Pesca Artesanal e ao Plano Nacional da Pesca Artesanal, o Coordenador do CPG deu continuidade à agenda proposta iniciando o tópico “Informes sobre os TEDs em execução na região norte no âmbito do ordenamento continental”.

3.4. Informes sobre os TEDs em execução na região norte no âmbito do ordenamento continental

Jocemar Tomasino Mendonça mencionou que o próximo item da pauta são alguns informes sobre os termos de execução descentralizado (TED). Ele explicou que o processo é descentralizado e está em execução na região Norte, no âmbito do ordenamento continental.

Jocemar observou que, no ano passado, foram identificadas algumas demandas em relação ao CPG.NORTE, especialmente a Resolução 48, que estabelece os períodos de defeso para a maioria das pescarias da região Norte.

Ele afirmou que, visando atender a essas demandas, especialmente a Resolução 48 e uma segunda demanda relacionada à pesca da piracatinga no estado do Amazonas, foram assinados dois termos de compromisso com a Universidade Federal do Amazonas. Os TEDs têm como objetivo criar bases para o manejo pesqueiro das espécies amazônicas, com ênfase nas espécies que migram sazonalmente para reprodução.

Jocemar indicou que há 15 espécies listadas na Resolução 48, enquanto a resolução principal abrange 28 espécies. Ele detalhou que serão reunidas várias informações técnico-científicas sobre essas espécies e que o objetivo é obter subsídios suficientes tanto no CPG quanto nas reuniões territoriais, onde serão discutidas as normas que regulam os períodos de defeso na região Amazônica e no Tocantins-Araguaia.

Essas discussões ocorrerão com o corpo técnico e o Ministério do Meio Ambiente nos territórios.

Além disso, Jocemar mencionou um projeto técnico em parceria com a Universidade Federal do Amazonas, que aborda a delicada questão da pesca da piracatinga. Ele explicou que a pesca da piracatinga ocorre principalmente no Rio Solimões e está em moratória há 8 anos.

TEDs em execução com a Universidade Federal do Amazonas:

1. Bases para o manejo pesqueiro de espécies amazônicas, com ênfase em espécies que migram sazonalmente para reprodução. Com colaboração do Professor Carlos Edwar
2. Bases para a pesca ordenada e sustentável da Piracatinga (*Calophysus macropterus*). Com colaboração da Professora Maria Angélica.

A Universidade Federal do Amazonas está realizando estudos sobre essa atividade para fornecer

subsídios e reavaliar a possibilidade de sua retomada. O objetivo é que a atividade seja executada de forma sustentável e com menos impacto na região, envolvendo cerca de 2.000 pessoas, que são socioeconomicamente vulneráveis, principalmente mulheres e famílias.

Essa atividade abrange a região que vai de Manacapuru a Manaus e até Tabatinga e Letícia. O estudo está sendo conduzido pela professora e os presentes na reunião incluem o professor Carlos Eduardo de Freitas e a professora Maria Angélica, envolvidos com a pesca do sul e a piracatinga.

Jocemar Tomasino Mendonça informou que, assim que a Professora Maria Angélica finalizar, ela trará os resultados mais atualizados sobre o estudo para Inês. Ele explicou que o estudo é sobre a pesca sustentável e a criação de estratégias para a pesca da piracatinga. Jocemar tranquilizou, dizendo que a Professora estará presente na reunião para iniciar as discussões.

TED em execução na Universidade Federal do Pará

1. Construção de quatro armadilhas fixas (Currais de Pesca) em áreas pesqueiras na região de Bragança. Com colaboração do Professor Carlos Holanda.

Ele mencionou que o próximo item é um estudo conduzido pelo professor Carlos Holanda, que está sendo realizado na região de Bragança, no Pará. O estudo aborda a construção de quatro armadilhas, conhecidas como currais de pesca.

Essa demanda surgiu dos próprios pescadores da região, que solicitaram à Universidade Federal do Pará que realizasse os estudos necessários. O Professor Carlos Holanda explicou que o projeto está sendo desenvolvido desde 2018. Ele mencionou que a iniciativa surgiu a partir de uma demanda de um aluno seu, cujo pai e irmão trabalham com pesca. A necessidade identificada foi a de melhorar o manejo e a estrutura das armadilhas de pesca.

O Professor destacou que já foram encontradas algumas dificuldades, como questões relacionadas à sinalização e à estrutura das armadilhas, que são pouco conhecidas na região. Ele lamentou a falta de fotos do tipo de armadilha conhecida como "curral de pesca", mas observou que a maioria das pessoas na região está familiarizada com o conceito.

A vantagem das armadilhas é a sua capacidade de capturar peixes pequenos, o que é uma especialidade do projeto. Devido às dificuldades enfrentadas, o grupo entrou em contato com o Ministério para obter recursos para construir quatro protótipos desses modelos em áreas separadas, com o objetivo de testar e avaliar a eficácia do projeto.

Os testes serão realizados na área de Bragança, especificamente em Ajuruteua e nas praias próximas. A ideia é expandir a iniciativa para todo o estado do Pará no futuro. O Professor concluiu que, basicamente, o projeto visa testar e validar essas armadilhas como um piloto para potencial implementação em maior escala.

Após a breve apresentação do **Professor Carlos**, Jocemar perguntou ao grupo se alguém gostaria de fazer perguntas sobre os TEDs apresentados. Jocemar também sugeriu, como encaminhamento para a próxima reunião do CPG Norte, uma apresentação mais aprofundada sobre o projeto.

Antes de abrir a palavra para os membros do CPG, Jocemar falou um pouco sobre o projeto que está em fase de implementação. O projeto foi assinado recentemente e ainda está na fase de instalação. Jocemar mencionou que, na próxima reunião do CPG Norte, o professor fará uma apresentação detalhada do projeto.

Ele ressaltou que o projeto é interessante porque o CPG Norte tem representantes do setor pesqueiro, o

que é relevante para buscar uma ampliação futura. O objetivo é desenvolver um modelo sustentável para a pesca na região, com ênfase em alternativas que possam ser aplicadas em áreas específicas, incluindo o Maranhão.

Jocemar explicou que o projeto envolve um sistema de captura que utiliza armadilhas fixas, conhecidas como currais, que são comuns na região. Esses aparelhos são encontrados em diferentes dimensões e são usados também em outras regiões do Brasil, como o Nordeste e o Rio de Janeiro. A ideia é adaptar o sistema às características regionais e às necessidades dos pescadores locais. Ele destacou que, na região de São Paulo, há mais de 300 desses aparelhos instalados, embora os produtos visados possam ser diferentes.

Jocemar concluiu enfatizando a importância do projeto para a pesca sustentável, não apenas na região Norte, mas também para grande parte do litoral.

Florivaldo Rocha mencionou que na pauta da apresentação dos prédios sentiu falta do Ted, que inclusive foi discutido anteriormente. Ele também comentou sobre a última reunião do CPG, que ocorreu em Santarém, e a revisão da portaria 166. Filico Rocha sugeriu que seria útil se Jocemar pudesse explicar o andamento desse assunto.

O **Sr. Florivaldo Rocha** solicitou uma explicação detalhada sobre o progresso da proposta, uma vez que algumas pessoas, incluindo o presidente da federação, têm questionado sobre o tema. Ele ressaltou que é importante esclarecer como está a proposta, que surgiu a partir de uma reunião realizada no Amapá, abordando uma demanda dos pescadores palmenses do Amapá. Essa proposta também é relevante para o litoral brasileiro, especialmente no que se refere à questão da pesca de emalhe.

Em resposta ao questionamento de Florivaldo, Jocemar explicou que o projeto trata do levantamento sobre a pesca de emalhe no Amapá. Inicialmente, o projeto visava apenas a catalogação, mas foi ampliado para incluir o monitoramento dessa atividade na região.

O projeto teve dificuldades para ser finalizado no passado, mas este ano foi reestruturado com uma abordagem mais ampla. Foi encaminhado o projeto em uma forma mais detalhada, que inclui tanto a catalogação quanto o monitoramento das atividades de pesca no Pará e no Amapá. O objetivo é buscar uma regulamentação ou regularização ordenada das embarcações envolvidas.

Atualmente, a normativa de 2007, que proíbe a regularização de novas embarcações acima de 2 AB, está em vigor. O projeto visa criar um modelo para subsidiar a análise da revisão dessa norma, que afeta todo o litoral brasileiro. Para isso, será realizado um piloto com 450 embarcações, analisando cada uma delas para desenvolver um modelo de organização do setor.

O projeto está em andamento, e a equipe está retomando os contatos com a Universidade Federal do Pará para buscar financiamento. Devido a problemas burocráticos no passado, o projeto foi quase totalmente desfeito e terá que ser reiniciado. O projeto foi encaminhado para análise e estão resolvendo as questões burocráticas para permitir a análise da frota de emalhe no Amapá e subsidiar a revisão da normativa de 2007.

O Coordenador concluiu a primeira parte das discussões planejadas para a manhã e convidou os presentes para um intervalo breve de quinze minutos.

3.4 IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SEUS EFEITOS NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS NA AMAZÔNIA: PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS PARA FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS

Dando continuidade às apresentações previstas na agenda, Jocemar convidou a Coordenadora-Geral de Gestão Participativa Costeiro-Marinha do Ministério da Pesca e Aquicultura, Adayse Bossolani da Guarda, para compartilhar com os presentes a apresentação intitulada “Impactos das mudanças climáticas nas

comunidades pesqueiras na Amazônia: Perspectivas e estratégias para fortalecimento das comunidades pesqueiras”.

Jocemar, em seu pronunciamento, apresentou o seguinte item da pauta: os impactos das mudanças climáticas nas comunidades pesqueiras na Amazônia, abordando perspectivas e estratégias para o fortalecimento dessas comunidades. Ele destacou que as mudanças climáticas têm causado sérios desafios, não apenas na Amazônia, mas em diversas regiões do Brasil. Muitas vezes, esses impactos são exacerbados por ações humanas locais, o que tem trazido dificuldades significativas para a pesca em geral e, em particular, para as comunidades pesqueiras.

Jocemar também mencionou que, no ano de 2023, foram registradas secas na bacia amazônica e cheias no sul do país, problemas que se repetiram este ano com maior intensidade. Ele explicou que a apresentação de Adayse Bossolani da Guarda incluirá dados e informações que auxiliarão nas discussões e na busca de soluções para esses problemas. A palestra servirá para entender melhor os impactos das secas e cheias, que têm afetado cada vez mais a região amazônica e outras partes do Brasil.

Além disso, Jocemar lembrou que a apresentação foi agendada como um seguimento das recomendações feitas na reunião do CPG em Santarém, ocorrida em setembro do ano passado. Naquela ocasião, já se apontava a necessidade de iniciar trabalhos para mitigar os impactos das grandes secas na região, especialmente na parte alta da bacia amazônica.

A **Sra. Adayse Bossolani da Guarda** iniciou sua apresentação ressaltando que o tema abordado é urgente e fundamental: os impactos das mudanças climáticas nas comunidades pesqueiras, com foco especial nas comunidades amazônicas.

Ela destacou a importância de discutir o assunto com base em conhecimento técnico e científico. Adayse enfatizou que o papel do governo é crucial para implementar políticas de proteção ambiental e conservação dos ecossistemas aquáticos. Além disso, é necessário garantir a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e implementar programas de apoio econômico, como subsídios e seguros para pescadores, para ajudar as comunidades a superar dificuldades financeiras imediatas.

Adayse ressaltou a necessidade de promover práticas sustentáveis como uma prioridade e mencionou a importância de programas de educação, treinamento e capacitação, tanto para a comunidade quanto para técnicos e gestores. Estes programas devem integrar conhecimentos tradicionais e científicos para criar e implementar estratégias de mitigação eficazes.

Ela também destacou que o governo deve investir em infraestrutura de apoio, como sistemas de monitoramento e previsão climática, para que as comunidades possam se preparar para eventos climáticos extremos com maior eficiência. Adayse ressaltou a importância de desenvolver um sistema robusto de previsão climática em parceria com as comunidades, permitindo a tomada de decisões informadas e oportunas.

Adayse concluiu que a adaptação às mudanças climáticas é um desafio contínuo e uma realidade que deve ser abordada em todas as esferas de planejamento e ação. Ela enfatizou a necessidade de políticas públicas eficazes, garantias de infraestruturas adequadas e programas educacionais para preparar as comunidades para lidar com os impactos das mudanças climáticas.

Ela ressaltou a importância do planejamento de recursos hídricos, incluindo a criação de reservas de água e o manejo sustentável dos corpos d'água, garantindo a disponibilidade contínua de água para pesca e outras necessidades. Adayse argumentou que políticas de adaptação devem ser desenvolvidas para fortalecer a resiliência das comunidades pesqueiras, como a criação de reservas extrativistas e áreas de proteção.

Ela também mencionou a importância de preservar o modo de vida tradicional das comunidades pesqueiras, assegurando um futuro sustentável para a pesca artesanal na Amazônia e em outras regiões do Brasil. Adayse lembrou que tanto a Amazônia quanto os oceanos são reguladores climáticos essenciais e que qualquer desregulação impactará o planeta como um todo.

A gestão integrada foi outro ponto central abordado por Adayse. Ela afirmou que o Ministério da Pesca e Aquicultura precisa trabalhar em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Desenvolvimento Social e outras pastas do governo federal, garantindo a qualidade de vida e a continuidade do trabalho de grupos específicos, como os pescadores artesanais. Essa colaboração deve se estender desde o nível federal até os níveis estaduais, municipais e unidades de conservação.

Adayse finalizou sua apresentação destacando a necessidade de estar preparado e ter gestores responsáveis para lidar com eventos climáticos. Ela enfatizou que, se medidas de prevenção forem ignoradas, os danos serão mais graves e mais difíceis de reverter. Adayse pediu que todos considerassem a importância de discutir e agir em relação às mudanças climáticas para garantir a continuidade da vida e a saúde dos ecossistemas.

Por fim, Adayse expressou a esperança de ter apresentado um panorama geral e amplo sobre a necessidade de discutir e agir em relação às mudanças climáticas. Ela destacou que é essencial tomar medidas imediatas para garantir a continuidade da vida e a preservação dos ecossistemas.

Jocemar Tomasino Mendonça parabeniza Adayse pela apresentação, destacando sua importância. Ele reforça a necessidade de políticas públicas, especialmente em relação à integração entre o governo federal, estadual e municipal. Embora o Amazonas tenha 97% de sua floresta preservada, o estado enfrenta dificuldades, como a pior seca do ano passado, que se estende para este ano.

Jocemar menciona que o governo, juntamente com o Ministério da Pesca e Aquicultura, está se adiantando para corrigir os problemas causados pela baixa das águas, como no Rio Madeira. Ele cita as dragagens já em andamento, que visam aprofundar o rio como uma medida paliativa, mas que precisarão ser repetidas anualmente caso as secas continuem, conforme alertado por cientistas.

Além disso, Jocemar destaca que o governo federal tem um plano de cinco anos para ajudar as comunidades ribeirinhas, expressando preocupação com a situação enfrentada no ano passado em localidades como Uarini e Alvarães, no médio Solimões. Ele descreve como o Rio Solimões, que antes tinha 15 metros de largura, reduziu-se a uma faixa estreita, dificultando o abastecimento das cidades e o acesso à água potável. Como resposta, o governo federal está adquirindo filtros de carvão ativado para garantir água limpa para consumo, mesmo quando a água captada esteja em condições ruins.

Jocemar também aborda a antecipação de medidas para apoiar os pescadores artesanais, incluindo o seguro-defeso, que no estado do Amazonas conta atualmente com 92 mil registros ativos (RGPs). No entanto, ele reconhece que o número real de pescadores é muito maior. A situação dos armadores, que enfrentam dificuldades para atracar seus barcos devido à seca dos rios, também é mencionada.

Por fim, Jocemar agradece pelas informações compartilhadas e relata que, no Amazonas, o Rio já está abaixo de 3 metros na cabeceira de Manacapuru e 5 metros em Tabatinga. Ele afirma que a equipe de dragagem está sendo preparada e que estão sendo feitas seleções de cestas básicas junto ao Ministério do Desenvolvimento Social, em resposta ao questionamento feito anteriormente. Ele também agradece pela antecipação do seguro-defeso extraordinário, que movimentou a economia e garantiu o auxílio para os pescadores da região norte, incluindo o Amapá, Acre, Roraima, Rondônia e Amazonas.

Ele finaliza mencionando a importância da participação no plano setorial de adaptação ao plano climático, reforçando que o foco deve ser tanto em respostas de curto, médio e longo prazo.

Após suas intervenções, Jocemar abriu um espaço para que os membros pudessem fazer perguntas referentes ao tema apresentado por Adayse.

O **Sr. Alessandro iniciou** sua fala parabenizando Adayse pela apresentação e agradecendo o convite. Em seguida, ele compartilhou algumas percepções sobre a situação na região do PAE Lago Grande, especialmente em relação ao último evento de seca. Ele destacou que o evento foi observado de perto e chamou atenção para a questão da intersetorialidade.

Ele explicou que os impactos observados variam conforme a localização geográfica. Comunidades ligadas à pesca no Amazonas enfrentaram desafios diferentes das comunidades do Tapajós, assim como aquelas no interior, que sofreram perdas na produção agrícola. A seca resultou em pioras nas condições de subsistência, saúde e educação, com escolas sendo fechadas devido à falta de acesso e merenda.

Alessandro ressaltou que a Amazônia, como região baseada no regime hídrico, viu um verdadeiro colapso durante a seca. Embora o número de vítimas fatais tenha sido menor, ele comparou a magnitude do evento àquela observada no Rio Grande do Sul, destacando que ambos foram extremos de imensa intensidade.

Ele expressou preocupação com as previsões que indicam a recorrência de tais eventos, especialmente no setor pesqueiro, onde não há tempo suficiente para a recuperação ecológica das comunidades aquáticas antes de novos impactos. João Paulo enfatizou a importância de articular todas as políticas públicas, secretarias e ministérios para mitigar os impactos de eventos dessa magnitude.

Por fim, Alessandro informou que foi aprovado um projeto para acompanhar a situação dentro de uma comunidade pesqueira na região do PAE Lago Grande. Ele colocou o grupo à disposição para participar de discussões e compartilhar os resultados obtidos a partir do trabalho realizado na região do Tapajós e do Baixo Amazonas.

O **Sr. Henrique Arakawa**, do Ministério do Meio Ambiente, gostaria de saber se o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) está participando do desenvolvimento do Plano Nacional de Adaptação ao Clima. Ele mencionou que participou, até a semana passada, de oficinas do plano setorial como representante do Departamento de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros, focando na parte de mitigação.

Henrique Arakawa observou, em discussões com colegas do Ministério do Meio Ambiente, que para o setor de Recursos Pesqueiros é mais relevante trabalhar com adaptação do que com mitigação. Ele destacou que, considerando o crescimento e o impacto das mudanças climáticas, é fundamental que o setor se concentre na adaptação para lidar com os desafios. Arakawa gostaria de saber se o MPA está engajado no plano setorial de adaptação ao clima, pois acredita que isso é importante.

Ele ressaltou que, enquanto o Plano Nacional de Adaptação ao Clima aborda soluções de médio e longo prazo, é crucial não perder o foco apenas nas respostas momentâneas. A seca intensa, que já está afetando o Pantanal e pode se repetir, exige uma abordagem abrangente que considere tanto os impactos imediatos quanto as estratégias de longo prazo.

Por fim, Arakawa enfatizou a importância da participação do MPA nos planos setoriais de adaptação ao clima, se ainda não estiver envolvido, para assegurar que o setor de Recursos Pesqueiros esteja adequadamente preparado para enfrentar os desafios futuros.

O **Sr. Carlos** expressou sua preocupação com algumas espécies de grande importância, especialmente aquelas que têm um gatilho ecológico para migrar e desovar no início da enchente no Amazonas. Ele explicou

que, quando o timing da enchente muda, essas espécies podem sofrer um processo de resolução das gônadas, o que pode levar a uma quebra no recrutamento dessas espécies. Esse impacto pode ser silencioso no ano atual, mas resultar em problemas nos anos seguintes, afetando o desembarque futuro.

Carlos sugeriu que seria prudente monitorar os efeitos biológicos nessas espécies para evitar quebras de recrutamento e problemas nos desembarques futuros. Ele pediu que a pesquisa no futuro considere esses aspectos para evitar impactos negativos.

Em resposta às perguntas feitas pelo grupo, Adayse explicou que têm trabalhado na gestão e recuperação de espécies na Secretaria de Pesca e no Ministério, em um esforço coordenado. Ela ressaltou que a necessidade de colaboração surgiu após a identificação de falhas em momentos críticos, que levaram a perdas significativas em algumas espécies.

Adayse mencionou que já foram desenvolvidos alguns projetos para abordar essas questões e melhorar a situação. Ela então pediu a Jocemar Tomasino Mendonça para complementar sua fala sobre o assunto.

Complementando a fala de Adayse, Jocemar Tomasino Mendonça abordou diversos pontos importantes sobre a gestão das espécies e a necessidade de monitoramento adaptativo.

Jocemar iniciou mencionando a questão do monitoramento das espécies mais sensíveis, destacando a importância de considerar as mudanças ecológicas e os impactos sobre a reprodução e o recrutamento das espécies. Ele sugeriu que uma estratégia eficaz seria implementar uma resposta rápida por parte do Ministério das Cidades, para permitir a correção ou minimização dos impactos adicionais e sinérgicos sobre a sobrevivência das espécies.

Jocemar ressaltou que, embora o manejo adaptativo seja um sonho, é um objetivo fundamental que começa com um planejamento sólido. A recuperação e a construção de novas informações são essenciais para compreender a magnitude dos impactos e como eles afetam as espécies e o ambiente. Ele observou que a diversidade ambiental e a adaptação dos manejos são cruciais para minimizar pressões fatais sobre as populações.

Ele também comentou sobre a diferença nas condições de água entre diferentes regiões, como Leticia, Tabatinga, Manaus e Manacapuru, e como essas variações evidenciam a necessidade de manejos específicos e adaptativos para cada área. A coleta de informações empíricas e científicas, além da experiência dos pescadores, é essencial para uma gestão eficaz.

Jocemar finalizou destacando que, embora o governo tenha recursos limitados para pesquisas, é vital buscar as informações necessárias para uma gestão pesqueira eficiente, considerando tanto as demandas imediatas quanto as de médio e longo prazo.

O Sr. Carlos Eduardo Olyntho de Arruda Villaça, que atende por Cadu, do CONEPE, iniciou sua fala expressando gratidão a Adayse pelas contribuições que trouxe, considerando-as extremamente necessárias. Durante o intervalo para o café, houve uma rápida conversa que Cadu acredita ser relevante para a reflexão geral e possível construção de encaminhamentos.

Cadu destacou que, em situações emergenciais, muitas vezes a solução imediata é pensar na dragagem, mesmo para pequenas alterações no fluxo d'água. No entanto, ele observou que projetos de infraestrutura, muitas vezes grandes e agressivos, podem transformar ecossistemas inteiros, como no caso de dragagens e enrocamentos. Isso pode resultar em impactos significativos sobre os recursos pesqueiros, que podem afetar a pesca no futuro.

Ele sugeriu que é crucial chamar a atenção do Ministério da Pesca e Aquicultura, que supervisiona essas

questões, para que preste mais atenção nos relatórios de impacto ambiental e nos sistemas de licenciamento associados a essas obras. Cadu enfatizou a importância de refletir sobre esses impactos e buscar uma abordagem mais equilibrada entre as necessidades emergenciais e a gestão sustentável dos recursos pesqueiros.

Cadu concluiu observando que, enquanto lidamos com questões emergenciais, também devemos considerar os recursos e impactos de longo prazo, agradecendo pela atenção.

Rangel Santos iniciou sua fala com um bom dia a todos. Ele expressou o desejo de chamar a atenção para a recente discussão sobre grandes empreendimentos e suas implicações.

Rangel explicou que trabalha na região do Rio Madeira desde 2016 e possui um banco de dados robusto que constantemente atualiza com informações sobre os efeitos climáticos. Ele observou que os efeitos do El Niño e La Niña são evidentes e desempenham um papel significativo na questão da precipitação na região.

No entanto, ele destacou que o impacto das hidrelétricas na pesca é um fator crítico. Quando se compara uma bacia onde há hidrelétricas com outra onde não há, o impacto das hidrelétricas sobre a pesca é substancial. Rangel apontou que a gestão da fluviometria associada às hidrelétricas é um pré-requisito para a geração de energia hidrelétrica, mas no Brasil, o gerenciamento não é feito de forma diferenciada nas áreas com maior presença de hidrelétricas em comparação com outras bacias.

Rangel sugeriu que a gestão da fluviometria pelas hidrelétricas no país deve ser repensada. Ele mencionou o exemplo da hidrelétrica das Três Gargantas na China, que foi construída não apenas para geração de energia, mas também para controle das grandes cheias e segurança social na região.

Ele destacou a importância da fluviometria para a pesca na região amazônica e propôs discutir formas de melhorar a gestão da fluviometria pelas hidrelétricas no Brasil. Embora o principal objetivo da gestão seja a geração de energia, ele acredita que ajustes poderiam ser feitos para minimizar os prejuízos à pesca, e sugeriu que esse tópico seja discutido com especialistas na área. Rangel encerrou sua fala agradecendo a atenção de todos.

Adayse Bossolani da Guarda iniciou sua intervenção afirmando que a reflexão proposta é de extrema importância. Ela pediu brevidade e destacou a necessidade de utilizar os instrumentos já disponíveis.

Ela mencionou a Convenção 169 da OIT, que garante a consulta livre, prévia e informada às comunidades sobre grandes empreendimentos e suas condições. Adayse enfatizou que a consulta deve ser obrigatória e que existem outros instrumentos relevantes, como o patrimônio da união e outros.

Adayse abordou a divisão de poderes no Brasil, destacando as funções do executivo e do legislativo. O executivo, composto pelos órgãos de governo e ministérios, é responsável pela criação e execução de políticas públicas. Já o legislativo é responsável por criar leis e definir normas em diversos níveis.

Ela citou a recente notoriedade dos terrenos de marinha como um exemplo de como decisões legislativas podem afetar o acesso a áreas ao redor de praias e rios navegáveis, limitando o acesso público. Além disso, mencionou a flexibilização do licenciamento ambiental e outras normas propostas no Congresso Nacional que podem agravar a situação ambiental.

Adayse criticou a tendência de algumas decisões políticas no Brasil, que deveriam seguir o exemplo global de conservação dos ecossistemas e preservação das populações tradicionais. Ela ressaltou a importância de monitorar as ações dos políticos eleitos, que devem estar atentos às questões de resiliência climática nas pautas discutidas no Congresso Nacional.

Finalizando, Adayse enfatizou que a elaboração de políticas públicas deve considerar as leis aprovadas e os instrumentos disponíveis para promover a resiliência climática. Ela agradeceu a todos pela atenção e se

despediu, enviando um abraço a todos.

Jocemar agradeceu a Adayse e informou que, após abordarem as recomendações, teriam a oportunidade de esclarecer dúvidas e fazer ajustes construtivos conforme necessário.

Em seguida, passou-se para o próximo item da pauta: a apresentação do tempo de execução do projeto sobre a **“Análise da dinâmica populacional, reprodutiva, situação dos estoques e microeconomia dos grandes bagres na Amazônia Legal”**. Este projeto é coordenado pelas Dras. Bianca Bentes e Carolina Dória e a apresentação será realizada pelo Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca da Amazônia da Universidade Federal do Pará.

A Dra. Bianca Bentes iniciou sua apresentação destacando a importância da discussão sobre a situação dos estoques e a microeconomia das grandes espécies na Amazônia Legal. Ela ressaltou que a análise está sendo conduzida pelo Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, e é coordenada pelas Dras. Bianca Bentes e Carolina Dória.

Durante a apresentação, a Dra. Bentes agradeceu pela oportunidade de compartilhar as informações e enfatizou a relevância dos temas abordados para o entendimento e a gestão dos recursos pesqueiros na região. Ela destacou que a discussão é extremamente pertinente, especialmente no contexto das políticas públicas e dos desafios enfrentados pela região amazônica.

A Dra. Bentes mencionou a colaboração significativa de voluntários, incluindo alunos e pesquisadores, que desempenham um papel crucial no projeto. Ela observou que cerca de 90% das pessoas envolvidas no projeto são voluntárias, o que reflete um alto nível de comprometimento e dedicação. Esse envolvimento é fundamental para o andamento do trabalho, que inclui a coleta e a análise de dados sobre a dinâmica populacional e econômica das espécies.

Ela abordou o desafio de integrar dados históricos que foram coletados com metodologias e variáveis diferentes ao longo do tempo. Esses dados são frequentemente difusos e foram elaborados com abordagens variadas, o que exige um esforço considerável para a sua harmonização e utilização eficaz. A Dra. Bentes ressaltou a importância de desenvolver um banco de dados unificado que possa servir como uma ferramenta robusta para a pesquisa e a formulação de políticas.

A Dra. Bentes também mencionou a colaboração com prestadores de serviços que têm contribuído para o projeto, e a importância de considerar suas experiências e insights. Ela destacou a necessidade de uma abordagem integrada e colaborativa para enfrentar os desafios relacionados à gestão dos recursos pesqueiros e à conservação dos ecossistemas na Amazônia Legal.

Além disso, a Dra. Bentes forneceu informações sobre os canais de comunicação disponíveis para quem deseja obter mais detalhes sobre o projeto. Ela mencionou dois perfis no Instagram geridos pelos alunos do projeto, que são atualizados com as atividades e descobertas mais recentes. A Dra. Bentes incentivou os participantes a entrar em contato para quaisquer perguntas ou para obter mais informações.

No encerramento, a Dra. Bentes expressou seu agradecimento a todos os envolvidos e reiterou a importância do apoio contínuo de todos os parceiros e colaboradores. Ela destacou que a contribuição de cada um é essencial para o sucesso do projeto e para o avanço do conhecimento sobre a dinâmica dos recursos pesqueiros na Amazônia Legal.

O Sr. Ediano fez uma contribuição importante à discussão. Ele começou por destacar que, para quem conhece menos sobre a pesca da piramutaba, essa é talvez a espécie mais regulamentada na região amazônica, e possivelmente no Brasil. A piramutaba é uma espécie que possui períodos de defeso, limitação de frota, área

de exclusão e padronização de petrechos de pesca. Essa regulamentação, que já existe desde o final dos anos 60, tem como objetivo proteger a espécie.

No entanto, o Sr. Ediano observou que, apesar dessas regulamentações, a piramutaba agora está incluída em uma lista internacional da ONU, indicando que as medidas de proteção podem não ter surtido o efeito desejado. Ele expressou sua preocupação com o fato de que, ao longo das décadas, a situação não melhorou como esperado e elogiou o trabalho em andamento, demonstrando ansiedade pelos resultados que serão alcançados.

Ele também ressaltou que a regulamentação atual da pesca da piramutaba está focada principalmente no estuário e direcionada à frota industrial, incluindo áreas de exclusão. Contudo, ao longo da calha do Rio Amazonas e seus tributários, não há regulamentação específica, embora a pesca nesses tributários seja predominantemente artesanal.

O Sr. Ediano mencionou que, conforme destacado pela Dra. Bianca Bentes, a pesca artesanal abastece a frota industrial. Recentemente, ele visitou o município de Gurupá, às margens do Rio Amazonas, e observou uma grande quantidade de piramutaba e dourada sendo pescada. Em um dos dias da visita, ele presenciou piramutabas de até 6 kg sendo comercializadas por até 3 BRL cada, algo que nunca havia visto no estuário.

Ele sugeriu que o regulamento atual, focado na área do estuário, pode estar se mostrando mais prejudicial do que a atuação das 44 embarcações industriais na foz do rio. Para concluir, o Sr. Ediano agradeceu pela oportunidade de contribuir para a discussão e fez um agradecimento especial a todos os envolvidos.

A Dra. Bianca Bentes mencionou que, apesar de não conhecer pessoalmente o Sr. Ediano, já tinha ouvido falar muito sobre ele e elogiou seu desempenho, reconhecendo que ele abordou os pontos de maneira muito adequada. Ela destacou que a questão da legislação específica, datada da década de 60, é complexa e possui lacunas significativas.

A Dra. Bianca observou que, apesar de haver regulamentações antigas, faltam informações detalhadas sobre o impacto dessas leis ao longo do tempo. Ela mencionou que não há dados suficientes para avaliar os efeitos das regulamentações anteriores e que essa ausência de informações é preocupante. Ela enfatizou a necessidade de usar essas informações para melhorar a compreensão e a gestão das questões relacionadas à pesca.

Em seguida, o Sr. Renan Rocha formulou uma pergunta sobre a continuidade do trabalho. Ele quis saber se há uma perspectiva de prolongar o estudo por um período mais extenso, já que, conforme ele observou, os dados biológicos preliminares parecem cobrir um período de 12 meses. Ele ressaltou que esse intervalo pode ser curto, e destacou a importância de se considerar as variações interanuais, especialmente dentro do contexto das mudanças climáticas, que haviam sido mencionadas anteriormente na reunião.

Por fim, o Sr. Renan perguntou como está sendo planejado o envolvimento dos pesquisadores e a incorporação do conhecimento tradicional daqueles que lidam diretamente com a pesca, destacando a importância dessa integração no processo de pesquisa. Ele finalizou agradecendo a oportunidade de se manifestar.

Em resposta à pergunta do Sr. Renan, a **Dra. Bianca** iniciou sua fala reforçando o que havia mencionado anteriormente, destacando que, em sua opinião, pesquisas desse tipo, que envolvem temas relevantes, deveriam ser permanentes. Ela argumentou que deveria haver um recurso governamental constante para esse tipo de estudo, enfatizando a necessidade de continuidade desses trabalhos.

Dra. Bianca comentou que o novo projeto, que está prestes a ser iniciado, tem grande potencial de

progresso, especialmente devido às parcerias com professoras como a Prof^a. Luiza e a Prof^a. Carol, que já desenvolvem pesquisas na área. Ela demonstrou confiança de que o projeto será bem-sucedido e irá avançar de maneira satisfatória.

Ela destacou a importância de se ter um banco de dados sólido para a elaboração de projeções, e quando o Sr. Renan mencionou as variações interanuais, a Dra. Bianca ressaltou que, com apenas um ano de dados, ainda não é possível capturar essas variações. No entanto, ela comentou que, por meio de cenários e modelos projetivos, é possível minimizar os erros e melhorar a precisão dos resultados.

Encerrando sua fala, a Dra. Bianca convidou as professoras Carol e Luiza a se manifestarem, destacando a importância delas no contexto do projeto.

Complementando a fala da Dra. Bianca, a **Dra. Carolina Dória** reconheceu que grandes desafios ainda estão por vir, mencionando que ela, a Dra. Bianca e a Prof^a. Luiza já estão enfrentando alguns, enquanto ajustam e organizam diversos aspectos para a implementação do projeto. Ela considerou a pergunta do Sr. Renan extremamente pertinente, uma vez que as mudanças climáticas já estão sendo observadas, como a seca que afetou a região do Rio Madeira.

Ela também comentou que, em breve, a equipe provavelmente precisará voltar a solicitar à Secretaria a possibilidade de prorrogar o projeto, devido às condições adversas. A Dra. Carolina afirmou que estão fazendo o melhor possível para coletar o máximo de informações e construir o banco de dados mencionado pela Dra. Bianca, tanto no Brasil quanto nos países vizinhos. No entanto, ela apontou que foram surpreendidos por uma grande seca, o que levanta dúvidas sobre como isso poderá afetar os resultados e se tal fenômeno climático poderá se tornar uma realidade anual.

A **Professora Luíza Prestes** iniciou sua fala parabenizando o início do projeto, destacando que, finalmente, estão conseguindo ir a campo para coletar dados. Ela reforçou a observação trazida pelo Sr. Renan, sobre os cardumes de peixes estarem subindo mais cedo este ano, algo que já vem sendo mencionado pelos pescadores, o que caracteriza o conhecimento tradicional da comunidade.

O trabalho que estão realizando focará na avaliação de estoques e dinâmica de populações, com um forte viés biológico. No entanto, Luíza destacou a importância de envolver os pescadores locais, aqueles que estão diretamente nos territórios, para que possam contribuir na avaliação de mudanças anuais, como a antecipação na subida dos cardumes e sua possível relação com a descida do nível do rio.

Por fim, a professora agradeceu e se colocou à disposição, junto à Dra. Bianca e ao Prof. Marcelo, assim como a Dra. Carolina Dória, que já estão nos territórios e têm feito esse trabalho há muito tempo. Ela expressou satisfação por agora terem a oportunidade de realizar o projeto com maior abrangência.

O **Sr. Cadu Vilaça** mencionou que a Amazônia possui características únicas e destacou que, embora trabalhe mais em ambientes industriais, reconhece a grande influência e energia da região, que afeta diretamente as pescarias.

Cadu observou que, neste ano, ouviu de indústrias e produtores industriais sobre uma possível modificação morfológica na piramutaba. Ele relatou que foram notados tamanhos diferentes nos peixes, tanto em relação ao corpo quanto à cabeça, além de variações no rendimento industrial. Parece haver uma alteração, possivelmente em uma parte da população, que resultou em uma produção atípica.

Ele perguntou aos presentes se alguém havia ouvido ou percebido algo semelhante, referindo-se a essas mudanças na produção de piramutaba ao longo deste ano.

Em resposta à pergunta do Sr. Cadu, a Professora Luíza Prestes informou que esteve recentemente em

Almeirim, e até o momento, não houve relatos sobre modificações morfológicas nos peixes mencionados. Ela acrescentou que os pescadores da região de Santarém, com quem estão em constante contato, também não reportaram nada nesse sentido.

Ela explicou que 22 cardumes já passaram pelas áreas de monitoramento, e os pescadores estão aguardando a passagem de um terceiro, com o qual eles mantêm comunicação. No entanto, a única observação recebida foi sobre a dourada, que às vezes é vista com uma aparência mais magra, o que, segundo os pescadores, é comum. Eles até têm um nome específico para a dourada que costuma ficar mais gorda em outra fase do ciclo.

Luíza sugeriu que essa possível modificação poderia ser investigada junto aos pescadores, mas reforçou que, até o momento, não houve relatos dessa natureza nas localidades de Almeirim, Santarém ou Manacapuru, onde esteve recentemente.

Por fim, o Coordenador do CPG Norte, **Jocemar Tomasino Mendonça**, colocou um ponto para reflexão de todos os presentes, mencionando que as recomendações seriam feitas na manhã seguinte, e questionando se seria viável ou oportuno seguir em frente com base nas informações disponíveis, ou se seria mais adequado aguardar para sustentar a continuidade das atividades.

Ele mencionou que o início de uma discussão junto ao setor pesqueiro era importante, destacando uma pergunta feita por Renan sobre a abordagem com os pescadores. Jocemar afirmou que os projetos irão apoiar os pescadores, respeitando as limitações de cada um, e que o Ministério da Pesca e Aquicultura e o Ministério do Meio Ambiente levarão as informações a campo para discutir com o setor pesqueiro, seja industrial ou artesanal, buscando os melhores caminhos a serem seguidos e os regramentos necessários.

O coordenador também apontou que os regramentos precisam ser acompanhados de indicadores de gestão, conforme já colocado por outros participantes, como a Professora Bianca e Diego. Ele reiterou que, embora todos os regramentos tenham sido estabelecidos, o desafio maior é garantir que sejam efetivamente medidos e aplicados. Jocemar enfatizou que a criação de um regramento compatível com a realidade e que assegure a preservação dos recursos é fundamental, pois sem recursos não há pesca, e esses regramentos precisam ser monitorados posteriormente.

Ele reconheceu o esforço contínuo dos ministérios em dar continuidade às diretrizes que mantenham os indicadores e as questões primordiais para a gestão dos recursos pesqueiros, lembrando que as normas devem ser atualizadas regularmente, especialmente em uma região tão vasta como a Amazônia, que corresponde à metade do território nacional. Reforçou a necessidade de ajustar as normas conforme as especificidades de cada local, como já havia sido apontado pelo Professor Carlos, que mencionou diferentes manejos em pontos distintos.

Jocemar afirmou que tanto o Ministério da Pesca e Aquicultura quanto o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima estão empenhados em garantir a continuidade dos recursos que têm maior impacto no setor pesqueiro. Ele destacou a importância da continuidade dos indicadores e do monitoramento, que pode ser tanto mais aprofundado quanto comunitário, de acordo com a necessidade.

Por fim, ao encerrar sua fala, Jocemar agradeceu a todos e encerrou a reunião, deixando as deliberações para a manhã seguinte.

3.5. Sustentabilidade da pesca do Tambaqui (*Colossoma macropomum*)

Às 14:00, o coordenador do CPG Norte, Jocemar Tomasino Mendonça, retomou as discussões e

introduziu o primeiro tópico a ser debatido na tarde do dia 26: a sustentabilidade da pesca do tambaqui (*Colossoma macropomum*). A apresentação foi conduzida pelo professor Carlos E. C. Freitas, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

O Professor **Carlos E. C. Freitas**, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), iniciou sua apresentação expressando sua surpresa e satisfação com o convite para participar do evento. Ele mencionou que há cerca de dois anos tem buscado informações sobre a abundância do tambaqui (*Colossoma macropomum*), mas não tem obtido respostas conclusivas.

Freitas destacou a aparente abundância do peixe nos mercados das capitais do Norte, o que pode dar uma falsa sensação de segurança em relação aos estoques. Ele observou que, embora o tambaqui esteja presente nas prateleiras, isso não reflete necessariamente uma situação favorável para a espécie.

O professor prosseguiu, enfatizando que o objetivo de sua apresentação não era apenas compartilhar dados, mas também combinar o que já se sabe sobre o tambaqui. Ele excluiu questões relacionadas à genética e fisiologia da espécie para focar na sustentabilidade da pesca.

Em seguida, apresentou um estudo sobre a distribuição do tambaqui, que abrange toda a Bacia Amazônica e parte da Bacia do Orinoco. Ele ressaltou a complexidade do manejo dessa espécie em larga escala, destacando a dificuldade de realizar uma gestão eficiente devido à vasta área de distribuição e à diversidade das populações.

O Professor continuou sua apresentação destacando um trabalho interessante que forneceu informações valiosas sobre o manejo do tambaqui, apesar da qualidade das imagens não ser ideal. Ele explicou que o tambaqui passa por mudanças de forma durante seu desenvolvimento, desde a fase juvenil até a adulta. Além dessas mudanças físicas, ocorre uma clara alteração na dieta, com o peixe juvenil se alimentando principalmente de frutos e, à medida que cresce, diversifica sua alimentação, incluindo uma quantidade maior de insetos.

Freitas enfatizou que, à medida que o tambaqui cresce, ele se torna menos produtivo e sua dieta se torna mais variada. Essa mudança na dieta, segundo ele, é um conhecimento geral, mas importante, sobre a espécie.

O professor mencionou um estudo conduzido por Miriam Leal de Carvalho, que trabalhou no Ministério do Meio Ambiente por muitos anos. Esse trabalho antigo inclui modelos que descrevem o padrão de migração do tambaqui, semelhante ao de outras espécies migratórias, como o Jaraqui e o Curimatã. O padrão de migração descrito no estudo indica que os adultos ocupam ambientes de rios de águas pretas, migrando para desovar no início da enchente, com as larvas sendo levadas para lagos de várzea, que servem como berçários.

Freitas também abordou a questão das mudanças climáticas, destacando que a redução das áreas de várzea pode afetar a sobrevivência das larvas no ano seguinte. Ele explicou que, após o período de desova, os adultos se espalham pelas áreas alagadas da Amazônia, ocupando ambientes como igapós de águas pretas e utilizando os rios principais como rotas de migração.

Antes do estudo de Miriam Leal de Carvalho, Freitas mencionou outro trabalho antigo realizado na década de 1970, que focava mais na biologia do tambaqui. No entanto, o primeiro estudo de avaliação dos estoques da espécie foi conduzido por Miguel Petrere, com base em dados de sua tese do final da década de 1970, e publicado em um artigo em 1983.

O Professor Carlos E. C. Freitas, da UFAM, prosseguiu com sua apresentação destacando um trabalho relevante que forneceu informações importantes sobre o manejo do tambaqui. Ele observou que, embora as imagens não estivessem muito nítidas, elas ilustravam as mudanças na forma e na dieta do tambaqui ao longo de sua vida. Ele explicou que, na fase juvenil, o tambaqui apresenta uma forma distinta que se altera à medida

que atinge a fase adulta. Além disso, a dieta do tambaqui também evolui, começando com uma alimentação mais simples e se diversificando à medida que o peixe cresce, incluindo uma maior ingestão de insetos.

Carlos Freitas também destacou que o primeiro estudo significativo sobre o manejo do tambaqui foi conduzido por Luiz Costa e Ronaldo Barthem, focando na região de Tefé. Eles analisaram a pesca na área, identificando os principais locais de captura, como lagos e rios durante a migração dos peixes. O estudo revelou que os peixes capturados nos lagos eram geralmente menores em comparação aos peixes capturados nos rios.

Freitas mencionou que o padrão observado em Tefé é consistente com o que ocorre em toda a bacia amazônica. Ele também discutiu um trabalho mais recente, conduzido por Mauro Rufino e Victoria Isaacsson, utilizando dados coletados na região de Monte Alegre, Óbidos e Santarém. Este estudo foi o primeiro a indicar um estado de sobrepesca na região, empregando modelos de rendimento por recruta para avaliar a sustentabilidade da pesca do tambaqui.

Ele apontou que a preocupação com a sobrepesca se tornou uma questão recorrente no manejo pesqueiro, e ressaltou a importância de monitorar essa situação para garantir a sustentabilidade dos estoques de tambaqui a longo prazo.

A preocupação que foi abordada refere-se ao fato de que, desde 1996, houve uma modificação significativa na legislação, que buscou melhorar o manejo da pesca do tambaqui. Naquela época, estudos já indicavam que a sobrepesca era resultado da captura concentrada em indivíduos juvenis. Por isso, recomendava-se que, para alcançar um melhor rendimento por recruta, o tamanho mínimo de captura fosse aumentado para a faixa entre 55 e 60 cm. Essa recomendação foi incorporada na legislação, que atualmente estabelece 60 cm como o tamanho mínimo de captura do tambaqui em toda a bacia.

Em sequência, a equipe, liderada por Caroline Campos, realizou um trabalho na região do Lago Grande, em Monte Alegre, que envolveu a aplicação do mesmo modelo de rendimento por recruta. Os dados coletados foram apresentados em um gráfico de isolinhas, que evidenciou que aumentar o esforço de pesca não resultaria em um melhor rendimento por recruta. O gráfico indicou que o aumento do tamanho de captura ou, pelo menos, a manutenção dos padrões atuais seria a única forma eficaz de melhorar o rendimento.

Essa análise reforça a coerência entre os estudos anteriores, como os de Vitória e Mauro, que já apontavam para a necessidade de ajustes no esforço de pesca e na regulamentação do tamanho mínimo de captura para garantir a sustentabilidade da pesca do tambaqui.

Ao comparar as taxas de captura, foi aplicada uma análise que detectou uma diferença significativa entre as duas áreas estudadas. As taxas de captura na região de Manacapuru, a oeste de Manaus, foram consistentemente maiores. Um elemento paisagístico fundamental para essa diferença é o arbusto conhecido localmente como aningal *Alchornea castaneifolia*.

O aningal oferece um habitat mais complexo do que outras áreas de vegetação aquática, o que pode explicar a maior produtividade da pesca nesta região. Em contraste, na região de Santarém, especificamente no Lago Grande, há uma ocupação humana mais antiga, que inclui atividades como a criação de búfalos, cujo pisoteio afeta a várzea.

Essas informações ressaltam que mudanças na paisagem podem ter impactos silenciosos, porém significativos, na captura de várias espécies. Portanto, o manejo na Amazônia, especialmente em ambientes de água doce, é extremamente complexo. Não é suficiente considerar apenas questões de sobrepesca; a dimensão ambiental pode ser ainda mais urgente e deve ser integrada nas estratégias de manejo.

O professor apresentou duas informações adicionais que considerou importantes para a análise do manejo

pesqueiro na região. Ele mencionou que um de seus alunos realizou um estudo na área do Lago Grande, incluindo o Rio Manacapuru, utilizando uma técnica comumente empregada em estudos de pesca, que consiste em dividir o ambiente em quadrantes para analisar a distribuição dos peixes.

Durante o estudo, observou-se que as áreas protegidas, como a RESEX do Piranha (**Não entendi direito o nome da reserva...**), apresentaram maior abundância de peixes, especialmente durante as fases hidrológicas mais favoráveis. No entanto, o professor também destacou que a proximidade das cidades exerce influência sobre a abundância de peixes, pois as áreas mais próximas às cidades tendem a ser mais exploradas, resultando em menor rendimento pesqueiro.

A primeira informação relevante do estudo foi que as unidades de conservação de uso sustentável contribuem significativamente para a manutenção dos estoques pesqueiros. O professor citou o trabalho de outro aluno, Murilo Laranja, que investigou os efeitos do zoneamento pesqueiro em diferentes sistemas de lagos na região do Baixo Purus, incluindo lagos de proteção integral, lagos de uso sustentável e lagos manejados para a pesca.

Avaliou-se o impacto indireto desse zoneamento sobre o tambaqui, uma vez que os lagos manejados visam principalmente a proteção do pirarucu. A pesquisa sugeriu que as áreas protegidas exercem um efeito benéfico sobre o tambaqui, conhecido em ecologia como "spillover," ou seja, um efeito de transbordamento.

Os resultados mostraram que os peixes capturados nas áreas de proteção integral apresentaram comprimentos e pesos maiores em comparação às áreas abertas para pesca. Esses dados indicam um efeito positivo consistente das áreas protegidas, mesmo que o foco da proteção não seja diretamente o tambaqui. Além disso, a estrutura populacional das espécies nas áreas abertas à pesca mostrou-se bastante afetada, enquanto as áreas protegidas mantiveram uma estrutura mais saudável e equilibrada.

Na conclusão de sua apresentação, o Professor Carlos Freitas destacou a importância de entender o estado atual da pesca e as estratégias de manejo. Ele ressaltou que a pesca seletiva, que prioriza a captura de indivíduos maiores, pode resultar na redução do tamanho médio do estoque, um fenômeno que é observado em várias regiões, incluindo Manacapuru. Essa prática indica um estado de sobrepesca do tambaqui e outros peixes.

O professor sintetizou os principais pontos abordados, enfatizando que os dados de diferentes regiões, como Solimões e Amazonas, mostram sinais de sobrepesca e problemas de recrutamento. A sobrepesca, especialmente a que afeta o recrutamento, pode ser particularmente prejudicial porque altera a estrutura da população e compromete a sustentabilidade a longo prazo.

Freitas sugeriu que o tamanho mínimo de captura é um parâmetro crucial para o manejo pesqueiro. Além disso, defendeu a importância de unidades de conservação e áreas de manejo restrito, que demonstraram resultados positivos ao permitir a recuperação das populações de peixes. Ele mencionou que essas áreas protegidas atuam como fontes para abastecer outros lagos conectados, especialmente durante a época de cheia.

O professor concluiu sua apresentação deixando seu contato aberto para perguntas e discussão adicional, enfatizando a necessidade de aplicar teorias ecológicas, como a de fontes e sumidouros, para entender melhor o impacto das áreas protegidas e manejadas na sustentabilidade dos recursos pesqueiros.

O **coordenador do CPG Norte, Jocemar Tomasino Mendonça**, expressou seu agradecimento ao professor pela apresentação esclarecedora. Aproveitou a oportunidade para comentar alguns pontos relevantes sobre a questão discutida.

Jocemar destacou a importância de incluir o tema abordado na pauta, pois isso ajuda a destacar a condição atual dos recursos pesqueiros nas bacias da região Norte. Ele mencionou que existem avaliações sobre o estado

de abundância dos recursos e as listas de espécies ameaçadas, sugerindo que o recurso em questão pode vir a ser classificado como uma espécie ameaçada.

Ele ressaltou que a classificação de uma espécie como ameaçada indica que o recurso não está em boa condição e necessita de recuperação. Além disso, a legislação prevê que espécies ameaçadas não podem ser capturadas nem comercializadas, o que pode ter desdobramentos significativos para as atividades pesqueiras e de cultivo.

Jocemar apontou que o impacto da proibição pode ser grande, afetando diversas cadeias produtivas. Ele agradeceu ao professor por esclarecer a situação e reconheceu a necessidade de ações para garantir a sustentabilidade e a recuperação do recurso. Apesar das dificuldades, Jocemar acredita que ainda há uma chance de recuperar o recurso, manter atividades pesqueiras sustentáveis e garantir um futuro saudável para o setor.

Em complemento aos comentários de Jocemar, o Professor Carlos esclareceu que a questão sobre a recuperação do recurso ainda é viável. Ele destacou duas características importantes relacionadas ao contexto atual:

Primeiro, a ampla distribuição geográfica do recurso pesqueiro em questão. Observou-se que, atualmente, a situação é diferente do passado, quando grandes barcos que operavam em Manaus contribuíam para a chegada de peixes de cultivo na região. No passado, o mercado era abastecido de forma diferente, mas hoje em dia, esses barcos não operam com a mesma intensidade, e os preços dos peixes de cultivo são elevados, o que afeta a competição no mercado.

Além disso, o Professor Carlos mencionou que há preocupações adicionais com o lixo e poluição. Destacou que, do ponto de vista biológico, a espécie em questão possui uma alta capacidade de reprodução, com uma fêmea podendo colocar até 200 ovos. No entanto, a proporção de ovos que são fertilizados é pequena, pois a desova ocorre em canais diferentes do rio. Apesar dessas dificuldades, ele acredita que ainda há uma chance de recuperação do recurso, mas que isso exigirá esforços contínuos e cuidados adequados.

Por fim, Jocemar Mendonça fez algumas observações adicionais. Ele ressaltou que o recurso pesqueiro tem uma chance de recuperação, embora seja um pouco mais desafiador em comparação com outros recursos que precisam de recuperação. Acredita-se que, com a abordagem certa, a recuperação é possível.

Jocemar destacou a importância das informações apresentadas pelo Professor Carlos, considerando-o um grande colaborador e especialista na área. Ele mencionou que foi por isso que o tema foi incluído na pauta, para garantir que o estado receba informações valiosas e atualizadas.

Ele então abriu o espaço para discussão e perguntas, convidando os participantes a esclarecerem dúvidas e a contribuírem com ideias sobre como aprimorar as estratégias para a gestão da pesca na bacia amazônica, especificamente nas regiões de Araguaia e Tocantins, onde não há registros de espécies nativas.

A Sra. **Suellen Taciane Brasil de Souza**, do Departamento de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva do Ministério da Pesca e Aquicultura, comentou sobre o aumento observado no tamanho mínimo de captura. Ela explicou que, embora haja um aumento no tamanho mínimo estabelecido, isso não é uma novidade, pois já havia uma referência a esse tamanho anteriormente.

Suellen destacou que não há dados específicos sobre o tamanho direcionado para a reprodução da espécie, mencionando que o tamanho de 50 cm para captura é uma medida estabelecida para o controle da pesca. Ela enfatizou que, ao definir o tamanho de captura, é importante considerar tanto os aspectos de controle quanto os de gestão sustentável da pesca.

Além disso, Suellen mencionou que a confusão entre diferentes tamanhos de captura pode ocorrer e que

é crucial manter uma abordagem clara e consistente ao aplicar o modelo de gestão. Ela também questionou qual seria o tamanho adequado para a primeira captura no modelo atual, sugerindo a necessidade de mais informações e dados para aprimorar as estratégias de manejo.

Em resposta, o Professor Carlos Freitas esclareceu que, ao trabalhar com modelos de gestão de pesca, é crucial estabelecer tamanhos mínimos de captura com base na realidade biológica e nas práticas de manejo. Ele mencionou que o tamanho de captura deve ser definido considerando o crescimento da espécie e a idade de primeira maturação, sugerindo que o tamanho de 50 cm pode ser um valor de referência útil.

O professor também abordou o problema de algumas espécies e indivíduos de pequeno porte que chegam ao mercado, muitas vezes rotulados erroneamente como provenientes de áreas específicas, como o Rio Amazonas, quando na verdade podem ser provenientes de outras regiões. Ele relatou sua própria experiência ao comprar peixe e encontrar discrepâncias na rotulagem, o que aponta para um problema sério de transparência e controle no setor.

Carlos Freitas sugeriu que uma solução possível seria aumentar o tamanho mínimo de captura e fortalecer a fiscalização e regulamentação, incluindo o aumento das áreas de preservação e unidades de conservação com proteção e manejo sustentável. Ele destacou que os melhores resultados de pesca foram observados em áreas de conservação com proteção e participação local, em comparação com áreas de manejo menos regulamentadas.

Ele recomendou a implementação de políticas que promovam a gestão sustentável e a proteção das espécies, com a colaboração ativa das comunidades locais, para garantir a recuperação e manutenção dos recursos pesqueiros.

O Sr. Alexandre Barras Martins, da Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Estado do Pará, abordou a questão da recomendação sobre o tamanho mínimo de captura para espécies de tambaqui. Ele destacou que, apesar de haver uma recomendação para o tamanho de captura, é importante considerar o contexto local e a realidade da pesca para efetivar essa regulamentação.

Alexandre mencionou que o consumo de tambaqui tem sido significativo e que existe uma cultura enraizada na Amazônia que favorece o consumo de tambaqui menor, conhecido como tambaqui ruelo. Ele observou que, apesar de iniciativas para promover o consumo do tambaqui maior e sustentável, o mercado ainda oferece principalmente o tambaqui de tamanho menor. Esse problema é exacerbado pela preferência cultural e pela falta de informação sobre a importância do tamanho mínimo para a sustentabilidade dos recursos pesqueiros.

Ele relatou que, no estado do Amazonas, foram distribuídos 923.000 alevinos e mais de 1 milhão de pós-larvas para 18 municípios, com o objetivo de promover o cultivo sustentável de tambaqui. No entanto, a região ainda consome cerca de 30.000 toneladas de tambaqui proveniente de outros estados, como Roraima e Rondônia, o que demonstra um grande desafio para a produção local.

Alexandre ressaltou a necessidade urgente de uma campanha ampla de conscientização sobre a importância do consumo de tambaqui de tamanho adequado e de mais estudos acadêmicos para desenvolver estratégias de manejo e conservação. Ele garantiu que o defeso está sendo respeitado no estado do Amazonas, com fiscalização intensiva realizada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Ibama e outras instituições envolvidas. Contudo, a cultura do consumo de tambaqui menor ainda representa um obstáculo significativo para a sustentabilidade dos recursos pesqueiros na região.

Complementando sua fala anterior, Suelen mencionou a situação atual do consumo de tambaqui pequeno. Ela destacou que, desde 1989 e 1990, tem se aprofundado no estudo dessa questão e possui artigos que abordam

o consumo do tambaqui pequeno desde 1979.

Suelen citou que, conforme discutido anteriormente, o consumo do tambaqui menor, com aproximadamente 1,5 kg, é uma prática comum na região. Ela observou que a cultura local continua incentivando o consumo desse peixe pequeno, o que pode estar afetando negativamente a sustentabilidade dos recursos pesqueiros.

Ela concluiu que é fundamental promover uma mudança cultural e de mercado para valorizar e consumir o tambaqui de tamanho adequado, a fim de garantir a conservação dos estoques pesqueiros e a sustentabilidade da pesca na Amazônia.

O Sr. **Felipe Breda Arakawa**, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, dirigiu uma pergunta ao professor sobre a apresentação feita. Ele comentou que a apresentação proporcionou uma visão clara sobre a importância da proteção das espécies e o gerenciamento do território, incluindo a participação social, o que é bastante relevante para o trabalho do Ministério.

Felipe destacou que, embora a apresentação tenha abordado a importância dos acordos de pesca e da gestão local, ele gostaria de saber se há estudos aprofundados que demonstrem a eficácia desses instrumentos de gestão na prática. Ele ressaltou a necessidade de dados que comprovem como a gestão local, diferente das unidades de conservação, pode efetivamente facilitar a proteção das espécies e ser implementada de maneira menos burocrática e mais prática.

Felipe mencionou que, apesar da relevância das unidades de conservação, elas enfrentam desafios significativos para serem ampliadas e implementadas. Portanto, ele questionou se há pesquisas que possam embasar a importância dos instrumentos de gestão territorial local e como esses podem ser mais eficazes em comparação com as soluções mais formais e distantes.

Em resposta ao questionamento de Felipe, o Professor forneceu detalhes adicionais sobre projetos de pesquisa e gestão relacionados à pesca e proteção ambiental. Ele mencionou que há um projeto específico com quatro sítios de pesquisa, localizados nas regiões de Solimões e do encontro das águas Solimões-Negro, bem como no trecho inferior do Purus e em áreas de proteção no médio Purus.

O Professor destacou que os resultados iniciais desses projetos mostram a importância da participação popular na gestão ambiental. Ele explicou que a inclusão da comunidade local na gestão trouxe melhorias significativas, como um aumento na diversidade e no rendimento pesqueiro, além de uma melhor conservação dos ambientes impactados.

Ele também fez uma crítica sobre o dispêndio governamental relacionado à pesca, comparando-o com o investimento em acordos de pesca. O Professor mencionou que, embora haja um alto custo com o defeso, o investimento em acordos de pesca é relativamente pequeno. Ele sugeriu que é necessário um apoio mais sistemático e institucionalizado para os acordos de pesca, a fim de garantir que a gestão local seja mais eficaz e menos suscetível a problemas.

Além disso, o Professor ressaltou a importância de cuidado ao lidar com questões de pesca e gestão ambiental, mencionando a necessidade de um apoio mais robusto para evitar problemas e garantir o sucesso das iniciativas. Ele também fez referência a uma apresentação de João Victor Brasil sobre o trabalho com ribeirinhos e a importância de um suporte adequado para esses agentes comunitários.

O Sr. **Renan Luís Queiroz Rocha**, do Conselho Pastoral dos Pescadores - Arquidiocese de Santarém, fez algumas ponderações importantes sobre a relação entre a preservação do ecossistema e a sustentabilidade da pesca. Ele destacou que, na área em que atuam, é evidente que locais mais preservados resultam em maior

rendimento das pescarias e maior facilidade para pescar, em comparação com áreas mais degradadas.

Renan também refletiu sobre a pertinência desse debate no âmbito do CPG (Comitê Permanente de Gestão), mencionando que a fala do Professor Carlos Edvard ressaltou o efeito positivo da conservação sobre os estoques pesqueiros. Ele sublinhou que essa conservação, aliada à participação social e à gestão comunitária dos recursos pesqueiros, é fundamental.

Além disso, Renan Rocha mencionou os esforços realizados, em colaboração com o Movimento dos Pescadores e outros movimentos, para avançar na discussão sobre a regularização e reconhecimento dos territórios pesqueiros. Ele informou que, desde 2020, tramita no Congresso um projeto de lei de iniciativa popular que visa reconhecer os direitos das comunidades pesqueiras sobre seus territórios.

Para promover o entendimento e engajamento nesse tema, Renan disponibilizou no chat o link para o projeto de lei, incentivando os participantes a se informarem melhor e contribuírem para o reconhecimento dos direitos das comunidades pesqueiras sobre seus territórios.

Em seguida, a Sra. **Rafaela Nascimento Vicentini**, representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), fez algumas considerações importantes. Inicialmente, ela parabenizou Jocemar e a equipe do CPG NORTE por trazerem à tona essa temática para discussão e reflexão coletiva.

Rafaela destacou a preocupação evidente entre aqueles que trabalham com a espécie em questão, especialmente em relação à queda do seu estoque natural. Ela mencionou a possibilidade da espécie eventualmente ser incluída em uma lista de proibição e os impactos que essa medida poderia acarretar, considerando que a espécie é extremamente apreciada e cultivada na região, sendo uma das mais rentáveis na piscicultura.

Ela também mencionou a necessidade de refletir sobre como lidar com essa possível situação de maneira que continue a estimular e garantir a cadeia da piscicultura. Além disso, sugeriu a avaliação de mecanismos que permitam a cessão do tambaqui em áreas de manejo do pirarucu, para analisar se isso poderia trazer benefícios tanto para o consumo da população quanto para a preservação da espécie.

Rafaela finalizou reiterando seus cumprimentos pela iniciativa e reforçou a importância de se pensar em soluções para enfrentar os desafios apresentados.

O Dr. Marcelo dos Anjos fez suas considerações, iniciando com um elogio ao trabalho apresentado. Ele ressaltou que o problema do declínio dos estoques naturais de tambaqui não é recente, e que os resultados apresentados são preocupantes, mas importantes para a compreensão do cenário atual.

Ele destacou a importância do envolvimento ativo e efetivo das comunidades locais no manejo da espécie, mencionando sua participação em um projeto transnacional chamado "Forte Fischer", que visa identificar áreas prioritárias para a conservação de espécies de peixes. O projeto, que também avalia a efetividade das unidades de conservação para a manutenção dos estoques naturais, é um exemplo da necessidade de se fomentar de forma mais efetiva os acordos de pesca.

Marcelo apontou que a Amazônia é praticamente um continente, com realidades distintas, e que a mesma espécie pode ter status diferente em regiões diversas. Ele citou a piscicultura na região de Rondônia, onde reside, como um exemplo de problemas relacionados à falta de controle, como cruzamentos consanguíneos e a fuga de animais dos tanques para o ambiente natural. Essa situação torna difícil distinguir o tambaqui da piscicultura daquele proveniente dos rios, o que representa um desafio adicional.

Ele sugeriu que o caminho para enfrentar esses problemas é o estabelecimento de acordos de pesca,

especialmente para as espécies que já apresentam risco de declínio nos estoques naturais. Marcelo enfatizou que o papel dos pesquisadores é fomentar essas iniciativas e fornecer subsídios, como os dados levantados pelos estudos apresentados, para que os órgãos competentes, como o Ibama, possam regulamentar essas práticas de forma eficaz.

Por fim, o Dr. Marcelo dos Anjos parabenizou novamente os responsáveis pelo trabalho e destacou a importância de ter acesso às informações sobre o declínio dos estoques e a estrutura das populações, informações essas essenciais para a preservação das espécies.

Dando continuidade à sua fala anterior, o Sr. Alexandre enfatizou a importância da integração entre a academia e a gestão pública, conforme mencionado pelo Dr. Carlos. Ele destacou um exemplo significativo, mencionando que, em 1970, Manaus tinha aproximadamente 341.000 habitantes. Naquela época, a cidade possuía uma população de 102.000 pessoas consumindo peixe diariamente. Atualmente, Manaus conta com cerca de 2.400.000 habitantes, o que torna impossível mensurar o consumo de peixe para uma população tão grande em comparação com os dados anteriores.

O Sr. Alexandre reforçou que o aumento da população no interior do estado também contribuiu para o crescimento do consumo de peixes de pequeno porte. Ele ressaltou que a gestão pública tem buscado alternativas, como a piscicultura, para suprir essa demanda, mas sugeriu que uma recomendação para o estado poderia ser a criação de unidades de produção de alevinos em cidades polo do interior.

Essas unidades poderiam ampliar a produção de alevinos, permitindo que pescadores artesanais se tornem cooperados e participem da produção de peixes, o que, segundo ele, não resolveria completamente o problema, mas ajudaria a mitigá-lo.

O Sr. Alexandre também comentou que, em Manaus e nos municípios da região metropolitana, ligados por estradas, a produção de alevinos tem sido trabalhada com sucesso, sustentando o consumo de espécies como o tambaqui. Ele concluiu afirmando que as soluções discutidas, como a criação de áreas de proteção e a implementação de acordos de pesca, são estratégias fundamentais para a conservação dos recursos pesqueiros no estado.

Concluindo sua apresentação, o palestrante fez um último comentário. Ele expressou sua crença de que um manejo mais rigoroso da pesca extrativista do tambaqui não é inviável. Em sua visão de futuro, ainda que incerta quanto à sua realização durante sua vida, ela acredita que outras espécies amazônicas podem acabar em uma situação semelhante à do salmão.

Ela destacou que, no exterior, ao se observar o mercado, o preço do salmão selvagem chega a ser 20% ou 30% mais alto do que o do salmão de cativeiro. Apesar de reconhecer a importância do futuro da aquicultura, ela enfatizou que o salmão selvagem ainda é manejado de forma sustentável, e, da mesma maneira, o manejo do tambaqui selvagem também precisa ser implementado.

Após a fala final do Professor, Jocemar destacou que os pontos mencionados durante a discussão foram anotados e serão retomados no dia seguinte. Ele mencionou que o grupo irá alinhar uma ou mais recomendações, conforme necessário, para garantir uma atuação mais efetiva na manutenção e preservação da pesca do tambaqui.

Jocemar sugeriu que todos, ao se prepararem para descansar, mantivessem o tambaqui em mente, de modo a contribuir de forma significativa na elaboração de recomendações no próximo encontro, visando a recuperação das populações dessa espécie na bacia amazônica. Concluindo essa parte do assunto, ele convidou o próximo palestrante a iniciar sua apresentação.

3.6. Controle do Pirarucu Exótico (*Arapaima Gigas*) na Bacia do Rio Madeira. Apresentação e discussão - Secretária Nacional da Pesca Industrial, Amadora e Esportiva.

A Sra. Suelen, do Ministério da Pesca e Aquicultura, iniciou sua apresentação desejando uma boa tarde a todos. Ela explicou que sua fala seria um breve histórico dos eventos que chegaram à Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva, desde a época em que o órgão fazia parte do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) até a sua transição para o status de Ministério. Suelen detalhou como as solicitações estaduais foram processadas nos últimos quatro ou cinco anos e mencionou que esse histórico seria submetido ao CPG e ao GTC.

.Dando continuidade, Suelen Brasil prosseguiu com sua apresentação, destacando a proposta em questão, que abordava o controle do pirarucu. Ela explicou que a demanda pelo controle dessa espécie surgiu em 2021, quando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) de Rondônia procurou o IBAMA solicitando uma discussão sobre a presença do pirarucu na região, que até então era referida como uma espécie "exótica" na área.

O IBAMA entendeu que a questão se enquadrava nas atribuições da Secretaria de Pesca, então vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e encaminhou o caso para eles. A partir disso, foi organizada uma reunião conjunta envolvendo o IBAMA, a Secretaria de Pesca, representantes do estado de Rondônia e pescadores locais, que relataram a abundância do pirarucu em áreas onde ele anteriormente não existia.

Em julho, atendendo ao pedido da SEDAM, uma equipe realizou uma visita técnica a diversas localidades do estado de Rondônia, incluindo as colônias de pescadores em Porto Velho e Jaci-Paraná, regiões situadas entre as duas hidrelétricas do rio Madeira, e também em Guajará-Mirim, Costa Marques e Pimenteiras do Oeste, próximos ao rio Guaporé, já na divisa com o Mato Grosso. Durante essa visita, a equipe também esteve na comunidade quilombola de Pedras Negras, que pratica a pesca esportiva.

O objetivo dessas visitas foi entender as problemáticas relacionadas ao pirarucu e identificar os interesses dos pescadores locais. Durante a visita, a equipe também se encontrou com a professora Catharina Dória, que realiza estudos genéticos sobre o pirarucu, com o intuito de identificar os espécimes presentes na região. Inicialmente, o pirarucu foi considerado uma espécie exótica, mas posteriormente chegou-se à conclusão de que ele é, na verdade, uma espécie invasora, uma vez que, embora pertença à bacia amazônica, não era nativo daquelas áreas específicas.

Além do mencionado, Suelen complementou que, após realizar a visita e levantamento em campo, foi possível observar que o pirarucu não se restringe mais apenas aos lagos, seu habitat natural, mas também se encontra nos rios, como o Guaporé e o Mamoré. Foi constatado que a espécie, originalmente adaptada a ambientes lênticos, está agora presente em águas lóticicas, o que é uma mudança significativa.

Diante dessa situação, uma oficina foi realizada com a participação do IBAMA para discutir o controle da espécie, que é considerada invasora na região, embora anteriormente fosse classificada como exótica. A Portaria 34, que regulamenta a pesca da espécie, foi mencionada, destacando a necessidade de um plano de controle para evitar a expansão do pirarucu, especialmente no Rio Guaporé, onde há preocupação de que outras espécies possam ser impactadas negativamente.

Foi proposto, então, que o Ibama, junto à Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP), desenvolvesse um plano de controle e monitoramento. A ideia era envolver as colônias de pescadores, universidades e órgãos ambientais do estado para trabalhar em conjunto no manejo da espécie. A proposta incluía também a regulamentação da pesca do pirarucu durante todo o ano, garantindo que os pescadores tivessem a opção de escolher entre pescar ou não, sem prejudicar o recebimento de benefícios como o seguro-defeso.

Adicionalmente, houve a necessidade de mapeamento das áreas onde o pirarucu é considerado invasor, visto que dentro do mesmo estado há regiões onde a espécie é nativa. Outro ponto levantado foi a importância de acionar o Ministério das Relações Exteriores (MRE) para tratar da questão em nível binacional, devido à proximidade com a Bolívia. Esse mapeamento e a cooperação internacional eram essenciais para a gestão sustentável da espécie.

Suelen reforçou que, após essas deliberações, o próximo passo seria agendar uma nova oficina para continuar o trabalho de controle do pirarucu na região.

Além dos encaminhamentos já mencionados, Suelen continuou sua apresentação detalhando outras ações resultantes da oficina realizada para o controle do pirarucu. Ela explicou que, durante essa oficina, participaram diversas instituições, incluindo a única universidade federal da região, representada pela professora Dória, além de parceiros como a agência de energia local de Rondônia.

Suelen destacou que uma das principais iniciativas foi a elaboração de uma cartilha destinada aos pescadores. Essa cartilha, desenvolvida em colaboração com o Ibama, tinha como objetivo informar sobre a identificação do pirarucu, as áreas onde a pesca é permitida e as regulamentações vigentes. A cartilha também abordava questões relacionadas à Portaria 34 (DATA E ÓRGÃO?), que regulamenta a pesca da espécie, estabelecendo períodos de defeso e limites de captura para evitar a superexploração.

Além disso, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) propôs a realização de oficinas adicionais focadas na revisão do plano de manejo das unidades de conservação na área do Rio Guaporé. O objetivo era elaborar um plano de controle específico para cada setor, que pudesse ser posteriormente expandido para incluir áreas indígenas, garantindo uma abordagem abrangente e inclusiva.

Suelen também mencionou a necessidade de revisar a legislação vigente, especificamente a Lei 2508, de 06 de julho de 2011, que regula a pesca do pirarucu em Rondônia. Ela explicou que a lei estabelecia um limite de 280 kg de peixe por pescador por mês, o que dificultava a pesca sustentável da espécie. Houve propostas para revisar essa legislação, visando flexibilizar os limites de captura e permitir uma gestão mais eficaz da população de pirarucu.

Outro ponto abordado foi a importância do mapeamento das áreas afetadas pela invasão do pirarucu. Suelen enfatizou que, embora a espécie pertença à bacia amazônica, sua presença em determinadas regiões de Rondônia não era natural, caracterizando-a como invasora. Esse mapeamento era essencial para delimitar as áreas de intervenção e orientar as ações de controle de forma mais precisa.

Além das ações estaduais, Suelen ressaltou a necessidade de cooperação binacional com a Bolívia, devido à proximidade geográfica e à migração das espécies entre os países. Para isso, foi necessário acionar o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e estabelecer diálogos paralelos com autoridades bolivianas, visando uma abordagem coordenada no controle do pirarucu.

Por fim, Suelen informou que todas essas iniciativas estavam em andamento e que o próximo passo seria

agendar uma nova oficina para dar continuidade ao trabalho de controle do pirarucu na região. Ela reforçou a importância da colaboração entre todas as partes envolvidas — incluindo pescadores, universidades, órgãos ambientais e agências governamentais — para garantir uma gestão sustentável e eficaz da espécie, protegendo assim o ecossistema local e as atividades pesqueiras tradicionais.

Em continuidade, Suelen afirma que foi encaminhado também ao Ibama, na ocasião em que o senhor revisou a solicitação. Na apresentação das características, foram discutidas ações de mitigação. A proposta, que foi coordenada pela articulação, não obteve retorno.

Após as recomendações, que constam no histórico do nosso Grupo técnico-científico (GTC), foram feitas as seguintes recomendações para o Comitê Permanente de Gestão (CPG) Norte:

1. Consultar o Ibama novamente sobre o andamento do plano de controle de erradicação, já que o plano foi iniciado;
2. Na segunda oficina, foi proposto que o grupo de gestão do CPG Norte fizesse essa consulta ao Ibama;
3. Solicitar ao Ibama a publicação da normativa que permite a captura da espécie exótica invasora na região;

Foi necessário apresentar o mapeamento da espécie invasora para que o Ministério da Pesca e Aquicultura possa realizar alterações na legislação para permitir a pesca. Foi sugerido fazer um levantamento sobre o tamanho das capturas e a defesa da espécie para tentar controlar a sua presença.

A recomendação do grupo técnico-científico é que se encaminhe uma solicitação ao Ibama, solicitando um posicionamento sobre a questão da espécie exótica e possíveis soluções para o problema. É importante também discutir com os órgãos responsáveis para obter uma posição sobre a legislação.

O CPG questionará novamente o estado sobre a legislação relacionada ao Guaporé. Esse histórico reflete o que ocorreu e as ações tomadas nos últimos anos, assim como os encaminhamentos realizados. Após a exposição, Suelen agradeceu e concluiu sua apresentação.

Após a conclusão da apresentação, Jocemar comentou sobre o assunto abordado e destacou que o tema era bastante interessante e polêmico. Jocemar apontou que a discussão não se limitava à liberação da pesca do pirarucu nas águas de Rondônia, uma vez que se tratava de uma espécie brasileira. O debate envolvia a liberação do comércio de uma espécie durante um período de defeso, uma prática comum em muitos lugares, o que tornava o tema particularmente controverso.

Jocemar então abriu a palavra para contribuições dos presentes, com o objetivo de discutir os melhores encaminhamentos e estratégias para lidar com o processo. Ele ressaltou a relevância do assunto, mencionando que, embora o pirarucu seja uma espécie invasora em Rondônia, existia uma legislação de proteção semelhante à de São Paulo, onde o pirarucu também é encontrado.

Jocemar observou que o Brasil enfrenta visões divergentes sobre esse tema e questionou se, durante as oficinas realizadas, os pescadores e pescadoras foram consultados sobre suas percepções em relação às propostas apresentadas. Ele também queria saber como eles viam as limitações impostas pela legislação vigente e qual era a opinião deles sobre as propostas discutidas.

Após o questionamento de Jocemar, Suelen forneceu um resumo sobre as ações realizadas. Ela explicou que, durante a primeira fase do projeto, foram realizadas visitas às colônias de pescadores, onde foi observado

que havia uma dificuldade em relação à identificação e manipulação da espécie em questão. Muitos pescadores relatavam que a carne do peixe ficava dura e que não sabiam como cortar adequadamente o peixe.

A situação foi discutida em conjunto com o estado, que propôs a realização de cursos de capacitação para os pescadores. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) foi mencionado como o responsável por oferecer treinamentos na área, e havia planos de levar especialistas para locais próximos que já possuíam planos de manejo de pirarucu.

Durante essas visitas, ficou claro que alguns pescadores já tinham conhecimento sobre como pescar, enquanto outros não tinham experiência e, às vezes, acabavam capturando peixes de forma inadequada, resultando em danos aos peixes e problemas de manejo. O estado também propôs trabalhar a parte culinária e a cadeia produtiva do cuidado com o peixe, além de focar na normatização.

A situação levou à convocação do Ibama para iniciar oficinas destinadas a discutir essas questões com os pescadores. Nas oficinas, foram discutidas várias opções para a elaboração de um plano de controle, abordando questões como o tamanho permitido para a pesca e o período de defeso. A discussão também incluiu se era necessário realizar ajustes no plano de controle para possibilitar a pesca em qualquer tamanho durante o ano inteiro.

Suelen relatou que as oficinas revelaram diversas preocupações e perguntas dos pescadores sobre o plano de controle. Durante as visitas técnicas e as oficinas, também foram abordadas as necessidades de pescadores esportivos e quilombolas, que participaram de cursos e aprenderam técnicas específicas de manejo.

Ela destacou que a primeira oficina foi bem recebida, mas que não participou da segunda, realizada no ano anterior. O Ministério não foi convidado para essa segunda oficina, o que gerou uma dúvida sobre os próximos passos a serem tomados.

Henrique Arakawa, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, relatou que a equipe do Ministério recebeu representantes da Sedam, que apresentaram um projeto voltado para o manejo do pirarucu em áreas manejadas. O projeto, que está sendo implementado no Rio Cautário, busca apoio logístico e financeiro.

Arakawa explicou que atualmente o Ibama possui competências relacionadas ao manejo do pirarucu, mas o Ministério do Meio Ambiente também está envolvido na coordenação desse trabalho. Embora o Ibama tenha apresentado uma minuta de portaria para a gestão do pirarucu na bacia amazônica, o MMA acredita que é necessário proceder com cautela, considerando as competências dos estados e a necessidade de colaboração entre as instituições.

No momento, o MMA está propondo ao Ibama a elaboração conjunta de um plano de manejo e controle do pirarucu. Arakawa mencionou que, apesar de não ter um conhecimento detalhado do histórico do projeto, ele considera importante envolver representantes do Ministério da Pesca e Aquicultura, da Sedam e do Ibama no processo de elaboração do plano. A Sedam já possui mapeamento das áreas manejadas e é crucial que todos os envolvidos trabalhem em conjunto.

Arakawa também destacou a importância de que o regulamento seja a última etapa após a definição do plano de manejo, para garantir que todas as etapas necessárias sejam concluídas antes da normatização. Ele mencionou que o Ministério da Pesca e Aquicultura deve ser incluído no plano de controle e que a Sedam está preparada para fornecer informações adicionais e acompanhamento das atividades em campo.

A equipe do Ministério do Meio Ambiente está planejando realizar novas reuniões e conversas com a Sedam para avançar na solução dos problemas relacionados ao manejo do pirarucu em Rondônia. Arakawa

indicou que um convite para acompanhamento das atividades será enviado em breve e que, apesar das dificuldades, há um esforço contínuo para resolver a questão de forma eficaz.

Após a fala de Henrique Arakawa, Jocemar manifestou apoio à sua sugestão e comentou que poderiam incluir, na pauta do segundo semestre, uma apresentação da SEDAM sobre o trabalho realizado. Ele mencionou que, até o momento, o foco tem sido no monitoramento da população de espécies invasoras, e não na replicação. O objetivo desse trabalho seria entender se os números dessas populações estão aumentando ou diminuindo. Jocemar ressaltou a importância de realizar essas contagens para manter a preocupação com a situação sob controle.

Para concluir esse tema de pauta, Jocemar acrescentou que seguirão com o encaminhamento proposto. Ele se comprometeu a preparar um material para apresentação na próxima reunião, com foco na rastreabilidade. Jocemar mencionou a necessidade de explorar como isso pode ser aplicado à pesca na Amazônia, especialmente em áreas de manejo. Ele sugeriu iniciar um trabalho piloto nessas regiões, destacando que é possível buscar uma parceria com áreas de manejo de outros recursos para iniciar esse processo.

Jocemar também concordou que a piscicultura facilita a rastreabilidade, pois permite o registro no momento certo da despesca dos tanques. Ele destacou que seria interessante começar a pensar na implementação da rastreabilidade, registro de origem, e valorização dos recursos pesqueiros, principalmente os que estão em áreas de manejo, algo que o Ministério tem trabalhado. Jocemar concluiu dizendo que esse poderia ser o início de um trabalho que, com o tempo, poderá ser ampliado para garantir o sucesso desejado.

Encerrada a apresentação, foi realizada uma pausa para um lanche.

3.7. Proposta de Alteração da Instrução Normativa Interministerial, MPA/MMA Nº 12, de 25 de Outubro de 2011, Visando Permitir o Projeto Piloto de Pesca Esportiva no Rio Araguaia no Período de Defeso. (Apresentação e Discussão) - Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva (ANEPE).

Após o retorno do intervalo, o Coordenador do CPG Norte apresentou o Sr. Kelven Lopes, representante da Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva (ANEPE). Kelven Lopes foi convidado para realizar uma apresentação sobre a proposta de alteração da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA Nº 12, de 25 de outubro de 2011, e conduzir o debate subsequente à sua exposição.

O Sr. Kelven Lopes iniciou sua apresentação informando que, em 2020, a ANEPE enviou diversos ofícios para a então Secretaria da Pesca, solicitando a realização de um projeto piloto de pesca esportiva no Rio Araguaia durante o período de defeso. A proposta era que a atividade fosse conduzida de modo experimental por um ano, com a coleta de dados ao longo da temporada.

Kelven destacou que o foco seria o monitoramento das espécies alvo da pesca amadora na região, especialmente os grandes bagres, a fim de avaliar a viabilidade da pesca durante o defeso no estado de Goiás, considerando que o estado do Tocantins já permitia essa prática sob certos critérios. Ele explicou que a ideia era verificar se a pesca esportiva poderia ser mantida de forma sustentável durante o defeso, considerando tanto a disponibilidade de público para essa atividade quanto o comportamento das espécies pescadas.

Além disso, seria realizado um estudo mais aprofundado, com um monitoramento rigoroso dos dados biológicos e pesqueiros, utilizando unidades amostrais distribuídas ao longo da calha do rio. Esses dados seriam georreferenciados e analisados para avaliar os possíveis impactos da pesca esportiva, tanto do ponto de vista biológico quanto socioeconômico.

Kelven concluiu que a solicitação de alteração da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA Nº

12, de 25 de outubro de 2011, se baseava na necessidade de conduzir esse experimento de forma temporária, com protocolos científicos bem definidos, visando tanto a conservação dos recursos pesqueiros quanto o desenvolvimento sustentável da atividade na região do Araguaia-Tocantins.

O Coordenador do CPG Norte, Jocemar Mendonça, fez um questionamento ao palestrante. Ele perguntou se já existia algum projeto piloto em andamento que pudesse servir de base para a proposta em discussão. Jocemar questionou especificamente sobre a liberação de pesca esportiva durante um período sensível, de 1º de novembro a 28 de fevereiro, que envolve espécies vulneráveis. Ele também levantou a questão sobre como seria possível manter o controle e a rastreabilidade dessa atividade para garantir que outras formas de pescaria, não permitidas durante o período de defeso, não fossem realizadas.

Em resposta ao questionamento de Jocemar Mendonça, Kelven Lopes explicou que, na época, havia sido apresentado um projeto piloto relacionado ao tema discutido. Kelven mencionou que esse piloto envolvia um compromisso formal, onde as operações de pesca seriam submetidas a uma capacitação específica. Nesse contexto, os condutores de pesca seriam responsáveis por registrar dados de captura seguindo um protocolo científico.

Kelven destacou que, em estados como Tocantins, onde a pesca esportiva é permitida com critérios específicos, como a utilização de anzóis com farpa amassada e o sistema "pesque e solte," o projeto Araguaia foi criado. Esse projeto estabelecia pontos de coleta ao longo da calha do rio Araguaia, com foco nas operações de pesca. Ele enfatizou que havia um compromisso do setor com a identificação e análise biométrica das espécies capturadas, além de registros detalhados das solturas, incluindo se a soltura foi imediata e se houve sangramento.

Ele também mencionou que os condutores de pesca seriam capacitados para realizar análises simples, como a avaliação do estado do peixe após a captura, seguindo um protocolo definido. Esses dados seriam reportados mensalmente durante os quatro meses de defeso, abrangendo 17 pontos amostrais que passariam por um delineamento estatístico.

Kelven explicou que o projeto visava, além dos aspectos biológicos, avaliar o impacto socioeconômico da pesca, especialmente no que diz respeito ao turismo de pesca. Ele ressaltou que o projeto Araguaia não envolvia abate de peixes, e que a pesca seria realizada de maneira a minimizar danos, utilizando anzóis circulares, que causam menos lesões comprovadamente em outras espécies.

O projeto baseava-se em três grandes pilares: a pesca com critérios específicos, a visualização e análise socioeconômica da atividade, e o monitoramento dos aspectos biológicos e pesqueiros. Além disso, cerca de 220 condutores de turismo de pesca seriam capacitados para coletar os dados necessários. Kelven finalizou afirmando que o objetivo era permitir uma discussão mais aprofundada sobre a liberação experimental da pesca sob essas condições, visando o desenvolvimento de um manejo pesqueiro mais perene e sustentável.

Após a apresentação de Kelven, Jocemar mencionou que haviam revisado o processo até o ano de 2020. Em seguida, acrescentou que, durante esse período, algumas opiniões foram emitidas por diversas entidades, incluindo a Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP). Jocemar perguntou aos presentes, tanto os que estavam participando online quanto presencialmente, se alguém tinha alguma dúvida ou questão a ser discutida, para que pudessem pensar em um encaminhamento adequado.

O Sr. **Cadu Vilça**, representante do CONEPE, iniciou sua fala cumprimentando a todos novamente e mencionou que se lembrava do assunto que estava sendo discutido, o qual havia sido levantado anteriormente. Ele destacou que, atualmente, existe um elemento novo na estrutura, que é o grupo técnico-científico, o qual

ele acredita que deveria ser melhor explicado de forma didática. Cadu sugeriu que o assunto fosse encaminhado para esse grupo.

Ele recordou que, na época em que o tema foi discutido anteriormente, a Consultoria Jurídica (CONJUR) havia alertado sobre a importância do caso, ressaltando a necessidade de cautela devido ao precedente que poderia ser estabelecido.

Cadu reconheceu a autenticidade da demanda e sugeriu que seria necessário ter uma visão geral mais clara, destacando a importância de um comparativo com o caso do pirarucu de Rondônia, que havia sido recentemente debatido. Ele propôs que os membros do comitê se unissem ao proponente para elaborar um documento de submissão lógico e bem estruturado, de modo a aumentar as chances de sucesso no encaminhamento da demanda.

Em sequência, o Sr. Henrique Arakawa, representante do MMA, acrescentou que o Ministério da Pesca e Aquicultura desenvolveu um Plano Nacional de Pesca Esportiva. Ele destacou que, atualmente, o Departamento de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros do MMA está sob a Secretaria Nacional de Bioeconomia, liderada por Carina Pimenta. Segundo Henrique, a Secretária solicitou que o tema fosse discutido no âmbito da pesca, considerando que ele pode ser enquadrado dentro do conceito de bioeconomia.

Ele mencionou ainda que Carina Pimenta esteve presente no lançamento do Plano Nacional de Pesca Esportiva, reforçando a relevância do tema. Henrique concordou com a sugestão de Cadu Vilça sobre a importância de levar essa questão para o Grupo Técnico Científico (GTC). Ele enfatizou que a discussão é pertinente, tanto do ponto de vista ecológico quanto da bioeconomia, que atualmente é considerada uma economia verde e está sendo debatida em diversos ministérios.

O **Sr. Vagner**, da CGE, expressou que não havia compreendido totalmente a questão apresentada, questionando se se tratava de um projeto piloto para, a partir dele, extrair experiências e lições aprendidas. Vagner destacou que é fundamental que esse projeto, se for de fato um projeto piloto, contemple a abertura da pesca esportiva durante o período de defesa, ressaltando a importância de um projeto paralelo de coleta de dados e monitoramento.

Ele reconheceu que as boas práticas já foram bem explicadas, mas ainda tinha dúvidas sobre a existência de um plano de acompanhamento específico para o período de pesca esportiva durante a defesa no Araguaia. Vagner questionou se esse plano já foi elaborado e se está disponível ao público, reiterando que ainda não havia compreendido completamente o ponto específico da questão.

Em resposta ao questionamento de Vagner, Kelven Lopes esclareceu que a parte socioeconômica da atividade será monitorada, incluindo as relações de emprego geradas por essa atividade. Ele também destacou que aspectos biológicos e pesqueiros serão observados, embora ainda não exista um plano formalizado.

Kelven explicou que, no momento, há uma coleta de dados e um monitoramento específico e rigoroso em andamento, que poderão evoluir para um plano mais estruturado. Ele frisou que sem projetos ou iniciativas experimentais desse tipo, não se poderá avançar nos processos de ordenamento e avaliação de outras atividades.

Kelven também mencionou que, no estado do Tocantins, já é permitida essa prática durante o período de defesa, e que a coleta de dados realizada poderá sustentar discussões mais amplas sobre a validade dessa abordagem. Segundo ele, o pedido atual é simples: experimentar esse processo no próximo período de defesa, destacando que o projeto foi submetido à Secretaria de Pesca em 2020.

Após a explanação de Kelven, Jocemar Mendonça questionou se mais alguém gostaria de contribuir, e mencionou que dentro do processo existente no Ministério (anteriormente SAP), há duas propostas em análise:

uma proposta da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e outra proposta que mantém os mesmos parâmetros. Ele questionou se ambas seriam projetos-piloto, mencionando que esses projetos foram submetidos em 2020.

Kelven respondeu que conhece apenas a proposta encaminhada por meio da ANEP, e que, embora tenha ciência da existência de outra proposta, não possui detalhes sobre ela. Ele sugeriu que as duas propostas poderiam ser complementares, uma sustentando a outra, e enfatizou que mais dados tornam o ordenamento mais preciso.

Jocemar, por sua vez, explicou que estão tentando entender como encaminhar as propostas, uma vez que ambas estão sendo apresentadas como tentativas de aplicar o plano em questão, e que o processo deve ser submetido ao MMA para análise. Kelven confirmou que a proposta em questão envolve o monitoramento da captura, servindo como subsídio para o ordenamento da pesca esportiva no período de defeso na bacia hidrográfica do Rio Araguaia.

Ele ainda acrescentou que há outra proposta que envolve o monitoramento de grandes bagres, como a piraíba. Segundo Kelven, embora as propostas não tenham o mesmo escopo, elas podem se complementar, mesmo sem um conhecimento profundo sobre a segunda proposta.

Jocemar aproveitou a oportunidade para complementar a fala de Kelven. Kelven mencionou a importância do apoio da Secretaria da Pesca Amadora e Esportiva em um projeto específico, destacando que a secretaria havia dado suporte a essa iniciativa.

Jocemar esclareceu que, para alterar uma normativa, é necessário que haja participação da sociedade e uma análise abrangente realizada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura e pelo Ministério do Meio Ambiente. Ele ressaltou que, além do impacto jurídico, é importante considerar os impactos e desdobramentos de qualquer projeto que possa modificar uma norma existente.

Jocemar também pontuou que, embora o projeto envolva 17 locais com cerca de 250 usuários, é essencial que o Grupo Técnico-Científico (GTC) emita um parecer sobre os impactos dessa atividade, mesmo que seja em caráter piloto. Ela sugeriu que fosse elaborado um encaminhamento para que o GTC analisasse a legislação vigente em uma área específica e mencionou a necessidade de ter cautela ao encaminhar o projeto para evitar equívocos, principalmente em relação ao projeto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, liderado pelo professor Dilermando Pereira Lima Júnior.

Kelven Lopes afirmou que poderia auxiliar no reenvio do projeto e garantiu que faria os devidos encaminhamentos necessários. Jocemar, por fim, mencionou que a proposta poderia ser encaminhada para uma nova análise pelos Ministérios envolvidos, com a possibilidade de realizar um trabalho piloto e de publicar uma norma que excetue ou inclua essa área dentro da portaria existente.

O Sr. Guilherme Estupinar, da WCS Brasil, iniciou sua fala destacando a importância de compartilhar os projetos relacionados às propostas de alteração de normas com todos os membros do CPG, antes de serem discutidos nas reuniões.

Além disso, reforçou a necessidade de conhecer detalhadamente o projeto em questão e sugeriu que ele fosse compartilhado com os membros do Comitê Permanente de Gestão (CPG). Ele ressaltou que, quando uma nova norma ou alteração é colocada em pauta, é crucial que todos os envolvidos compreendam do que se trata. Destacou-se a relevância do tema em discussão, que envolve a alteração de períodos de defeso em determinadas regiões e atividades pesqueiras durante esses períodos. Ele mencionou que a própria lei do defeso já está há muito tempo sem uma revisão geral e que seria prioritário discutir o tema do defeso amazônico antes de qualquer

outro.

Ela concluiu enfatizando que, para uma discussão eficaz, é essencial que qualquer proposta de alteração de norma, juntamente com seu histórico, seja previamente compartilhada com os membros do CPG, para que todos possam opinar de forma mais informada e contribuir para a tomada de decisão.

O Sr. Kelven Lopes iniciou sua fala concordando com as colocações anteriores e destacou que a proposta em questão é experimental, destinada a ser implementada por um período específico com o objetivo de coletar dados que possam subsidiar discussões futuras. Ele ressaltou que essa alteração não é permanente, mas sim temporal, e tem como propósito fornecer subsídios para uma análise mais aprofundada.

Kelven também mencionou que essa organização normativa é necessária para o recurso hídrico em questão, especificamente o Rio Araguaia, conforme a normativa vigente. Ele considerou que o cenário atual é adequado para que, antes de uma proposição formal, seja feita uma análise mais detalhada, especialmente em relação ao projeto apoiado pelo Ministério, garantindo que haja compatibilidade entre os aspectos envolvidos.

Por fim, Kelven sugeriu que o CPG convide um representante da Secretaria de Pesca Industrial ou a própria pesquisadora responsável para discutir a aderência dos dois projetos, que ele acredita serem semelhantes. Ele finalizou afirmando que essa análise conjunta poderá subsidiar uma tomada de decisão mais acertada e coesa.

Em continuidade, Jocemar sugeriu que fosse feito um encaminhamento, solicitando que o projeto fosse compartilhado para verificar se é o mesmo que está atualmente em análise no processo. Ele propôs que o projeto seja enviado aos membros do CPG, destacando a importância de que todos tenham acesso às informações pertinentes. Jocemar também mencionou a necessidade de enviar o projeto para a Eliene e o MPA, a fim de que seja realizada uma análise técnica e jurídica.

Ele ressaltou que o encaminhamento seguiria essa linha, visando apresentar todos os pontos relevantes, visto que se trata de uma questão complexa e, por vezes, polêmica. Jocemar observou que, embora o projeto já tenha sido discutido anteriormente, é crucial confirmar se a versão em análise, datada de 2020, sofreu modificações significativas.

Por fim, Jocemar solicitou que a versão mais atualizada do projeto fosse enviada por e-mail para permitir uma análise pelos membros e pelo GTC, considerando os impactos econômicos, ambientais e jurídicos. Ele sugeriu que, após a análise, os pareceres sejam apresentados ao grupo, possibilitando um encaminhamento mais adequado e embasado.

Kelven Lopes agradeceu a todos e observou que o encaminhamento sugerido por Jocemar parecia o mais razoável. Ele destacou a necessidade de apresentar o projeto a todos os envolvidos e, a partir disso, submeter o projeto formalmente para análise. Segundo Kelven, a proposta deve incluir dados preliminares que corroboram ambos os projetos.

Jocemar então esclareceu que o projeto em questão, liderado pela professora Hans, se foca na telemetria e investiga a ligação dos peixes, além da taxa de sobrevivência na prática de pesque-soltou, particularmente para a piraiíba na região. Ela explicou que este projeto não se sobrepõe ao período de defeso proposto, já que trabalha apenas no período em que a atividade pesqueira está liberada. Jocemar acrescentou que o projeto do Ministério é voltado para a sobrevivência e migração da piraiíba e não causará interferência significativa ao projeto em análise.

Ele finalizou sugerindo que o projeto fosse enviado o quanto antes para o GTC, para que seja feita uma

análise detalhada. Mencionou-se também mencionou a necessidade de encaminhar o projeto para o MPA, a fim de verificar a viabilidade de criar uma minuta de norma para implementar um piloto controlado e específico, atendendo às demandas existentes.

Em continuidade, Jocemar introduziu o tema da próxima apresentação, que abordará a "Situação da Pesca do Camarão Amazônico (*Macrobrachium amazonicum*) e Ordenamento do Caranguejo-Uçá (*Ucides cordatus*)". Ele detalhou que a apresentação será conduzida pela equipe da SEDAP e destacou a relevância do tópico. Ele explicou que, na reunião realizada no dia anterior, foi apresentado um panorama sobre as atividades relacionadas ao camarão *Macrobrachium amazonicum* na região do Pará, incluindo suas necessidades. Jocemar observou que a discussão incluirá a situação da pesca do camarão amazônico e as questões associadas ao caranguejo-uçá.

Adicionalmente, Jocemar mencionou que a apresentação sobre o camarão amazônico abrangerá a região do Pará até a Ilha de Marajó. Ele também informou que haverá uma breve discussão sobre a revisão da norma que regulamenta a extração do caranguejo-uçá, com detalhes a serem apresentados na reunião de sexta-feira.

o **Sr. Ediano de Souza Sandes** fez uma apresentação detalhada sobre a situação da pesca do camarão amazônico e o ordenamento do caranguejo-uçá e iniciou sua fala destacando que a apresentação se baseava em informações coletadas em uma reunião anterior com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP).

Ele explicou que a investigação focou na problemática da redução das capturas do camarão amazônico na região do Marajó, que tem se agravado ao longo dos últimos anos, resultando em impactos econômicos e sociais significativos.

O Sr. Ediano relatou que, durante uma audiência pública realizada há menos de um ano em Muaná, foi identificada a necessidade urgente de um estudo sobre a situação da pesca do camarão. A audiência evidenciou que a redução na captura estava tornando a atividade pesqueira inviável em algumas comunidades.

Em resposta a essa situação, foi decidido que a SEDAP realizaria um levantamento de campo para coletar dados técnicos e científicos atualizados. O objetivo era entender melhor o impacto das práticas pesqueiras e avaliar a necessidade de medidas de regulamentação e ordenamento. A pesquisa envolveu conversas com os usuários diretos do recurso, representantes das comunidades locais e autoridades municipais.

Durante o levantamento, foi observado que a redução nas capturas e no tamanho médio dos camarões afetava até eventos locais, como o Festival do Camarão em Muaná. A falta de camarões para o festival indicou a gravidade do problema.

O Sr. Ediano também destacou a colaboração com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, que já estava envolvida na elaboração de acordos de pesca para camarões e peixes. Essa parceria foi fundamental para a análise da situação e para o desenvolvimento de possíveis soluções.

O Sr. Ediano de Souza Sandes continuou sua apresentação abordando as descobertas e análises obtidas durante o levantamento de campo sobre a pesca do camarão amazônico.

Ele destacou que, durante as entrevistas e contatos diretos com representantes locais e usuários do recurso, foram identificadas várias possibilidades para a redução da captura do camarão. Entre as causas apontadas, a principal preocupação relatada por todos os municípios visitados foi a ausência de regulamentação adequada para a atividade pesqueira na região do Marajó. Os entrevistados indicaram que, ao longo da história de captura, não houve medidas oficiais de regulamentação implementadas por nenhum nível de governo, seja municipal, estadual ou federal.

O aumento da demanda e a intensificação do esforço de pesca, sem a implementação de normas regulatórias, contribuíram para a redução da produção e produtividade. A falta de regulamentação oficial levou a práticas inadequadas, como o uso de petrechos de pesca não apropriados, que foram identificadas como um dos fatores críticos para a diminuição das capturas.

Ediano também mencionou que, embora diversas causas fossem discutidas, algumas foram consideradas improváveis. Por exemplo, uma alegação foi de que o processamento de minério em Barcarena poderia estar afetando a qualidade da água, mas essa hipótese foi considerada pouco plausível. O Sr. Ediano argumentou que, com base no conhecimento técnico disponível, a influência de metais pesados provenientes da mineração no médio Amazonas era improvável, e essa possibilidade foi descartada após análise.

Ediano iniciou sua apresentação destacando que fatores climáticos foram amplamente discutidos durante a reunião. Ele mencionou que, embora esses fatores possam ter alguma influência, essa não foi considerada a principal causa pelos participantes.

Durante as visitas, ficou claro que há um consenso geral entre os pescadores e representantes das prefeituras sobre a necessidade de medidas regulatórias. Embora haja alguma discordância quanto ao tempo e ao período específico, a maioria concorda que a suspensão temporária da atividade pesqueira é uma das principais medidas defendidas. Além disso, a padronização das práticas pesqueiras foi apontada como crucial.

Ediano enfatizou que, embora a necessidade de uma medida regulatória geral seja amplamente reconhecida, também é importante considerar a aplicação de medidas específicas e localizadas para atender às necessidades particulares de diferentes comunidades. Ele observou que, por exemplo, comunidades mais distantes da sede do município têm características e desafios ambientais distintos que precisam ser levados em conta.

Em relação às práticas pesqueiras, Ediano destacou a importância de um regramento geral que todos devem seguir, mas que também permita ajustes específicos conforme a realidade local. Ele mencionou que algumas comunidades já estão adotando armadilhas de pesca e redes de arrasto, e que é essencial confirmar e monitorar a eficácia dessas práticas.

A discussão também abordou a dificuldade de implementar acordos de pesca e a necessidade de um monitoramento contínuo para avaliar os efeitos das medidas adotadas. Ediano ressaltou que o trabalho de convencimento e unificação das comunidades para chegar a um acordo é desafiador e demanda muito esforço.

Ediano destacou que, de acordo com as entrevistas realizadas e os relatos dos pescadores, há um consenso sobre a crise na pesca do camarão e a necessidade urgente de medidas de recuperação. Ele citou uma representante de pescadores em Gurupá, que expressou a preocupação com a falta de camarão para sustento imediato, evidenciando a gravidade da situação. Ediano ressaltou a urgência de implementar medidas de ordenamento e monitoramento, e mencionou que a equipe está se preparando para realizar mais visitas e coletar informações adicionais para garantir a eficácia das medidas propostas.

Ediano também falou sobre um acordo com o Amapá e ressaltou que a situação estava avançando. Ele mencionou que a intenção é levar as informações para o Ministério da Pesca e Aquicultura e o Ministério do Meio Ambiente, para que possam ser analisadas adequadamente.

Ediano destacou a necessidade de inserir a visita de um especialista na agenda para discutir os próximos passos. Ele também mencionou outros fatores que podem estar influenciando a situação, como o agronegócio, a contaminação e a mudança na dinâmica das águas devido à construção de barragens. Ediano citou o caso de Fernando das Casas Caídas, destacando que a mudança na dinâmica hídrica da região tem afetado a pesca.

A preocupação com a geração atual foi enfatizada por Ediano, citando uma representante local que expressou desespero com a situação atual, sugerindo que é necessário pensar em soluções para a geração presente e não apenas para o futuro.

Ediano ressaltou a necessidade urgente de buscar a recuperação dos recursos pesqueiros e trabalhar com os ministérios responsáveis pelo ordenamento. Ele destacou que a reunião de ontem já estabeleceu um planejamento com datas e ações para abordar o problema de forma eficaz.

Ao abrir a discussão, Jocemar questionou se alguém tinha alguma contribuição ou sugestão sobre a proposta em construção. Ele pediu aos participantes para que levantassem a mão se tivessem algum comentário a fazer.

O **Sr. Cadu Vilaça** fez o seguinte questionamento: Ele mencionou que, ao observar a tabela apresentada, identificou algumas discrepâncias nos dados entre os anos de 1990 e 2002, citados anteriormente, e questionou a continuidade dos dados até 2005. Ele ressaltou que havia uma relação mencionada com cerca de 30 famílias, mas que também foi mencionado o número de 2000 famílias em outro momento. Cadu sugeriu que essa relação fosse ajustada, utilizando uma proporção adequada para que se pudesse pensar em uma abordagem mais precisa.

Ele também comentou sobre a relação entre o período de defeso do peixe e o período de proteção dos crustáceos, afirmando que parece fazer sentido alinhar o defeso de ambos os grupos. Ao se referir ao *Macrobrachium amazonicum*, Cadu afirmou que essa espécie apresenta grande resiliência, sendo uma das menos afetadas por variações climáticas, o que reforça a ideia de que o problema relacionado à dinâmica das espécies poderia ter outra origem.

Cadu finalizou sua fala mencionando que, embora não existam dados recentes, a equipe de pesquisadores trabalhou com as informações disponíveis, considerando o tempo limitado que tiveram para reunir esses dados e apresentá-los ao CPG. Ele também mencionou a possibilidade de o GTC disponibilizar um pesquisador para contribuir com mais informações, seja presencialmente ou de forma online, para auxiliar nas discussões futuras. Por fim, reforçou a importância de dar seguimento aos encaminhamentos já propostos.

.Em resposta, o **Sr. Ediano** apresentou suas considerações. Ele relatou que, anos atrás, os pescadores utilizavam cerca de 30 matapis e conseguiam uma produtividade de aproximadamente 300, 350 a 400 gramas por armadilha, realizando duas retiradas por dia. No entanto, a realidade atual mostra que essa produtividade diminuiu para 770 gramas por matapi, mesmo com a redução do espaçamento entre as talas das armadilhas, o que permitiu a captura de um maior número de camarões.

Ediano explicou que, apesar de as famílias ainda utilizarem cerca de 300 matapis ao longo de um trecho do rio, a produção caiu consideravelmente, ou seja, a produtividade nos canais de pesca diminuiu. Ele acrescentou que esses dados são baseados em relatos locais, como o de um atravessador que mencionou que antigamente comprava até 4 toneladas de camarão por semana para processar e enviar, inclusive, para Manaus. No entanto, hoje em dia, tanto a quantidade quanto a qualidade dos camarões caíram, não sendo mais possível atender à demanda em escala, nem garantir o mesmo tamanho médio dos camarões como antigamente.

Por fim, Ediano destacou que todas as informações apresentadas foram baseadas em observações empíricas, exceto por um quadro específico que foi devidamente documentado.

.Concluindo a apresentação do Sr. Ediano, Jocemar fez um informe sobre o próximo tópico a ser abordado. Ele destacou que a regulamentação do caranguejo na região é regida pela Norma 325 de 2020, que possui validade de quatro anos, até 2024. Jocemar informou que na sexta-feira, será realizada uma discussão com representantes do setor pesqueiro, em Belém, para revisar essa norma. O objetivo é verificar se são

necessários ajustes ou uma prorrogação da norma para manter a ordem no manejo do caranguejo na região de manguezal.

Ele mencionou que essa discussão foi uma demanda das RESEX e enfatizou a importância da participação dos representantes do meio ambiente e do Ibama na reunião. Jocemar convidou todos os interessados a participar do encontro, que ocorrerá às 9 horas da sexta-feira (28/06/2024).

Jocemar também abordou o andamento da pauta, indicando que, devido ao cansaço dos participantes, seria mais adequado adiar alguns itens para a próxima reunião. Ele sugeriu que, na próxima sessão, a ser iniciada às 9 horas, fossem tratados os informes da Secretaria da SERMOP e da Secretaria Nacional de Registro, bem como outros pontos pendentes, incluindo o histórico do ordenamento da pesca.

Após a apresentação de Getúlio, o **Jocemar Mendonça** trouxe alguns informes finais referentes ao primeiro dia de reunião.

Sobre a portaria nº 1.448, ele explicou que foi criada em 2022 com o objetivo de substituir a IN nº 11 de 2011, responsável pelo RGP das embarcações. No entanto, essa portaria enfrentou problemas jurídicos, pois foi publicada em janeiro de 2023 pela SAP, sem considerar que, a partir de 1º de janeiro de 2023, a gestão seria compartilhada. Por esse motivo, a portaria foi suspensa e está em processo de revisão. A prioridade da nova versão é estabelecer o RGP para embarcações continentais, que ainda não têm uma regulamentação adequada, o que gera grandes transtornos para os pescadores e pescadoras. A previsão é que a revisão da portaria seja concluída até o final do ano, com o objetivo de regularizar as embarcações continentais primeiro, antes de passar para a revisão das modalidades marinhas.

A revisão está sendo conduzida por um grupo de trabalho formado por representantes do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, com a participação de especialistas como Antonio Gallucci. O coordenador destacou a importância dessa revisão para dar visibilidade às embarcações artesanais e à indústria pesqueira.

Encerrando sua fala, o Coordenador perguntou se havia mais algum informe da SERMOP. Ao receber a confirmação de que não havia novos informes, ele aproveitou para agradecer a todos os presentes pela participação no primeiro dia de reunião. Ele mencionou que, devido ao cansaço do grupo, o último item da pauta, que envolve as demandas recebidas pela Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, seria abordado no início do segundo dia de reunião, às 9h. Entre os temas previstos, ele citou o treinamento da pesca na região do Xingu, que foi retomado após discussões entre pescadores, Eletronorte, IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente.

O Coordenador finalizou agradecendo a participação de todos e reforçando o convite para o retorno às atividades no dia seguinte, no mesmo horário e canal de comunicação.

3.8. Demandas recebidas na Secretaria Nacional de Pesca Artesanal. Apresentação Coordenação CPG Norte.

O coordenador iniciou o segundo dia de reunião do CPG Norte dando as boas-vindas a todos os presentes, expressando a esperança de que todos tivessem tido um bom descanso da noite anterior. Ele ressaltou que o encontro daria continuidade aos trabalhos do dia anterior e apresentou a pauta prevista para o dia.

O primeiro ponto seria o item que ficou pendente da reunião anterior: as demandas recebidas pela Secretaria Nacional de Pesca Artesanal. Após esse tema, o grupo passaria a discutir o histórico do ordenamento da pesca na região do Xingu e a retomada do acordo de cooperação técnica com a Norte Energia.

Para finalizar o dia, estava previsto o retorno das devolutivas das recomendações da última reunião ordinária do CPG, seguido da construção das recomendações desta reunião atual, além das contribuições dos

membros e a definição de uma nova data e local para a realização da próxima reunião.

Bianca Larissa de Mesquita Souza, chefe da Divisão de Pesca Continental do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), iniciou sua fala se apresentando como paraense da região de Santarém e destacou que está envolvida na Secretaria Nacional de Pesca Artesanal desde o ano passado, agora também integrando a coordenação do CPG Norte. Após uma breve introdução, ela pediu um momento para organizar suas considerações.

Bianca explicou que tentou resumir os temas para a reunião, já que, se fossem abordar todas as demandas do dia a dia, ocupariam muito tempo apenas levantando questões. Ela optou por focar nos itens que justificam a construção da agenda do CPG Norte, ressaltando o desafio que é organizar o ordenamento das bacias do norte do país.

O primeiro item abordado foi sobre as tratativas relacionadas ao controle do pirarucu na bacia do Rio Madeira, em Rondônia. Esse tema foi resgatado para ser discutido novamente, com a expectativa de encaminhamentos futuros. O segundo item tratou das demandas enviadas pela Federação das Colônias dos Pescadores e Piscicultores do Estado de Roraima, que denunciou a contaminação de peixes por veículos no estado.

Em seguida, Bianca mencionou a proposta do programa "Pesca Legal" da Secretaria de Pesca e Aquicultura do Estado de Tocantins, para o qual já foi solicitada uma reunião a fim de entender melhor a demanda e articular de que forma o programa seria implementado. Outro item foi o apoio dado à delegação do Estado do Amapá, que participou do 12º Seminário de Pesca Artesanal, ocorrido em Brasília.

Bianca também destacou a demanda do caderno de resposta da Presidência da República referente ao projeto "50+50", representado por Benedito. Esse projeto aborda os 50 anos da Transamazônica e a projeção para os próximos 50 anos. Diversos ministérios foram convidados a se comprometer com ações, e a Secretaria Nacional de Pesca Artesanal se comprometeu com as partes relacionadas ao ordenamento pesqueiro.

Outro ponto levantado foi a solicitação do Coletivo do Pirabucu para a prorrogação do prazo de pesca de uma espécie de peixe branco, devido à seca. Apesar da demanda ter chegado atrasada, uma nota técnica foi elaborada e encaminhada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Bianca ressaltou a importância de se organizarem melhor para o próximo ano, levando em consideração as projeções de seca.

Em sequência, foi discutido o pedido de auxílio extraordinário para trabalhadores beneficiários do seguro-defeso em Roraima, afetados pela estiagem. A federação dos pescadores do Pará também apresentou questões relacionadas à seca, que afeta a bacia do Rio Amazonas e outras bacias no estado do Pará e Roraima.

Outro item na pauta tratou da solicitação de parceria entre o MPA e a Secretaria de Estado de Aquicultura do Tocantins. Bianca informou que estão aguardando um retorno para discutir melhor essa parceria. Além disso, foram mencionadas solicitações de deputados do Pará e Rondônia para incluir municípios na medida provisória de auxílio extraordinário aos afetados pela estiagem.

A Federação dos Pescadores do Estado do Amazonas (FEPESCA) solicitou uma emenda à medida provisória para incluir 13 municípios do estado no âmbito do auxílio emergencial para pescadores afetados pela estiagem.

Bianca também relatou uma demanda vinda da região do Xingu, onde colônias de pescadores solicitaram um seminário e treinamento para as equipes de atendimento às demandas da região. Além disso, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) solicitou uma reunião e uma visita aos territórios, além de novas condicionantes na licença da Norte Energia.

A cooperativa dos pescadores de Vitória do Xingu solicitou o pagamento retroativo dos anos de 2015 e 2016, bem como a suspensão da atividade pesqueira na Volta Grande do Rio Xingu, além da presença do MPA na região. A Associação dos Criadores e Exportadores de Peixes Ornamentais de Altamira também apresentou demandas, solicitando o cumprimento do acordo de cooperação técnica de 2014 com a Norte Energia, além da flexibilização da venda de peixes ornamentais.

Por fim, Bianca relatou a solicitação de prolongamento do período de seguro-defeso para pescadores de Tucuruí, no Pará, e demandas emergenciais do Rio Madeira. Ela mencionou ainda uma demanda da Caravana Federativa do Amapá, que foi apresentada ao ministro da pesca, com o objetivo de dialogar e organizar encaminhamentos internos entre as associações, colônias e gestões municipais.

Para concluir, Bianca reforçou que, apesar de haver muitas demandas e projetos de lei em andamento, essas eram as principais questões que justificaram a construção da agenda do CPG Norte e ressaltou a importância de organizar os próximos encaminhamentos. Ela disponibilizou o contato da Coordenação de

Gestão Participativa Continental, representada por Cristiano Quaresma, e agradeceu a atenção de todos.

O **Sr. Ademar** relatou que há um grave problema relacionado ao canal do Lourenço, por onde escoar a produção da comunidade. Ele mencionou que a luta para o reconhecimento das famílias ribeirinhas tem sido intensa, inclusive com a realização de audiência pública com o Ministério Público Federal, que insiste em afirmar que apenas 6.000 famílias seriam atingidas. No entanto, segundo os levantamentos feitos, mais de 80.000 famílias, até a região de Barcarena, seriam impactadas. Ele ressaltou que a associação da qual faz parte, voltada para as vítimas das obras no Rio Tocantins, tem travado essa batalha de forma direta.

Durante a audiência pública, ele destacou a necessidade de o Ministério da Pesca e Aquicultura defender os pescadores, pois até o momento não houve manifestação da pasta. Ressaltou que os ribeirinhos e pescadores estão desamparados, e embora nem todo pescador seja ribeirinho, todo ribeirinho é pescador, o que demonstra a importância de atender as demandas relacionadas à seca. Ele relatou que, no Lago de Tucuruí, a seca levou à morte de grande quantidade de peixes e que a população não foi reconhecida nas medidas de emergência. Quando ocorrem secas em outras regiões, como no Paraná, os estados são atendidos em sua totalidade, mas, no Pará, apenas uma parte foi contemplada, deixando muitos pescadores desassistidos, o que gerou grandes dificuldades, inclusive de acesso à água.

Ele mencionou que o Lago de Tucuruí, com seus 3.000 km², faz parte de uma área onde há sete barragens ao longo do Rio Tocantins, o que tem gerado impactos severos. Em uma reunião com o Ministério da Pesca e Aquicultura, foram discutidos também os ataques que os ribeirinhos têm sofrido por parte de fazendeiros, o que levou à expulsão de várias comunidades pela Justiça Agrária de Marabá, em uma área federal. Ele pediu a intervenção do Ministério da Pesca e Aquicultura em defesa desses ribeirinhos, mencionando a Portaria 89 do Governo Federal de 2010, que determina que as margens de rios federais devem ser de uso sustentável para as comunidades tradicionais e pescadores. Porém, a posse dessas áreas está sendo transferida para fazendeiros, resultando na perda de terras por 76 famílias.

Ademar também relatou que a Justiça Agrária Estadual tem atuado em áreas federais, o que tem causado mais conflitos. Ele enfatizou que a carteira de pesca garante o direito de os pescadores e ribeirinhos utilizarem qualquer território brasileiro para sua atividade, mas na região, fazendeiros armados têm impedido esse direito, chegando ao ponto de matar pescadores.

Ademar mencionou ainda a portaria 2.916, proposta pelo senador Jader Barbalho, que ainda não foi votada. Esta portaria, que entrou em pauta em 2021, garantiria direitos territoriais aos ribeirinhos. Atualmente, o Senado é composto em grande parte por latifundiários, sem representatividade para os pescadores. Ele conclamou os presentes a assinarem um abaixo-assinado e a lutarem para que a portaria seja aprovada, pois isso garantiria os direitos dos ribeirinhos sem a necessidade de brigar por indenizações com fazendeiros.

Ademar finalizou sua fala destacando que os pescadores não têm representatividade no Senado ou na Câmara dos Deputados e que é necessário eleger representantes da própria classe para que suas demandas sejam ouvidas e atendidas.

O **Sr. Alessandro** explicou que, em outubro de 2023, durante uma visita do vice-presidente Geraldo Alekmin a Manaus, foi solicitada a antecipação do seguro-defeso devido à seca no Amazonas. O ministro André de Paula encaminhou a solicitação, e, posteriormente, criou-se o seguro-defeso extraordinário, no valor de R\$ 2.640,00, que também beneficiou estados como Amapá, Roraima, Acre e Rondônia.

Alessandro destacou que alguns municípios do Amazonas não enviaram suas declarações de emergência a tempo, o que os deixou de fora do benefício, mas agradeceu o apoio do ministro durante a crise. Antecipando-se a uma nova estiagem, ele conseguiu 10.600 cestas básicas e mencionou a necessidade de um plano estratégico para os pescadores, defendendo que o governo federal assuma a responsabilidade, já que muitos gestores municipais não se comprometem com a situação.

Em resposta aos elementos apresentados pelo Sr. Alessandro, Jocemar esclareceu que a complexidade do funcionamento do governo muitas vezes resulta em atrasos ou impedimentos na execução de medidas. Ele explicou que a ausência de um seguro-defeso prolongado é uma questão jurídica complexa, já que o seguro-defeso é baseado no período de defeso, e qualquer alteração exigiria mudanças legislativas significativas.

Jocemar destacou que a medida provisória foi o instrumento jurídico adotado para o auxílio emergencial extraordinário, assinada na presidência e com planejamento adequado. No entanto, para que a liberação dos recursos aconteça, é necessário que os requisitos legais sejam cumpridos, o que inclui a participação de vários órgãos e a coordenação com prefeituras.

Ele mencionou que o planejamento e a coordenação com os municípios são cruciais, e que o governo

federal não pode agir isoladamente sem a colaboração dos prefeitos e das câmaras de vereadores. Jocemar ressaltou a necessidade de um trabalho de base para garantir que as demandas da população sejam atendidas e que o arcabouço jurídico e administrativo seja seguido.

Ele concluiu afirmando que, apesar da boa vontade dos ministros e do presidente, os impedimentos jurídicos e administrativos podem complicar a implementação de soluções rápidas. A coordenação eficaz entre todos os níveis de governo e a pressão sobre os gestores locais são essenciais para superar esses desafios.

O **Sr. Alessandro** destacou que, sem a declaração de situação de emergência no município, não é possível elaborar um plano de ação, independentemente de divergências políticas, como no caso de pescadores que fazem oposição ao prefeito. Ele ressaltou que a situação de emergência municipal é um requisito indispensável para a criação de tais planos.

Explicou ainda que, quando o plano é implementado, o governo estadual fica responsável pela logística, como ocorreu em ações anteriores, enquanto o governo federal é encarregado de fornecer o auxílio emergencial e as cestas básicas. No entanto, apenas os pescadores registrados no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) no ano anterior são elegíveis para receber os benefícios. Ele exemplificou que, se um pescador se registrou em outubro deste ano (2024), não teria direito ao benefício até o ano seguinte (2025), pois a exigência é ter o RGP do ano anterior.

Alessandro mencionou que, em estados como Pará, Amazonas e Amapá, foram contemplados diversos municípios, totalizando 48 no Amazonas, o que beneficiou cerca de 340 mil pescadores. Ele afirmou que mais de 80 bilhões de reais foram injetados na economia do Amazonas no final do ano, como forma de apoio aos pescadores, movimentando a economia local.

Enfatizou também a rigidez da fiscalização do Tribunal de Contas, que exige uma execução correta dos planos, sem espaço para irregularidades. Nesse sentido, Alessandro sugeriu a criação de um plano que envolva a logística estadual, o fornecimento de recursos pelo governo federal e a declaração de emergência pelos municípios, com base no levantamento dos pescadores registrados no ano anterior. Ele finalizou destacando a importância de discutir essas questões no fórum adequado e a necessidade de precaução para evitar problemas no próximo ano, reiterando a importância de um planejamento antecipado.

O **Sr. Renan Rocha** expressou preocupação quanto à preparação para a próxima estiagem, que já está em curso. Ele mencionou o déficit existente na emissão de registros do RGP, apesar dos esforços do Ministério em tentar reduzir esse problema. Rocha questionou o uso do RGP como critério para receber assistência social em um momento tão crítico, ponderando se esse requisito não estaria excluindo muitas pessoas que enfrentam as mesmas dificuldades.

Ele levantou a possibilidade de identificar outros meios de inclusão, sugerindo que, embora seja válido utilizar o RGP para identificar os pescadores, seria importante buscar alternativas para garantir que ninguém fique de fora da assistência devido à falta do registro. Renan mencionou que o Ministério do Desenvolvimento Social, por exemplo, possui cadastros de cidadãos que poderiam ser aproveitados para essa finalidade.

Ele finalizou ressaltando sua preocupação com o fato de que o uso do RGP como critério de elegibilidade pode excluir pessoas que estão passando pelas mesmas dificuldades, mas que, por não terem o registro, ficam impossibilitadas de receber o auxílio necessário.

Em resposta aos questionamentos do Sr. Renan, **Jocemar** esclareceu que o Ministério utiliza o RGP como critério oficial para a concessão de benefícios. Ele destacou que, atualmente, existem mais de 1.200.000 pescadores registrados no RGP no Brasil, um número significativamente maior do que os 1.080.000 registrados anteriormente.

Jocemar ressaltou que, legalmente, o governo precisa comprovar a elegibilidade dos beneficiários, tornando difícil fugir da exigência do RGP. No entanto, ele mencionou que, em alguns casos, principalmente com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), é possível utilizar o Cadastro Único como alternativa para identificar as pessoas que necessitam de assistência social, mesmo que não possuam o RGP. Assim, aqueles registrados no Cadastro Único podem ser atendidos, mesmo sem o registro no RGP.

Ele enfatizou que é necessário ter algum tipo de registro oficial da pessoa, seja pelo RGP ou pelo Cadastro Único do INSS, para controle e conformidade com as exigências legais. Essas exigências, determinadas pelo Tribunal de Contas e pela Controladoria Geral da União, são fundamentais para garantir que qualquer tipo de assistência, seja para pescadores, ribeirinhos ou outras populações, siga os trâmites legais adequados.

Em seguida, o **Sr. Juarez**, do IBAMA, comentou sobre a complexidade das mudanças de gestão na pasta da pesca, destacando que, a cada troca de ministério, é necessário retomar do zero diversas discussões e

iniciativas. Ele mencionou que já trabalha no IBAMA há bastante tempo e que a temática da pesca artesanal é sempre abordada, independentemente do ministério ao qual a pesca esteja vinculada. Juarez observou que essas discussões, muitas vezes, focam em questões como o Registro Geral da Pesca (RGP), o seguro-defeso e outros tópicos relacionados à pesca artesanal, que têm ocupado um espaço significativo nas pautas dos encontros.

Ele enfatizou que, enquanto órgãos ambientais, a principal preocupação é com as espécies e a sustentabilidade dos recursos. No entanto, reconheceu que há uma forte pressão das associações e sindicatos de pescadores, que frequentemente solicitam apoio e benefícios para os pescadores, o que por vezes pode se sobrepor à questão da preservação biológica.

Juarez também alertou sobre a previsão de secas drásticas na região do Marajó, destacando que as condições climáticas adversas podem impactar negativamente a pesca. Ele mencionou que, em anos anteriores, a expectativa era de aumento no nível das águas, mas o cenário tem sido o oposto, com secas severas afetando a dinâmica dos recursos pesqueiros.

O Sr. Juarez destacou que o seguro-defeso, criado para proteger os pescadores durante o período de reprodução dos peixes, tem sido frequentemente utilizado como uma medida de distribuição de renda, sem garantir que o recurso pesqueiro esteja sendo mantido de forma sustentável para as gerações futuras. Ele apontou a existência de um grande número de pescadores em algumas regiões, como Pedra, onde há 13.000 pescadores registrados, o que levanta dúvidas sobre a capacidade de suporte da produção para atender a todos de maneira sustentável.

Ele ainda discutiu a necessidade de resolver a questão da regularização das embarcações que atuam nas águas continentais, especialmente no Amazonas, onde muitas delas operam apenas com protocolos, sem registros definitivos. Juarez mencionou que o sistema do RGP não tem conseguido absorver todas essas embarcações no cadastro oficial.

Por fim, Juarez destacou a importância de o governo traçar uma estratégia eficiente para a pesca artesanal, especialmente na região amazônica, onde essa atividade representa uma parte significativa da produção. Ele enfatizou que o foco do governo deve ser na sustentabilidade dos recursos, desassociando-se de interferências políticas e focando no papel dos órgãos ambientais, como o IBAMA e o Ministério da Pesca e Aquicultura, na preservação dos recursos naturais.

Ao encerrar, Juarez expressou preocupação com os impactos das mudanças climáticas sobre a dinâmica populacional das espécies e com o possível esgotamento dos recursos pesqueiros caso as medidas de sustentabilidade não sejam implementadas de forma eficaz. Ele destacou que, sem recursos hídricos e pesqueiros adequados, os pescadores e as associações de pesca sofrerão, e talvez até o próprio Ministério da Pesca e Aquicultura não tenha mais razão de existir. Concluiu sua fala agradecendo e pedindo desculpas pela extensão de sua contribuição.

O Professor da UFPA, Altamira (CHECAR O NOME DELE), iniciou sua fala concordando plenamente com Juarez sobre as mudanças enfrentadas com o governo. Ele destacou que passamos por tempos muito difíceis, como o período da COVID-19 e o governo anterior, e que agora estamos em uma nova fase de restabelecimento, diálogo e reconstrução de projetos e diversas outras iniciativas.

O professor enfatizou a importância de trabalhar para que o tipo de trabalho que predomina na região amazônica seja reconhecido. Ele mencionou que a tendência de qualquer governo, incluindo o atual, é priorizar o desenvolvimento econômico, com projetos que geram empregos e cujos impactos, supostamente, podem ser resolvidos com compensações. No entanto, ressaltou que essa visão está equivocada, pois esses grandes projetos, como a hidrovía do canal do Lourenço e Belo Monte, possuem uma complexidade de impactos que, muitas vezes, fazem com que os supostos benefícios, como empregos, não resultem em um ganho líquido real para a população.

Ele destacou a necessidade de valorizar a economia de subsistência, não apenas a pesca comercial, mas

também o peixe que vai para o prato das pessoas no dia a dia, apontando esse como um dos principais problemas enfrentados atualmente em Belo Monte. O professor reforçou que a Amazônia possui grande potencial para outras formas de economia extrativista, as quais não só geram renda, mas também são essenciais para o suprimento de alimentos e para garantir a soberania alimentar dos povos da Amazônia.

Segundo o professor, nem o atual governo nem os governos futuros compreendem plenamente essa importância, e é fundamental lutar para que isso seja reconhecido. Ele reiterou que grandes projetos, em geral, não trazem ganhos líquidos, independentemente do número de empregos gerados ou do valor gasto em medidas de compensação e mitigação. Ele criticou o discurso do próprio presidente, que mencionou que, mesmo com os altos investimentos em Belo Monte, ele repetiria o projeto, sem considerar que, dependendo de como os recursos são aplicados, eles podem trazer mais prejuízos do que benefícios, como é o caso de Belo Monte.

Em sequência, o **Sr. Benedito Brado**, representando a coordenação da bacia do Xingu, esclareceu que, no dia anterior, havia se apresentado como membro da coordenação e ressaltou sua participação no debate referente à questão dos 50 + 50. Ele mencionou que, em novembro de 2023, teve um encontro com o secretário e sua equipe em Brasília, onde foram discutidas tratativas importantes. Segundo Benedito, o Ministério da Pesca e Aquicultura precisa marcar presença na bacia do Xingu.

Ele compartilhou suas percepções sobre as discussões que ocorreram desde o dia anterior, destacando a riqueza do debate promovido pela equipe do MPA e seus participantes. Em sua análise, Benedito apontou que as pesquisas demonstram tanto a importância dos recursos naturais da região Norte quanto os desafios crescentes enfrentados, como o aumento populacional e a expansão de grandes complexos na região, além de questões climáticas. Ele observou que, historicamente, o governo e os pescadores do Brasil não estavam devidamente preparados para lidar com a crescente demanda e os impactos ambientais.

Benedito destacou que a natureza possui limites, e quando esses limites são atingidos, a sociedade precisa agir para complementar os recursos naturais. Ele mencionou a proposta da cooperativa da Vitória do Xingu, que já conta com empresários da região envolvidos na criação de peixes em cativeiro, e salientou a necessidade de incluir os pescadores nesse processo, considerando sua situação mais delicada. Em seu discurso, Benedito reconheceu a importância de abordar a questão social e refletiu sobre a crise iminente que poderá afetar os pescadores, questionando se o governo estadual está considerando essas pautas e se os pescadores não deveriam estar mais organizados para levá-las ao governo.

Ele fez referência ao número significativo de pescadores no estado do Pará, que possui mais de 100 mil trabalhadores nessa atividade, e mencionou a necessidade de uma maior organização entre eles. Benedito também agradeceu ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ao Ministério da Pesca e Aquicultura e ao IBAMA, que estiveram na região realizando uma escuta junto aos ribeirinhos, abordando tanto a regulamentação fundiária quanto os gargalos da pesca.

Em relação à agenda futura, Benedito mencionou a expectativa criada entre os pescadores, ribeirinhos e barqueiros quanto às ações do governo e enfatizou a importância de evitar frustrações, garantindo que os assuntos em pauta sejam tratados de forma clara e objetiva. Ele também destacou o conflito entre os pescadores e a Norte Energia, mencionando que a construção da barragem na região interferiu no ciclo de reprodução dos peixes, devido à variação constante dos níveis da água, o que impede a desova adequada. A falta de reconhecimento desse impacto pela empresa é motivo de preocupação.

Por fim, Benedito propôs uma agenda para dar seguimento às discussões e mencionou que os custos estão sendo tratados com a Norte Energia, em parceria com o Ministério. Ele informou que enviou uma

contraproposta por e-mail, abrangendo as localidades de Maribel, Altamira e Vitória do Xingu, e agradeceu a atenção.

Após a fala do Sr. Benedito Brado, o **coordenador Jocemar Mendonça** aproveitou a deixa para introduzir o próximo ponto da pauta, destacando que Benedito já havia, de certa forma, iniciado o tema ao mencionar a questão do orçamento da pesca na região do Xingu e a retomada das ações no local. Jocemar explicou que essa retomada envolve o acordo de cooperação técnica que está sendo reativado na região.

Ele solicitou que o próximo participante aguardasse um pouco antes de falar, já que Bianca Larissa de Mesquita Sousa iria apresentar a primeira visita realizada pela Secretaria de Pesca Artesanal à região, esclarecendo que, embora o Ministério da Pesca e Aquicultura já tivesse trabalhado na área desde a construção da Usina de Belo Monte, essa foi a primeira visita da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal.

Jocemar mencionou que o Ministério havia celebrado um acordo de cooperação técnica com a Norte Energia no início das operações da usina, mas ressaltou que, ao longo dos anos, muitas mudanças ocorreram e que o futuro da pasta é incerto, dado o cenário político instável do Brasil. No entanto, reforçou o compromisso da equipe em continuar lutando pelas melhores condições de trabalho e de vida para os pescadores e pela preservação dos recursos pesqueiros enquanto estiverem em atividade.

Jocemar lembrou que, entre 2010 e 2015, durante a construção de Belo Monte, várias atividades foram desenvolvidas por meio do acordo de cooperação técnica. No entanto, destacou que a recente visita identificou muitos pontos que precisam ser melhor trabalhados para proporcionar melhores condições aos pescadores e pescadoras da região. Bianca iria detalhar os pontos observados durante a visita, que incluíam a necessidade de melhorar os atendimentos às condicionantes e de elevar a pesca na região a um patamar mais elevado, considerando os conflitos existentes e a falta de suporte.

Ele mencionou que o Ministério está em discussões com a Norte Energia, o Ibama e, principalmente, com os pescadores e pescadoras, visando operacionalizar as ações planejadas para o ano. Jocemar enfatizou que a próxima etapa não será apenas uma continuação das discussões, mas também um momento de planejamento e implementação das ações.

Ao final, ele passou a palavra para Bianca, que apresentaria suas percepções iniciais sobre a visita e as discussões que ocorreram.

3.9. Histórico sobre o Ordenamento da Pesca na Região do Xingu e Retomada do Acordo de Cooperação Técnica entre o MPA e a Norte Energia. Apresentação e Discussão Coordenação do CPG Norte.

A **Sra. Bianca Larissa**, Chefe de Divisão da Coordenação-Geral de Gestão Participativa Continental, iniciou sua apresentação explicando a agenda da visita ao Xingu, que foi solicitada desde novembro de 2023, após a caravana do grupo "50 + 50" ter sido recebida na Secretaria Nacional de Pesca Artesanal. A caravana envolveu pontos focais, associações, cooperativas e coletivos das mulheres do Xingu. Em fevereiro de 2024, foi feito um convite para visitar os territórios, o que levou a uma colaboração entre o Ministério da Pesca e outros parceiros para construir uma agenda extensa de atividades.

A visita incluiu atividades ao longo do Rio Xingu, com a coordenação das lideranças locais para indicar os locais a serem visitados, considerando a extensão do território. Durante o primeiro dia, foi realizada uma escuta com as lideranças e movimentos locais, que apresentaram suas demandas e questões tanto para a Secretaria Nacional de Pesca quanto para outros órgãos.

Bianca explicou que a agenda foi muito rica, envolvendo diversas visitas e escutas ativas, e destacou que as principais demandas coletadas foram sobre os critérios de identificação dos pescadores para o pagamento da verba compensatória. O Ministério da Pesca e Aquicultura se dispôs a criar uma nota técnica para subsidiar o reconhecimento desses pescadores e garantir a compensação adequada.

Outras demandas incluíram o reconhecimento dos impactos na área de Remanso, localizada entre o reservatório e o mosaico de terras indígenas, e a questão dos territórios ribeirinhos em área de APP (Área de Preservação Permanente), que questionam a soberania territorial e a assistência técnica.

Bianca também mencionou a demanda por assistência técnica de pesca para os pescadores e ribeirinhos moradores da reserva extrativista Riozinho do Anfrísio e a necessidade de reconhecimento dos barqueiros como atingidos, cujo relatório está sendo analisado pela UFPA.

Ela concluiu sua apresentação destacando que, após identificar esses pontos principais, a equipe técnica discutiu e encaminhou as questões para a diretoria da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal. Em seguida, passou a palavra para o coordenador Jocemar Mendonça, que forneceria informes adicionais e detalhes sobre os próximos passos a serem seguidos.

Após a apresentação de Bianca, **Jocemar Mendonça** fez algumas observações adicionais sobre a situação. Ele mencionou que, após a visita de reconhecimento e a busca por soluções para as demandas identificadas, surgiram outras questões paralelas e demandas represadas que ainda precisam ser abordadas.

Jocemar destacou que, desde a reunião anterior, foram realizadas mais três reuniões com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), especialmente com a diretoria de licenciamento. Ele informou que há planos para retornar à região em agosto de 2024 para discutir a operacionalização das propostas com o setor pesqueiro e os atingidos.

Durante a visita, foram identificadas várias estruturas construídas, algumas das quais estão operacionais, especialmente as relacionadas à aquicultura pela Universidade Federal do Pará. No entanto, também foram encontradas boas estruturas que estão paradas e sem utilização.

Jocemar explicou que a Secretaria Nacional de Pesca Artesanal possui duas diretorias principais: uma dedicada ao ordenamento e manutenção dos recursos pesqueiros (DEPOP), e a outra focada em inovação, fomento e extensão (DIPI). Ele destacou que o departamento de ordenamento trabalha na organização e fortalecimento do setor pesqueiro, enquanto o departamento de inovação busca otimizar a utilização das estruturas existentes para melhorar a cadeia produtiva pesqueira.

Ele abordou a questão da desagregação entre os pescadores e as pescadoras devido a conflitos relacionados às indenizações, comparando a situação com casos semelhantes, como o de Mariana, em Minas Gerais. Jocemar ressaltou que essas desagregações enfraquecem os grupos e trazem conflitos internos.

O papel do Ministério da Pesca e Aquicultura, segundo Jocemar, é promover a união e o empoderamento das comunidades afetadas, mesmo diante das divergências e desafios. Ele enfatizou a importância de agregar as pessoas, alinhar objetivos comuns e superar os obstáculos para fortalecer o processo.

Jocemar concluiu que, apesar das dificuldades, o foco principal é promover o crescimento e a melhoria contínua na região. Após sua fala, Jocemar abriu o debate com os membros.

O Sr. Jackson deu início à sua intervenção expressando uma série de questionamentos e preocupações relacionadas aos problemas persistentes decorrentes da construção da usina de Belo Monte e do impacto que teve na região do Xingu.

Jackson destacou que a construção de Belo Monte trouxe inúmeros problemas desde o início e mencionou a necessidade de um Termo de Cooperação Técnica para abordar essas questões. Ele lembrou que o Termo foi assinado por seis colônias de pesca do baixo, médio e alto Xingu, e considerou essencial que os presidentes dessas entidades participem das discussões sobre o assunto.

Outro ponto levantado foi a discrepância entre os valores iniciais e os gastos reais relacionados ao Termo de Cooperação Técnica. O valor inicial do termo foi estipulado em 22 milhões de reais, mas o monitoramento inicial custou 6 milhões de reais, a implantação do laboratório 1 milhão e 200 mil reais, e a transposição dos peixes 5 milhões de reais. No total, foram gastos 12 milhões e 200 mil reais, valor que supera o investimento total no setor pesqueiro.

Jackson também criticou a Norte Energia por não cumprir os acordos estabelecidos no Termo de Cooperação Técnica, especialmente após a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura. Ele relatou que, ao buscar respostas da Norte Energia, foi informado de que o acordo havia expirado, o que ele questionou, dado que os compromissos não foram cumpridos.

Jackson afirmou que a abordagem geral utilizada no monitoramento, que englobava áreas de preservação e indígenas, foi uma tentativa de minimizar o impacto real. Ele argumentou que um monitoramento mais detalhado e local revelaria o verdadeiro impacto dos projetos.

Por fim, o Sr. Jackson enfatizou a necessidade de que reuniões sobre acordos de cooperação técnica envolvendo a Norte Energia, o Ministério da Pesca e Aquicultura e o setor pesqueiro do Xingu sejam realizadas na base, com a participação dos presidentes das entidades pesqueiras. Ele defendeu que aqueles que vivem e conhecem a realidade dos impactos na região devem ter voz ativa nas discussões.

Jackson concluiu sua fala expressando sua indignação com o descaso em relação ao setor pesqueiro e agradeceu pela oportunidade de se manifestar.

Em continuidade, a **Sra. Sandra Maria Aguiar Lopes Pereira** iniciou sua intervenção parabenizando todos os presentes e expressando apoio às observações feitas por Jackson. Sandra destacou a relevância dos pontos abordados e buscou complementar a discussão com suas próprias observações.

Sandra enfatizou que a realidade dos moradores locais deve ser considerada, pois são eles que vivenciam as consequências dos projetos. Ela mencionou a necessidade de maior participação das comunidades e líderes locais nas reuniões e discussões sobre esses temas. Sandra citou uma frase das mulheres amazônidas: "O que falam de mim sem mim não é conversa, é fuxico," e sugeriu a inclusão de mais representantes locais para garantir que as preocupações reais sejam abordadas.

Ela relatou que, apesar de ouvir especialistas, também é crucial ouvir os pescadores e trabalhadores extrativistas que frequentemente expressam suas queixas. Sandra destacou que problemas como o desvio de recursos das cooperativas têm sido uma grande preocupação. Ela recomendou verificar o último censo do IBGE, que revela uma quantidade alarmante de pessoas em extrema pobreza, e pediu uma análise mais detalhada dos impactos reais dos projetos.

Sandra sugeriu a criação de grupos de trabalho compostos por membros da sociedade civil para monitorar os impactos dos projetos de forma mais eficaz. Ela defendeu a necessidade de um acompanhamento mais rigoroso dos recursos e das ações realizadas, enfatizando que apenas alocar dinheiro não garante o desenvolvimento efetivo das comunidades afetadas.

Ela compartilhou que realiza visitas regulares ao Pará e que, durante essas visitas, procura compreender

profundamente as necessidades e realidades locais. Sandra defendeu a importância de envolver as comunidades nos processos de controle e monitoramento para evitar problemas e garantir que as ações atendam às necessidades reais das pessoas afetadas.

Sandra encerrou sua fala agradecendo a todos e reforçando que o grupo está fazendo um excelente trabalho. Ela apoiou as colocações de Jackson e reafirmou sua disposição para continuar contribuindo com a discussão.

Durante a reunião, o **Sr. Lúcio**, representante da Colônia Z-57 de Altamira, iniciou sua intervenção cumprimentando a todos e dizendo que acompanha de perto o empreendimento desde o início, mencionou que o acordo de cooperação técnica foi formalizado por meio das assinaturas de um termo de acordo, datado dos anos de 2013 e 2014. Lúcio observou que o setor onde foi realizado o barramento, incluindo as áreas montante e jusante, ainda enfrenta diversos problemas não resolvidos.

Lúcio fez uma crítica à eficácia do monitoramento, mencionando que a transposição concluída em 2015 não resolveu a questão do deslocamento dos peixes entre as áreas montante e jusante. Ele afirmou ter evidências, baseadas no relato de pescadores, que comprovam que o peixe não está se movendo entre as partes do lago e do rio como deveria. A diferença no tamanho dos peixes e a dificuldade de transposição são provas de que o sistema de monitoramento não tem sido eficaz.

Ele também se queixou da apresentação pública do projeto, afirmando que a realidade é diferente da imagem idealizada mostrada. O impacto negativo da construção da barragem em Belo Monte, tanto a montante quanto a jusante, é significativo e está sendo documentado e denunciado às autoridades competentes.

Lúcio destacou a importância de uma comunicação mais efetiva com a base e mencionou que a Colônia Z-57 está de portas abertas para receber visitas e discussões. Ele ressaltou que a cooperativa local enfrentou problemas, incluindo alegações de desvio de recursos e fechamento da cooperativa, prejudicando os pescadores que dependiam do gelo fornecido pela cooperativa. Lúcio também apontou a destruição do habitat de peixe ornamental devido ao empreendimento, afetando significativamente a pesca local.

Concluiu sua intervenção reafirmando a disponibilidade da Colônia Z-57 para colaborar e desenvolver o setor pesqueiro na região, pedindo o apoio de todos para melhorar as condições e garantir o progresso. Ele convidou a todos para visitar Altamira e conhecer de perto a realidade local.

O **Sr. Juarez** destacou a importância do trabalho do MPA como grande parceiro dos pescadores em relação às questões relacionadas a Belo Monte e ao ordenamento da pesca na região. Segundo ele, a estratégia de Belo Monte é coordenada pela Norte Energia, com envolvimento da Casa Civil e diversos ministérios, com o objetivo de posicionar a obra como uma iniciativa estratégica para o Brasil. No entanto, essa tentativa clara de empurrar certas questões não pode ser feita de maneira inadequada, como é o caso do hidrograma e do funcionamento da barragem.

Juarez afirmou que é crucial ter clareza sobre Belo Monte, especialmente com base na experiência acumulada ao longo de 15 anos acompanhando o Estudo de Impacto Ambiental, a implementação da obra e os Programas de Monitoramento Ambiental e sociais da empresa. Ele sublinhou a necessidade de cobrar e controlar rigorosamente a empresa, que opera com base na lógica do lucro e na geração de energia. Juarez ressaltou que condicionantes como a 2.24C, determinada pelo ICMBio em 2015, nunca foram cumpridas, e a empresa frequentemente questiona e protela o cumprimento das condições.

Ele também criticou a forma como os Programas Básicos Ambientais foram implementados, observando a falta de atenção às necessidades dos ribeirinhos, enquanto os indígenas receberam assistência que não refletia

a realidade local. A aquisição de veículos e outros recursos para territórios indígenas, em vez de serem usados de forma adequada, foi citada como um exemplo de falhas na execução dos programas.

Juarez alertou que a empresa apresenta dados manipulados, como o consumo de pescado, comparando-o com a média mundial, o que é injusto e cruéis com as comunidades locais que dependem do peixe como principal fonte de alimento. Ele afirmou que monitoramentos realizados sob a lógica da empresa devem ser interpretados com cautela, pois frequentemente omitem ou distorcem a realidade.

Em relação ao hidrograma de Belo Monte, Juarez destacou a importância de seguir o princípio da precaução e de adotar um desvio gradual da água para evitar o colapso do sistema socioecológico. Ele criticou o chamado "hidrograma de consenso", que foi proposto sem clareza sobre sua origem e que, na prática, prioriza a produção máxima de energia em detrimento das condições socioecológicas, o que considera inconstitucional.

Juarez concluiu ressaltando a necessidade de mudar o sistema atual, que continua a seguir a lógica do setor privado, resultando em fome, destruição dos rios e a incapacidade de realizar intervenções efetivas. Ele expressou seu agradecimento pela paciência e pediu desculpas por se alongar, enfatizando que o sistema de monitoramento e compensações precisa ser reorganizado e participar globalmente para realmente atender às necessidades das comunidades afetadas.

O **Sr. Igor Hister Lourenço** iniciou sua intervenção agradecendo pela oportunidade de falar. Ele se apresentou como membro do laboratório de ictiologia e ordenamento pesqueiro do Vale do Rio Madeira, localizado em Humaitá, Amazonas. O Sr. Lourenço manifestou solidariedade em relação à situação enfrentada pelos colegas, mencionando que seu laboratório realiza monitoramento em parceria com a colônia local há quase 10 anos.

Ele destacou a gravidade da situação, com a ausência de peixe, fome generalizada e comunidades que desapareceram. Segundo o Sr. Lourenço, estudos científicos disponíveis corroboram esses dados. Ele questionou a eficácia de deixar a responsabilidade pelo monitoramento nas mãos daqueles que causaram o impacto, considerando essa abordagem como imprudente.

O Sr. Lourenço sugeriu que, em futuras pautas e discussões, o Ministério da Pesca e Aquicultura poderia desempenhar um papel crucial na estruturação dos pontos de desembarque e no auxílio às colônias pesqueiras no monitoramento. Ele enfatizou a necessidade de técnicos que acompanhem a pesca diariamente, em vez de visitas esporádicas, como mencionado anteriormente por outro colega. O objetivo, segundo ele, é começar o trabalho pela base, não apenas pelo telhado.

Para concluir, o Sr. Lourenço mencionou que seu laboratório tem um programa de monitoramento que é replicável em várias partes da Amazônia. Ele disponibilizou o site do laboratório, seu e-mail e número de contato para quem desejar mais informações ou quiser discutir a expansão do programa. O Sr. Lourenço também expressou a intenção de expandir o programa de monitoramento para toda a Amazônia, com o apoio do Ministério da Pesca e Aquicultura e a colaboração dos presentes. Agradeceu novamente pela oportunidade e pelo tempo dedicado.

A **Sra. Socorro Arara**, representante da Colônia Z-57 do Rio Xingu, começou sua fala cumprimentando a todos e se apresentando como presidente do Conselho Deliberativo e Autônomo dos Pescadores das Comunidades Tradicionais Anfitriãs na Ativa do Xingu, além de ser membro da Colônia de Pescas Z-57 e da cooperativa PBN de Belo Monte, formada em parceria com os pescadores da região.

A Sra. Arara expressou seu repúdio e solicitou a intervenção do Ministério Público Federal devido à falta de ação no município de Altamira. Ela destacou o descaso com o cumprimento dos termos de cooperação e das

condicionantes relacionadas à pesca e ao reassentamento no território do reservatório da barragem de Belo Monte. A recomposição do modo de vida ribeirinho, que já está pendente há 10 anos, continua sem progresso significativo.

Além disso, mencionou a falha em implementar a condicionante 2.24, linha b, que aborda a situação dos pescadores. Criticou a Norte Energia por usar de forma enganosa os pescadores do Xingu para estabelecer a cooperativa, através de compromissos que não foram cumpridos.

A Sra. Arara relatou sua experiência pessoal, afirmando que foi reassentada compulsoriamente dentro do reservatório da barragem de Belo Monte contra a vontade da comunidade, que não queria a barragem em seu território. A implementação do projeto tem sido marcada por uma abordagem capitalista que prejudica diretamente os residentes.

Ela mencionou que, enquanto algumas famílias foram reassentadas, outras ainda aguardam a realocação. Atualmente, 322 famílias ainda precisam ser reassentadas, também contra sua vontade. A Sra. Arara lamentou que o Ibama tenha colocado sua comunidade dentro do reservatório em vez de realocá-los para uma área alternativa, como Terra do Meio, longe dos impactos da barragem.

A Sra. Arara manifestou apoio às declarações do presidente da Colônia de Pescas Z-57, Lúcio Vale, e do companheiro Jackson. Ela pediu uma revisão dos relatórios e que se procure as instituições competentes para que um relatório robusto e verdadeiro seja elaborado, dado o descaso com as cooperativas e as condições de vida dos pescadores.

Enfatizou a necessidade urgente de ação das autoridades para garantir o cumprimento das condicionantes e a reparação dos danos causados pela barragem. A Sra. Arara destacou que o impacto inclui a extinção de várias espécies de peixe e o desmatamento de 462 ilhas e margens do Rio Xingu, além da deterioração ambiental.

Ela exigiu que as autoridades competentes, como o Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério Público e Ibama, tomem medidas para garantir que a Norte Energia cumpra com as condicionantes relacionadas à recomposição do modo de vida ribeirinho e aos projetos produtivos para pescadores. A Sra. Arara solicitou um plano de ação urgente para assegurar que os direitos das comunidades sejam respeitados e que a reparação dos danos ocorra de forma rápida.

Por fim, repudiou a demora na reparação pelos descumprimentos, citando que o Ibama fez documentos exigindo a reparação dos atrasos por parte da Norte Energia, mas que apenas 6.017 das 20.000 famílias de pescadores afetadas foram reconhecidas no estudo de caso. Ela expressou frustração com a situação atual e pediu uma solução imediata para as comunidades que foram tradicionalmente ligadas à pesca e que hoje enfrentam severas dificuldades.

Ao final da fala da Sra. Socorro, Jocemar deu continuidade à reunião, iniciando o próximo ponto de pauta: as recomendações da segunda reunião ordinária do CPG Norte.

3.10. Devolutivas da 2ª Sessão Ordinária do CPG Norte.

A Sra. Bianca Larissa fez a leitura das recomendações da segunda reunião do CPG Norte e forneceu informações sobre o andamento de cada uma delas. A última reunião do CPG, realizada em Santarém, resultou em oito recomendações:

Recomendação 1: Instituir o grupo técnico-científico (GTC) do CPG Norte. Esta recomendação foi atendida, e o grupo foi formalmente instituído. Na última sexta-feira, foi definida a coordenação, que ficou a cargo do professor Marcelo Luiz Anjos, e a portaria foi publicada. A portaria será compartilhada com os membros em breve.

Recomendação 2: Elaborar um diagnóstico baseado em dados existentes sobre a pesca do camarão amazônico nos estados do Pará e Amapá, visando a construção de uma proposta de ordenamento. O diálogo sobre esta recomendação já está em andamento, com discussões realizadas nos dias 25 e 26 de junho de 2023, tanto na sede da Sedap quanto no âmbito do CPG.

Recomendação 3: Discutir a norma para regulamentar a matriz de modalidades de pesca para embarcações continentais. Um ofício foi enviado à SERMOP, que respondeu indicando que o processo está em andamento. Este processo está sendo conduzido dentro do GT de Permissionamento, e uma proposta de plano normativo está prevista para o segundo semestre do ano.

Recomendação 4: Incluir na pauta da terceira reunião do CPG discussões sobre os impactos de eventos climáticos extremos na pesca e propor linhas de mitigação. Ontem, 26 de junho de 2024,, foi realizada uma apresentação pela Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, e a recomendação foi considerada e incluída na pauta.

Recomendação 5: Disponibilizar aos membros do CPG o relatório de discussão do projeto de lei que trata da proibição da pesca do tucunaré no estado do Amazonas. O projeto já foi recebido e encaminhado aos membros.

Recomendação 6: Discutir os procedimentos para a inscrição das embarcações continentais na RGP. A recomendação foi direcionada à SERMOP, que informou que o processo de revisão já foi iniciado, com uma proposta de minuta de portaria em avaliação pelas secretarias.

Recomendação 7: Priorizar o monitoramento do desembarque pesqueiro na bacia Amazônica, incluindo o Araguaia. A recomendação foi encaminhada à SERMOP que está buscando sinergia entre diferentes monitoramentos na bacia, identificando áreas de lacunas e locais onde o monitoramento precisa ser aprimorado.

Recomendação 8: Construir um projeto de pesquisa com viés socioeconômico e biológico voltado para a pesca de grandes espécies amazônicas, como a dourada e o pirarucu. Foi apresentado um Termo de Execução Descentralizada (Ted) que contempla um plano de trabalho para a pesquisa dessas espécies.

Bianca Larissa destacou que algumas recomendações estão em andamento e que atualizações serão fornecidas em futuras reuniões do CPG. Além disso, a discussão sobre novas recomendações abordará temas como o camarão, o Xingu, e os impactos climáticos na atividade pesqueira. Caso surjam novos temas relevantes, serão incluídos na agenda da próxima reunião para discussão e definição de ações.

3.11. Construção das Recomendações da 3ª Sessão Ordinária do CPG Norte.

Antes de iniciar as discussões que resultaram na construção das novas recomendações, o Coordenador do CPG explicou que o processo de elaboração das recomendações é coletivo. Ele esclareceu que uma recomendação pode ser sugerida por qualquer participante da reunião. Após a sugestão, todos os membros discutem se a proposta deve ser formalmente aceita como uma recomendação ou se necessita de ajustes

adicionais. Caso a recomendação precise de mais discussões, ela pode ser adiada para a próxima reunião do CPG.

Dando início às sugestões, a professora Carolina Dória fez as seguintes sugestões:

- Inclusão da Bacia do Guaporé na Revisão da Situação do Pirarucu: Ela propôs que, ao revisar a situação do pirarucu, a recomendação inclua a bacia do Guaporé. Ela destacou que há uma investigação sobre a invasão do pirarucu nessa região e que um estudo genético está em andamento para comprovar esse processo.
- Revisão da Portaria sobre Pesca Artesanal na Região do Guaporé: Carolina sugeriu que a portaria que limita a pesca dos pescadores artesanais na região do Guaporé, que está em vigor há mais de dez anos, seja revisada. Ela mencionou que essa limitação não tem uma base técnico-científica adequada.
- Inclusão do Vale do Guaporé no Processo de Revisão da Situação do Pirarucu: Ela também recomendou que o Vale do Guaporé seja incluído no processo de revisão da situação do pirarucu no estado de Rondônia.

Em resposta às sugestões da Professora Carolina Dória, Jocemar declarou que há uma recomendação em andamento que está alinhada com as sugestões apresentadas e que seria possível ajustar a recomendação de acordo com as observações da Professora, caso ela pudesse permanecer um pouco mais para revisar a recomendação quando esta chegasse à discussão.

Durante a discussão sobre o pirarucu em Rondônia, apresentada por Suelen, Jocemar ressaltou que todas as sugestões são importantes e que o próximo passo será revisar e integrar as opiniões de todos os envolvidos. Ele observou que seria necessário reunir novamente as instituições e partes interessadas, como a Sedam, o Ibama e o MMA, para realizar um trabalho técnico e elaborar um plano de contenção ou controle do pirarucu nas bacias afetadas.

Jocemar também mencionou que há uma portaria da Sudam que estabelece limites de captura, mas que enfrenta questionamentos judiciais sobre sua constitucionalidade. Ele sugeriu que o CPG se empenhe em reunir essas instituições e trabalhar nas ações propostas para reduzir a presença da espécie invasora.

Ele concluiu que, se a recomendação for aprovada, incluirá as sugestões da Professora sobre a pesca e o manejo do pirarucu invasor em Rondônia, abrangendo a bacia do Guaporé e a bacia do Mamoré. A Professora confirmou que as alterações propostas atendem às suas sugestões e que a inclusão dessas bacias está adequada às necessidades identificadas.

Além disso, Jocemar acrescentou que seria mais simples tratar a questão por meio de uma resolução ou medida, mas, por se tratar de uma lei, o processo exige tramitação pela Assembleia. Ele mencionou que, portanto, serão feitas duas recomendações principais: a primeira, discutir e construir, em conjunto com o Ibama, MMA e outras instituições, uma solução para a redução e controle do pirarucu invasor; e a segunda, tratar da Lei 2508, que precisaria passar por uma revogação ou por uma revisão profunda.

Ele também destacou que os temas que não puderam ser discutidos nesta reunião serão registrados tanto na ata quanto nos apontamentos, e serão incluídos na pauta da próxima reunião. Entre esses temas, ele mencionou o mexilhão-dourado, uma espécie invasora para a qual o ICMBio já possui um programa de controle e redução. Esse programa foi apresentado nos CPGs do Nordeste e Centro-Sul, e Jocemar sugeriu trazê-lo para a discussão com o pessoal do ICMBio, a fim de implementar ações de controle nas bacias do Norte, em

alinhamento com as outras regiões. Ele destacou que o mexilhão-dourado tem causado sérios problemas, inclusive para as hidrelétricas.

O **Sr. Cadu Vilça** observou que o assunto relacionado à lei é bastante complexo, mencionando que Suelen já havia comentado sobre Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) e ressaltando que, como se trata de uma lei, o tema deveria ser tratado no âmbito legislativo. Ele questionou o papel da Sedam, afirmando que, por ser uma secretaria de governo, não estava familiarizado com as relações institucionais do estado.

Cadu sugeriu que seria positivo formalizar uma comunicação ao presidente da Assembleia Legislativa, ressaltando que ele poderia não estar ciente das ADIs em andamento. Enfatizou a importância dessa ação, uma vez que o presidente poderia levar a questão ao plenário e resolver a situação, já que não se sabe exatamente como o assunto está sendo conduzido.

Complementando a fala de Cadu, **Jocemar** sugeriu que a proposta fosse revisitada, especialmente na recomendação 8, onde poderia ser tratada a questão com a Sedam e a Assembleia Legislativa do estado. Ele considerou a sugestão de Cadu como um possível caminho mais curto para solucionar a questão. Jocemar destacou que a norma em questão data de 2008, o que torna provável que as pessoas envolvidas na criação da legislação, incluindo o governador, já não sejam as mesmas.

Ele expressou esperança de que a falta de ação até o momento tenha sido causada pelo desconhecimento da situação e que, com a abordagem sugerida, o processo possa ser mais simples do que imaginam. Jocemar também comentou que a situação no Mato Grosso não foi positiva, sugerindo que esse poderia ser um alerta para agilizar a solução no estado em questão.

Voltando ao início das recomendações, Jocemar apresentou a primeira sugestão, que solicitava à Embrapa do Amapá informações sobre a situação do camarão amazônico, *Macrobrachium amazonicum*. Ele mencionou que o pessoal do Amapá estava presente e destacou a importância desse item. Durante a reunião realizada na terça-feira anterior, foi discutido o panorama que os pescadores do Pará haviam apresentado sobre as ações que acreditavam necessárias em relação ao camarão amazônico. No entanto, esse trabalho não foi realizado no Amapá, e a expectativa é que as informações também venham de lá.

Jocemar observou que ainda não há uma segunda regulamentação sobre o camarão, mas que o trabalho feito no Pará poderia servir como base para ser replicado no Amapá. Ele mencionou que o pessoal do Amapá tinha dados relevantes e que há um pesquisador que trabalha com o recurso há 10 anos. A proposta é que essas informações sejam encaminhadas para serem reunidas com as do GTC, somando os aspectos técnicos ao trabalho de campo feito com os pescadores e pescadoras da região.

Por fim, Jocemar esclareceu que a recomendação principal era que a Embrapa do Amapá encaminhasse essas informações, mas ele expressou dúvidas momentâneas se a solicitação deveria ser feita à Embrapa ou à Secretaria de Pesca, concluindo que era, de fato, a Embrapa do Amapá a responsável pelo envio das informações.

Complementando a fala de Jocemar, a **Sra. Cleydiane Magalhães**, representante da SEDAP, informou que havia entrado em contato com o pesquisador da Embrapa do Amapá, responsável por estudos sobre o camarão amazônico. Ela confirmou que o pesquisador continua ativo nesse trabalho, mas ressaltou que muitas das informações coletadas ainda não foram publicadas.

O pesquisador explicou que, por esse motivo, não poderia fornecer os dados no momento. No entanto, Cleydiane destacou que o pesquisador espera publicar as informações ainda este ano, embora não tenha fornecido uma previsão exata. Ela também mencionou que havia solicitado essas informações aos

representantes da Embrapa para que tivessem um melhor entendimento da situação, considerando que o pesquisador já trabalha com o camarão amazônico há 10 anos, inclusive no desenvolvimento de cultivos.

O **Professor Marcelo dos Anjos** fez as seguintes propostas de recomendações: sugeriu, em nome do GTC Norte, a apresentação do monitoramento aplicado à pesca artesanal denominado TSB Camp (o nome está correto?), uma tecnologia social de baixo custo voltada para a pesca de pequena escala.

Além disso, ele destacou o dashboard ictiológico, uma ferramenta desenvolvida para visualização de dados que auxilia gestores públicos na tomada de decisões relacionadas à pesca. Ele solicitou o apoio do Ministério da Pesca e Aquicultura para que, além de apresentar essa nova ferramenta de monitoramento, já em uso há quase uma década, fosse possível disseminá-la em áreas da região Norte, onde o perfil da pesca artesanal é semelhante.

O professor Marcelo enfatizou a necessidade urgente de padronização dos dados de pesca, destacando que um dos principais desafios atuais é a divergência entre os dados coletados e as pesquisas realizadas por diferentes grupos. Isso dificulta a tomada de decisões eficazes. Segundo ele, enquanto não houver um esforço conjunto para padronizar a geração de dados, será difícil avançar na formulação de políticas públicas para a pesca artesanal.

Por fim, Marcelo recomendou não apenas a apresentação dessas ferramentas, mas também que o GTC Norte receba apoio para disseminar essas iniciativas em colônias e regiões com perfil de pesca similar.

Ao final das sugestões do Dr. Marcelo, o Sr. Jocemar comentou que inicialmente havia entendido que se tratava apenas de uma recomendação relacionada ao camarão, mas, ao rever, percebeu que o professor estava sugerindo a apresentação das informações e da metodologia do dashboard ictiológico. Jocemar esclareceu que, nas recomendações, os temas discutidos são separados, e o que é encaminhado fica devidamente registrado em ata.

Ele assegurou que a sugestão do professor será registrada para que entre na pauta da próxima reunião, possibilitando a apresentação da metodologia e dos dados para todos os participantes. Dependendo do setor e do contexto, essa apresentação poderia ser feita já na próxima reunião, mostrando como a metodologia funciona e como os dados podem auxiliar na gestão, especialmente em áreas mais complexas para coleta de informações.

Jocemar também mencionou que, no que se refere ao tema do camarão, já há duas recomendações adiantadas, e que as mesmas serão consolidadas em uma única recomendação.

Em continuidade às recomendações referentes ao camarão amazônico, o Sr. Jocemar retomou o assunto, ressaltando que será mantido o pedido para a Embrapa Amapá e a Secretaria de Pesca Estadual quanto às informações já existentes sobre o tema. Ele solicitou que as informações apresentadas pela SEDAP sejam compiladas e encaminhadas ao GTC.

Jocemar destacou que, além disso, caberá ao GTC Norte, com o apoio do Professor Marcelo, elaborar um parecer sobre a biologia, ecologia, e a situação da pesca do camarão amazônico. Esse parecer servirá para auxiliar no ordenamento dessa atividade. Ele mencionou que esse será um dos primeiros encaminhamentos ao GTC, que está devidamente formalizado.

O objetivo é que o GTC traga subsídios técnicos, uma sugestão levantada no dia anterior, considerando tanto os dados empíricos do setor pesqueiro, coletados pela SEDAP, quanto os dados científicos que já existem, especialmente os obtidos pela Embrapa. Ele mencionou que, apesar de ser inviável realizar novas coletas de campo no momento, é importante utilizar as informações já disponíveis sobre a biologia e ecologia da espécie.

O Sr. Jocemar destacou que, entre as instituições envolvidas, estão as do Pará e Amapá, além do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Pesca e Aquicultura. Ele explicou que, após a obtenção das informações necessárias, será elaborada uma proposta final para o ordenamento da atividade de pesca do camarão amazônico. Essa proposta terá um caráter mais abrangente, buscando não engessar os acordos de pesca já existentes.

Após ouvir as partes interessadas do Amapá e obter os dados técnico-científicos do GTC, as instituições envolvidas – Pará, Amapá e os dois ministérios – trabalharão em conjunto na elaboração dessa proposta final, que será apresentada no próximo CPG. O cronograma prevê que, após as recomendações, seja definida uma data para a apresentação dessa proposta ao setor pesqueiro.

O objetivo é que a proposta seja submetida ao setor pesqueiro para avaliação, com a possibilidade de ajustes ou refinamentos, se necessário. O Sr. Jocemar também mencionou que a apresentação ao setor está prevista para outubro, com a reunião do CPG ocorrendo possivelmente em novembro. Durante essa reunião, os membros do CPG revisarão a proposta para garantir que ela esteja de acordo com as expectativas e necessidades do setor.

Em relação à pesca do camarão amazônico, foram identificadas três principais recomendações: 1) buscar as informações faltantes do setor pesqueiro e do Amapá; 2) obter o parecer técnico-científico do GTC; e 3) com posse dessas informações, construir a proposta final. Após isso, a proposta será apresentada ao setor pesqueiro do Amapá e Pará, e, uma vez aprovada, será levada ao CPG Norte. Posteriormente, o documento será encaminhado à Consultoria Jurídica (ConJur) do Ministério do Meio Ambiente e à ConJur do MPA para possível publicação. Essa programação foi delineada ao longo das discussões desde o início das reuniões, com aprofundamentos nas sessões mais recentes.

O **Sr. Ediano**, representante da SEDAP, destacou que a proposta inicial é de caráter macro, e a equipe assumiu o compromisso de detalhar as questões relacionadas à seletividade e aos regramentos já estabelecidos nos acordos de pesca, coordenados pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará, com o apoio e participação direta da SEDAP.

Ele mencionou que o corpo técnico da SEDAP está trabalhando no refinamento da proposta, considerando tanto o olhar técnico quanto a experiência empírica e prática dos usuários diretos. A previsão é que, nos próximos 60 dias, sejam realizadas as visitas necessárias para dar maior legitimidade à proposta e para apresentar o que já foi discutido, especialmente nos municípios que ainda não foram contemplados com reuniões presenciais. O objetivo é enriquecer o debate com esse olhar mais próximo da realidade local.

No entanto, Ediano expressou sua preocupação com o tempo de resposta que o GTC poderá fornecer em relação aos dados técnico-científicos já publicados. Ele destacou que a proposta original, que conta com o apoio da maioria dos representantes e usuários, sugere que a suspensão da pesca coincida com o início do defeso dos peixes na Ilha do Marajó, previsto para 15 de novembro.

Sua principal inquietação está na urgência de um regramento imediato, considerando a situação alarmante relatada pelos usuários da região. Ele questionou se, mesmo que a decisão seja tomada em dezembro, ainda haveria tempo hábil para implementar as medidas necessárias, especialmente com a chegada do período das grandes cheias, que coincidem com o auge da pesca dessa espécie.

Em resposta ao questionamento do Sr. Ediano, **Jocemar**, iniciou sua fala mencionando que responderia em nome do ministério, mas que Henrique, do MMA, também poderia complementar, visto que o tema envolvia

a questão da celeridade dentro dos ministérios e o processo de construção de normas e regulamentações.

Ele explicou que todo o trabalho precisa ser baseado em dois pilares fundamentais. O primeiro é o uso de todos os dados técnico-científicos disponíveis, a fim de elaborar uma nota técnica, essencialmente um inventário da situação. O segundo pilar é a consulta e construção conjunta com o setor pesqueiro, processo que já está em andamento. Ele apontou que, no Amapá, essa construção ainda não aconteceu, mas as instituições locais se comprometeram a iniciar o processo em agosto de 2024, levando em conta as limitações logísticas e a dificuldade de acesso a certas áreas da região.

Ele ressaltou a importância de seguir o rito adequado, o qual inclui a passagem da proposta pelo CPG. Embora nem todas as normativas precisem passar pelo CPG, ele afirmou que, neste caso, é crucial para garantir maior legitimidade e democratização da gestão.

Após a análise pelo CPG, o próximo passo seria encaminhar a proposta para a análise jurídica, tanto no MMA quanto no MPA. Jocemar ressaltou que, após esse trâmite, o processo para aprovação ministerial e publicação da portaria seria rápido, mas expressou ceticismo quanto à possibilidade de concluir tudo antes de dezembro, principalmente devido à sobrecarga de agendas e à proximidade de um período eleitoral, que requer cuidados adicionais.

Ele destacou que, embora o MPA acelere tudo que for possível, é importante respeitar o rito adequado para garantir a legitimidade do processo. Jocemar ainda ressaltou o aspecto psicológico desse tipo de regulamentação, onde é gratificante para o CPG e seus membros verem a publicação de uma portaria que ordena uma atividade tão especial e urgente como essa.

Ele finalizou mencionando que a proposta em questão seria válida de 15 de novembro até março. No entanto, ainda é necessário considerar as especificidades da pesca no Amapá, onde são utilizados dois tipos de equipamentos de pesca: o arrasto e o matapi. Assim, a construção da proposta junto ao setor no Amapá pode trazer diferenças que precisam ser levadas em consideração, com uma proposta final sendo apresentada em outubro, buscando contemplar tanto a recuperação dos recursos quanto a manutenção da atividade pesqueira.

O **Sr. Henrique Arakawa**, representando o MMA, iniciou sua fala reforçando o que foi exposto por Jocemar. Ele destacou que há um trâmite que precisa ser seguido e que é o mesmo tanto no Ministério da Pesca quanto no Ministério do Meio Ambiente.

Ele ressaltou a importância de enfatizar que a gestão é compartilhada, mencionando que isso implica que o processo deve passar por duas instâncias jurídicas. Henrique destacou que o andamento não depende apenas da equipe técnica, mas também das consultorias jurídicas e dos ministros, que precisam ter confiança para assinar uma portaria, considerando que a assinatura envolve dois ministros.

Além disso, Henrique acrescentou que, embora o foco da discussão esteja no ordenamento, é importante lembrar que ele também pode abranger o defeso e o permissionamento. Ele reconheceu a urgência da questão, mas alertou que, ao acelerar o processo, pode-se criar uma política pública que, no futuro, poderia causar problemas.

Ele explicou que, embora os dois ministérios tenham objetivos semelhantes, muitas vezes suas prioridades diferem. O Ministério da Pesca e Aquicultura tende a focar mais nos recursos pesqueiros e na parte econômica, enquanto o Ministério do Meio Ambiente se concentra na sustentabilidade das espécies. Dessa forma, Henrique alertou que, ao correr com o processo, pode-se acabar criando complicações indesejadas no futuro, enfatizando a importância de manter um equilíbrio cuidadoso entre os dois enfoques.

Após a fala de Henrique, **Jocemar** fez algumas considerações antes de concluir as recomendações

relativas ao camarão amazônico. Ele mencionou que, em relação ao tema, o grupo fará o possível para conduzir o processo com a maior seriedade possível. No entanto, destacou que, conforme mencionado por Henrique, existem questões que precisam ser analisadas e acordadas.

Jocemar enfatizou que os defesos e o ordenamento, de maneira geral, trazem complexidades inevitáveis, incluindo a necessidade de clareza nas regras para garantir uma fiscalização eficaz e evitar problemas nesse aspecto. Ele ressaltou que há várias facetas a serem consideradas e que é fundamental manter tudo muito claro.

Em seguida, Jocemar sugeriu seguir adiante para o próximo ponto da reunião, mencionando que a próxima pauta seria mais complexa. Ele propôs que a apresentação da proposta final fosse feita em outubro, de modo que o setor pesqueiro estivesse envolvido e comprometido com o processo. A ideia seria apresentar essa proposta na próxima reunião do CPG para que os membros pudessem avaliá-la e dar seu parecer.

Jocemar finalizou sugerindo que o CPG também se manifestasse sobre a proposta, para que o grupo pudesse avançar com as deliberações, e indicou que seria o momento de passar para a recomendação 4.

Dando início às recomendações referentes à situação do tambaqui (*Colossoma macropomum*), foi sugerido disponibilizar aos membros os dados sobre a espécie, apresentados pelo professor, para que todos possam acompanhar e compreender a situação atual. Essa medida foi indicada como a recomendação 5. Além disso, foi proposto que esses dados também fossem encaminhados ao GTC para que este pudesse fazer suas contribuições, especialmente no que diz respeito à biologia e ecologia do tambaqui.

A intenção é que o GTC faça suas considerações, aproveitando boa parte do que já foi exposto, mas também enriquecendo o debate com questões científicas adicionais sobre a biologia, ecologia e pesca do tambaqui. Assim como ocorreu com a questão do camarão, foi levantada a discussão sobre os melhores caminhos para o ordenamento desta atividade, buscando alternativas que tornem a pesca do tambaqui mais sustentável e promovam a recuperação de várias bacias, onde se tem observado uma significativa diminuição da espécie.

Um ponto discutido, mas ainda não formalizado como recomendação, foi a importância das áreas protegidas e manejadas, que demonstraram ser fundamentais para a sustentabilidade dos recursos pesqueiros. Foram apresentados dados que mostram uma maior abundância de tambaqui em áreas com manejo adequado, indicando que esses locais, como unidades de conservação – sejam elas integrais ou de uso sustentável –, além de áreas com acordos de pesca, beneficiam significativamente a preservação da espécie e de outros recursos pesqueiros.

Embora essa questão não tenha sido inicialmente formalizada como recomendação, foi sugerido aos membros que considerassem a inclusão de uma recomendação nesse sentido, seja para a manutenção, fomento ou criação de manejos locais de pesca. Em seguida, foi aberta a palavra para contribuições, começando com Guilherme e, posteriormente, Cadu.

O Sr. Guilherme, representante da WCS Brasil, considerou oportuna a discussão levantada por Jocemar. Ele destacou que a organização tem dedicado uma atenção especial à questão da pesca ao longo do tempo, com um olhar voltado para áreas de manejo que desempenham um papel crucial, mas que ainda precisam ser analisadas quanto à sua situação atual.

Guilherme mencionou que houve um aumento significativo no número de acordos de pesca criados, muitos dos quais não têm recebido o apoio necessário para sua implementação. Esses acordos estão localizados em áreas extremamente importantes para o ciclo de vida de peixes migratórios, que são essenciais tanto para o desembarque pesqueiro quanto para o consumo. No entanto, ele observou que essas áreas, em sua maioria, não

contam com unidades de conservação ou outras formas de proteção ambiental.

Ele lembrou que já havia iniciado uma conversa com o Ministério do Meio Ambiente e, mais recentemente, com o Ministério da Pesca e Aquicultura, sobre a situação das unidades de conservação existentes. Essas áreas incluem terras indígenas e assentamentos, que têm potencial para implementar ferramentas de gestão territorial e acordos de pesca. Contudo, existem muitas outras áreas que não têm como principal objetivo a conservação da biodiversidade, mas que acabam por cumprir esse papel que têm sido tema de discussões intensas no Ministério do Meio Ambiente.

Guilherme ressaltou que essa discussão, iniciada há cerca de cinco anos, tem evoluído significativamente. Ele explicou que, pela WCS, estão ampliando a análise espacial dessas áreas, especialmente na Amazônia, nos estados do Amazonas e Pará, para entender onde estão localizados os acordos de pesca, planos de manejo e áreas de conservação.

Ele também mencionou que há exemplos de planos de manejo em terras indígenas e assentamentos que evoluíram para acordos de pesca, como ocorreu no Pará, onde leis e normas municipais regulam a pesca. Muitas dessas medidas, inclusive, aparecem na legislação do defeso, sendo validadas juridicamente, ainda que sem um impacto direto na legislação principal.

Guilherme destacou que a WCS já iniciou uma parceria com o Ministério do Meio Ambiente e está desenvolvendo uma análise sobre o estado de implementação e a situação jurídica dessas ferramentas de gestão, com o objetivo de propor ajustes na legislação e identificar novas áreas que possam ser importantes para a implementação dessas estratégias. Ele afirmou que a recomendação proposta por Jocemar está alinhada com o que a WCS já está realizando, e que a organização possui recursos e capacidade para continuar esse trabalho em colaboração com os órgãos competentes.

O **Sr. Cadu Vilaça** expressou sua opinião sobre a recomendação atual, destacando que, ao encaminharmos um assunto para o grupo técnico-científico, este grupo será responsável por fazer as considerações necessárias sobre as áreas de proteção. Portanto, não é necessário induzi-los nessa direção, já que a recomendação será abordada de forma independente por eles.

Ele mencionou que o grupo técnico-científico está plenamente ciente da questão e que, embora o detalhe sobre onde os búfalos pisam e o enraizamento possa complicar um pouco a fixação, esses aspectos já serão considerados. Cadu sugeriu que a redação da recomendação poderia ser aprimorada, especialmente em relação ao treinamento da pesca da espécie em questão.

Ele enfatizou a importância de um plano de manejo específico para a espécie, abordando a biologia e a ecologia envolvidas. A recomendação deve, portanto, focar na avaliação e desenvolvimento de um plano baseado nessas considerações, ao invés de ser tão genérica.

Em resposta às contribuições anteriores, **Jocemar** abordou a questão da pesca do tambaqui, destacando que o ordenamento da pesca deve cobrir toda a Amazônia e todos os estados envolvidos. Ele mencionou que essa questão foi discutida com o professor na reunião de ontem. Jocemar enfatizou que, inicialmente, o foco não incluía as regiões do Araguaia e Tocantins, mas que isso pode ter mudado.

Jocemar expressou sua preocupação de que o tambaqui possa ser classificado como uma espécie ameaçada. Ele ressaltou a necessidade de ter uma proposta alternativa preparada para lidar com essa possível classificação. Mendonça complementou, explicando que, de acordo com a lei, espécies ameaçadas são proibidas de serem capturadas, comercializadas e armazenadas. Portanto, é essencial ter uma proposta sustentável não apenas para possibilitar a pesca, mas também para recuperar o recurso ao longo do tempo.

O **Professor Marcelo dos Anjos** levantou algumas questões relacionadas ao Grupo Técnico Científico (GTC) e os prazos estabelecidos. Ele destacou que há preocupações quanto à resolução das portarias até dezembro, considerando que estamos em junho. Marcelo observou que, além de receber informações e resolver as portarias, o GTC precisa estar efetivamente preparado para atuar e trabalhar de forma eficaz.

Ele mencionou que a celeridade nas reuniões do GTC pode ser crucial, especialmente para fazer novas recomendações e gerar documentos necessários de forma eficiente. Marcelo ressaltou a importância do trabalho colaborativo e do papel do GTC em avaliar as informações recebidas, fazer novas recomendações e encaminhar as orientações adequadas ao CPG.

Marcelo expressou sua preocupação com a celeridade dos processos, e sugeriu que as reuniões devem ser agendadas e conduzidas de forma a garantir discussões produtivas e rápidas. Ele também destacou que existem pautas nas quais não se sente qualificado para dar orientações e que a análise e discussão dessas pautas devem ocorrer entre agosto e setembro, com a possibilidade de que tudo esteja mais concretizado dentro desse período.

Em continuidade à construção das recomendações, **Jocemar** e a equipe discutiram a criação de um plano de ação emergencial frente às mudanças climáticas. Este plano deve abordar aspectos críticos como o abastecimento de água, alimentação e auxílio emergencial.

Foi destacado que a proposta do plano surgiu a partir das palestras e contribuições recebidas, incluindo a de Adayse. Foi mencionado que o Ministério da Pesca e Aquicultura preparou um plano para o Sul, especificamente para o Rio Grande do Sul, que apresenta diferenças em relação ao plano atual. O impacto desse plano é significativo, afetando não apenas a estrutura e os recursos, mas também a capacidade das pessoas de praticar suas atividades e, conseqüentemente, sua qualidade de vida durante eventos críticos.

Foi enfatizado que o plano deve considerar não apenas a interrupção imediata das atividades de pesca, mas também a destruição do patrimônio das pessoas, como suas casas, equipamentos e estruturas essenciais. No Rio Grande do Sul, o programa implementado pela Casa Civil e pelo Ministério da Pesca e Aquicultura envolveu várias ações ao longo de um ano e meio.

Foi destacada a necessidade de um programa de articulação para lidar com as questões emergenciais, refletindo sobre a experiência do ano anterior para mapear e quantificar os atingidos. A importância de utilizar essas informações para desenvolver um plano eficaz foi ressaltada, dado que já temos a capacidade de identificar e quantificar as áreas afetadas e os municípios que declararam situações emergenciais, tanto de forma antecipada quanto tardia.

O **Sr. Juarez** destacou a importância das ações propostas, ressaltando que elas levam à reflexão sobre os modos de vida simples e menos prejudiciais ao meio ambiente, que acabam sendo impactados negativamente. Ele enfatizou que, além das medidas já discutidas, é crucial implementar um programa de monitoramento para entender como as mudanças climáticas afetam a ecologia aquática e os recursos pesqueiros.

O Sr. Juarez apontou a necessidade de um programa que avalie como as mudanças climáticas influenciam os pulsos de inundação, uma vez que os recursos pesqueiros estão intimamente ligados a esses eventos. Ele compartilhou sua experiência de muitos anos trabalhando com quelônios aquáticos, como a tartaruga tracajá, que são produtos das florestas alagadas e dos cursos de inundação. Segundo ele, a qualidade de um pulso de inundação não deve ser avaliada apenas pelo seu pico, mas também pela sua duração.

Ele enfatizou a importância de modelar como os cenários de mudanças climáticas e as diretrizes da FAO podem afetar os pulsos de inundação e, conseqüentemente, os recursos pesqueiros. O Sr. Juarez argumentou que um programa voltado para a análise de como as mudanças climáticas vão impactar a qualidade dos cursos

d'água e, por extensão, a produtividade pesqueira na Amazônia, é essencial. Ele destacou que a região ainda apresenta o maior consumo per capita de pescado do mundo, o que torna ainda mais urgente a implementação desse programa de monitoramento.

Foi destacado que, complementando a fala do professor Juarez, acredita que o tema das mudanças climáticas deve ser transversal à sustentabilidade da pesca, do camarão e do tambaqui. Segundo essa perspectiva, é essencial que o plano aborde os impactos das mudanças climáticas sobre a ecologia e os eventos extremos que afetam essas espécies.

Foi observado que a questão climática, associada ao desmatamento e à construção de barragens, como é o caso do Rio Tocantins com suas sete barragens, é fundamental. A água é retida em diferentes pontos ao longo do rio, e isso afeta significativamente a qualidade e a disponibilidade da água quando ela chega à última grande barragem, Tucuruí.

Outro ponto importante foi a necessidade de um trabalho detalhado e sistemático para qualificar os impactos das mudanças climáticas de forma intersetorial. Foi mencionado que o grupo está disponível para colaborar e que os impactos devem ser considerados também na economia das comunidades e na saúde pública. A proposta é garantir que os impactos sejam abordados de forma mais eficiente e transformados em políticas públicas, integrando demandas de outros ministérios e órgãos relacionados ao tema.

O Sr. João Paulo de Cortes destacou que, ao se considerar os orçamentos e informações especializadas baseadas em dados oficiais, é possível obter um panorama muito importante, algo que frequentemente não temos nos eventos recentes. Ele enfatizou que o trabalho necessário para elaborar e encaminhar documentos é complexo e desafiador.

Reforçando o que foi discutido anteriormente, o Sr. João sublinhou a importância de compreender como os impactos das mudanças climáticas afetam a pesca, a economia das comunidades e, eventualmente, a saúde pública. Ele destacou a necessidade de um trabalho detalhado e intersetorial para qualificar esses impactos.

O Sr. João Paulo também mencionou que seu grupo está disponível para colaborar e que está iniciando um trabalho com enfoque detalhado e sistemático. Esse trabalho será articulado com as demandas de outros ministérios e órgãos envolvidos no tema, buscando transformar os resultados em políticas públicas efetivas. Ele sugeriu que as recomendações não se restrinjam apenas aos artigos, que podem demorar a ser publicados, mas que se tornem políticas públicas de forma mais eficiente, integradas aos espaços de diálogo, como o atual.

O **Sr. Alessandro** destacou a relevância das políticas públicas para enfrentar desafios enfrentados por sua região, particularmente em relação às barragens e à falta de suporte governamental. Ele compartilhou uma breve história sobre a Zona Franca de Manaus, que é responsável por 110.000 empregos e contribui significativamente para o PIB do estado do Amazonas, com 95% desse PIB concentrado em Manaus. Comparou a situação com Belém, que, apesar de ser a maior cidade do Norte do Brasil, enfrenta desafios com o crescimento urbano e seus impactos.

O Sr. Alessandro mencionou que 95% dos pescadores do estado estão no interior, e destacou que, embora o MPA tenha ajudado 48 municípios com auxílio emergencial, a situação de emergência é crítica. Ele lamentou que as medidas preventivas foram insuficientes, apontando que a antecipação de problemas não recebeu a devida atenção, o que levou à crise atual.

No estado do Amazonas, o governador Wilson Lima preparou medidas paliativas para enfrentar as enchentes, incluindo cestas básicas, auxílio emergencial e antecipação do seguro defeso. Apesar de serem soluções rápidas, o Sr. Alessandro ressaltou a necessidade urgente de um plano a longo prazo para garantir uma

resposta mais eficaz a futuras crises.

Ele enfatizou a importância de um plano emergencial robusto e a necessidade de ações preparatórias para mitigar os impactos das mudanças climáticas. O Sr. Alessandro finalizou destacando que, embora a preparação seja essencial, o custo de manter a floresta em pé é alto, e há um reconhecimento generalizado das dificuldades enfrentadas na Amazônia.

O **Sr. Jocemar** prosseguiu com a discussão, enfatizando a importância de manter a recomendação em pauta. Ele sugeriu que a recomendação fosse apresentada em julho e encaminhada aos membros para contribuições, indicando que seria apropriado discutir a recomendação na próxima reunião. Destacou que a recomendação 7 deveria ser debatida com a professora Dória, observando que o prazo para a recomendação 8 ainda estava pendente.

Jocemar mencionou que, para o segundo semestre, seria necessário discutir a sugestão com os envolvidos e, especificamente, com a equipe de Rondônia, que poderia ter uma agenda mais voltada para a pesca esportiva. Sugeriu também a possibilidade de agendar as reuniões de forma a otimizar a viagem, propondo a verificação do calendário para coordenar as atividades.

Em relação ao plano de manejo de controle dentro da reserva extrativista (RESEX) na região do Rio Guaporé, Jocemar questionou se o tema já havia sido discutido com o Ministério do Meio Ambiente, sugerindo que a presença de espécies invasoras deveria ser tratada de maneira formal. Ele ressaltou a necessidade de revisão da legislação pelo Ministério da Pesca, após o registro formal da espécie como invasora, para regulamentar a pesca, incluindo o tamanho mínimo e a liberação durante o período de defeso.

Em continuidade, Jocemar agradeceu e destacou que a recomendação 9, que foi apresentada ontem, refere-se ao projeto piloto na região do Rio Araguaia, promovido pela Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva. Ele mencionou que a proposta precisa ser encaminhada.

Jocemar complementou que, na apresentação, o conteúdo foi considerado pouco didático, conforme foi observado. A apresentação não estava suficientemente clara e deixava dúvidas sobre o que estava sendo proposto.

A proposta estava disponível no processo, mas houve confusão sobre se era a mesma proposta mencionada anteriormente ou se tratava de uma proposta diferente. Havia uma falta de clareza se a proposta atual correspondia àquela discutida anteriormente, tanto pela SAP quanto por outras instituições envolvidas, e a situação permanecia incerta.

A **Sra. Suelen Brasil**, do MPA, levantou uma dúvida sobre o projeto apresentado, mencionando que, ao refletir posteriormente, percebeu que o projeto poderia ser caracterizado como um projeto de pesquisa. Nesse caso, ela destacou que seria necessário buscar o ICMBio, que é a entidade responsável por autorizar a pesca para fins de pesquisa, e não o MPA. Ela comentou que passou algum tempo pensando nas recomendações e reforçou que, como o projeto foi oferecido no âmbito do CPG Norte, cabe ao comitê analisá-lo com atenção.

Suelen explicou que a realização de pesquisas deve ser conduzida por pesquisadores, que precisam solicitar a devida autorização, sendo que a pesquisa não é realizada por pescadores esportivos ou profissionais, a menos que estejam formalmente cadastrados no processo. Ela exemplificou com sua própria experiência, mencionando que, quando realizava pesquisas, os pescadores que colaboravam no trabalho tinham seus nomes incluídos nas autorizações formais de pesca.

Além disso, Suelen comentou que não foi mencionada a fonte dos recursos financeiros para o projeto e, caso se trate de um projeto de pesquisa, os responsáveis devem solicitar as devidas permissões e seguir as orientações

pertinentes.

O **Sr. Juarez** fez uma observação sobre a fragilidade dos mecanismos de controle e preservação no Rio Araguaia, particularmente na área da Ilha do Bananal e nas terras indígenas. Ele destacou que todos os estudos científicos sobre essa região apontam para uma grande fragilidade ambiental, especialmente no bioma da zona norte. Juarez comentou que, ao avaliar o cenário atual, percebeu que as medidas de controle existentes são insuficientes para a proteção do Rio Araguaia, que já sofre um impacto considerável, inclusive sendo utilizado como balneário por Brasília.

Ele reforçou a opinião de que seria um erro grave autorizar qualquer ação que fragilizasse ainda mais os mecanismos de preservação na região, considerando a proposta descabida.

Juarez também apontou que o turismo desordenado no Araguaia é uma das principais ameaças à reprodução dos quelônios de água doce na região, como tartarugas e tracajás. Ele explicou que esses animais buscam as praias mais altas para desovar, as mesmas que são ocupadas por atividades turísticas, o que impede os animais de completarem esse processo vital. Por fim, ele enfatizou que qualquer iniciativa que tenha o potencial de aumentar o número de turistas na área deve ser tratada com extrema cautela e dentro de um contexto de ordenamento adequado da atividade turística.

O **Sr. Jocemar** mencionou que há duas recomendações relacionadas ao tema em discussão. Ao ouvir os comentários feitos pelos demais participantes, ele observou que, aparentemente, o projeto foi encaminhado aos ministérios pertinentes. Com base nisso, ele sugeriu que talvez não fosse necessário um novo posicionamento sobre o assunto, uma vez que existe um código técnico no próprio ministério que pode fornecer uma resposta adequada. Além disso, a ata refletiria a posição do CPG sobre a questão.

Ele propôs que, em vez de uma nova recomendação, a questão não fosse encaminhada para o GTC, e sugeriu que fosse elaborada uma resposta para a NAP. Caso se trate realmente de um trabalho de pesquisa, conforme mencionado anteriormente pela Sra. Suelen, seria necessário seguir os procedimentos adequados para projetos de pesquisa. Ele destacou que não basta alterar uma normativa para autorizar a execução do que está sendo proposto, sendo necessário seguir o rito estabelecido para pesquisas.

O **Dr. Marcelo dos Anjos** comentou que, em primeiro lugar, é necessário caracterizar o tipo de projeto em questão. Ele destacou que, se for um projeto de pesquisa, talvez não seja da alçada do comitê. Além disso, mencionou que vários apontamentos já foram feitos e explicou que o projeto em questão lhe causa desconforto, embora ele não tenha conhecimento integral do mesmo.

Ele ressaltou que a pesca esportiva é um segmento que tem crescido mundialmente, mas representa um grande perigo, especialmente quando o foco do trabalho é a pesca artesanal. A pesca esportiva pode trazer danos significativos à pesca artesanal, gerando sobreposições e criando situações de conflito que são indesejadas. Por fim, Dr. Marcelo sugeriu que o GTC avalie primeiro o tipo de projeto e sua proposta, para caracterizá-la adequadamente.

O **Sr. Jocemar** mencionou que havia uma recomendação que se relacionava diretamente com a demanda em questão, a qual consistiria em encaminhar o projeto aos membros do comitê. Ele sugeriu que esse encaminhamento fosse feito para esclarecer melhor e garantir mais transparência. Ressaltou que o projeto, que já existe desde 2020, poderia ser disponibilizado para que todos os membros pudessem lê-lo e ter ciência do seu conteúdo.

Ele comentou que, no dia anterior, a apresentação do projeto não foi muito didática, apesar de o apresentador ter sido educado. Por isso, reforçou a necessidade de todos terem acesso ao projeto para entenderem melhor o

assunto. Além disso, mencionou que houve uma outra recomendação, embora os números das recomendações tivessem sido alterados durante a discussão.

Dando continuidade, Jocemar deu início à construção das recomendações voltadas ao Xingu. Durante o processo, foi mencionado que faltavam apenas três recomendações para serem finalizadas. Jocemar ressaltou a importância de solicitar à Coordenação Geral de Territórios a integração no processo de visita às comunidades de Tucuruí, destacando que um processo semelhante já havia sido realizado na região continental, sob a coordenação da Secretaria de Pesca Artesanal. O objetivo seria entender melhor os problemas enfrentados pela comunidade e buscar soluções para questões que se arrastam desde a construção da represa, bem como novos desafios surgidos recentemente.

Jocemar reforçou que, apesar de não estarem diretamente vinculados como diretores ou coordenadores da Secretaria, era necessário registrar a recomendação e garantir que ela fosse atendida o mais rápido possível. Ele também destacou que o comitê apenas recepcionaria a solicitação e que a agenda para setembro já estava prevista.

Em seguida, ele passou para as duas últimas recomendações, que incluíam a primeira sobre o retorno ao território do Xingu, com o intuito de dar continuidade aos encaminhamentos da missão interministerial e discutir a retomada do Acordo de Cooperação Técnica (ACT). Essa recomendação visava iniciar, a partir de agosto, um processo de reconstrução participativa, envolvendo usuários e pessoas afetadas na região.

A segunda recomendação relacionada ao Xingu era direcionada ao Ministério de Minas e Energia, visando discutir a liberação de águas em momentos estratégicos para beneficiar o rio, uma prática já observada em outras regiões, como no Rio São Francisco. Jocemar sugeriu que um trabalho semelhante poderia ser iniciado no Xingu.

O **Sr. Benedito** mencionou que um trabalho similar já havia sido iniciado anteriormente, embora houvesse dúvidas sobre seu andamento. Ressaltou que o ciclo de secagem dos rios ocorre rapidamente, afetando diretamente o ciclo de desova dos peixes. Segundo ele, esse descontrole das águas, causado pela abertura e fechamento das comportas, contribui para a perda de várias espécies de peixes.

Benedito destacou que as grandes empresas energéticas têm papel crucial nesse cenário e, portanto, seria necessário um controle maior sobre o uso das águas, principalmente no início da semana, quando o consumo energético aumenta. Ele sugeriu que o controle deveria ser ampliado para evitar que os pescadores, que dependem dos rios, fiquem sem recursos.

Ele também falou sobre as dificuldades enfrentadas pelos pescadores, como problemas de alimentação e acesso à água, agravados pelo manejo inadequado dos recursos hídricos. Benedito reforçou que a presença do Ministério seria importante para unificar lideranças e estabelecer diretrizes para melhorar a situação dos pescadores.

A respeito das hidrelétricas, o **Sr. Juarez** criticou o conceito de usinas "a fio d'água", considerando-o uma falácia técnica, uma vez que, na prática, não se consegue imitar o fluxo natural dos rios. Ele explicou que o sistema de controle das águas, operado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), não permite uma adaptação do ecossistema aquático, o que afeta diretamente os peixes e suas migrações naturais.

Juarez finalizou dizendo que, para mitigar os impactos das hidrelétricas já existentes, seria necessário estudar o padrão fluviométrico histórico dos rios e tentar mimetizar esse fluxo, reduzindo os danos tanto para os peixes quanto para as populações humanas que sempre viveram associadas aos rios. Ele defendeu que a água deve ser valorizada mais por seu papel vital do que apenas por seu uso na geração de energia, ressaltando a necessidade de buscar alternativas melhores para o manejo das barragens.

O **Dr. Marcelo dos Anjos** questionou se a recomendação que ele fez sobre a apresentação da nova metodologia de monitoramento da pesca artesanal seria aceita. Em resposta, Bianca Larissa disse que a sugestão ficaria sinalizada em ata e seria avaliada para a próxima reunião do CPG.

Por fim, **Juarez** pontuou a importância de se construir um hidrograma de consenso, especialmente para a Volta Grande do Xingu, destacando os impactos severos na região de redução de vazão, que haviam sido previstos desde o início do projeto. Segundo ele, os coordenadores envolvidos no setor de pesca alertaram que as condições de vida na área seriam insustentáveis caso o empreendimento fosse construído com esse modelo de redução de vazão. Juarez reforçou que, apesar da hidrelétrica ter sido construída, agora é necessário criar um hidrograma consensual, de forma participativa com a sociedade, e não apenas aceitar as demandas da empresa.

Ele mencionou o exemplo do "hidrograma da Piracema", que buscava mimetizar o ciclo natural do rio para permitir a reprodução dos peixes e suas migrações tróficas. No entanto, a empresa apresentou um argumento alegando que esse hidrograma resultaria em uma perda de 42% da energia gerada e um prejuízo de R\$160 milhões por ano. Juarez ironizou a resposta da empresa, destacando que, em comparação ao respeito pela Constituição e pelo modo de vida das populações locais, esses números parecem insignificantes.

Ele ressaltou que o hidrograma de Belo Monte precisa ser revisto e que essa recomendação deveria ser clara nas decisões. Segundo Juarez, a construção da barragem alterou o sistema natural e a população não estava preparada para viver nessa nova realidade. Ele destacou a necessidade de realizar um estudo que analise o que era antes e o que está acontecendo agora, para que se possa agir de maneira adequada e registrar essas recomendações para futura articulação e inclusão na pauta de discussões.

Antes das discussões para decidir a data e o local da próxima reunião do CPG, **a Sra. Sandra Maria Aguiar Lopes Pereira** solicitou a palavra. Ela destacou a necessidade de repensar o monitoramento, mencionando que ele muitas vezes não possui uma representatividade adequada. Sandra enfatizou a importância de considerar as pessoas que vivem nas regiões afetadas.

Ela pediu desculpas caso tenha se expressado mal ao mencionar desvios de recursos dentro de uma cooperativa, explicando que realmente houve desvios, mas que é necessário apurar se a ação foi de má-fé ou se apenas ocorreu uma mudança de planos durante o processo. Como exemplo, mencionou uma situação onde, ao invés de construir uma cisterna conforme o planejado, foi decidido construir um poço, o que trouxe um valor agregado maior, porém não seguiu o plano de trabalho original.

Sandra continuou ressaltando a problemática relacionada ao monitoramento, observando que em várias áreas de pesquisa a empresa envolvida na criação de cooperativas também é responsável por elaborar o plano de trabalho, fiscalizar, monitorar e avaliar o processo, o que, segundo ela, representa um conflito. Ela sugeriu que o Ministério poderia contribuir envolvendo as comunidades locais, ao invés de permitir que a empresa controle todo o processo.

A Sra. Sandra criticou as audiências públicas realizadas, apontando que essas reuniões muitas vezes são controladas pela própria empresa, desde a pauta até a convocação. Ela pediu que, ao discutir o monitoramento, sejam incluídas colônias e cooperativas, mas também as pessoas que vivem nas margens dos rios, que muitas vezes não se sentem representadas ou não têm a oportunidade de falar.

Ela sugeriu a criação de um grupo de lideranças ribeirinhas e reforçou a importância de uma ação conjunta entre o MPA, o INCRA, a Marinha e outros órgãos, mencionando sua preocupação com os despejos frequentes que ocorrem, especialmente no estado do Pará. Sandra também mencionou a construção da hidrovía, comparando a situação atual com a da barragem de Tucuruí, que ainda gera impactos nas comunidades locais.

Ela alertou que muitas das ordens de despejo e prisões nas comunidades ribeirinhas são resultado de decisões impostas de cima para baixo, e que as populações locais, muitas vezes, são tratadas como réus em

processos judiciais, enquanto os verdadeiros responsáveis, como donos de fazendas, nem sempre são do Pará.

Sandra finalizou reforçando a necessidade de monitoramento com representatividade real e poder de fala, agradecendo a Jocemar e aos membros da colônia pela oportunidade de se manifestar, e sugeriu que, em futuros encontros, a colônia e outras entidades representativas dos pescadores sejam incluídas nas discussões.

Após a fala do Sr. Juarez, foi concluído o momento da construção das recomendações da terceira sessão ordinária do CPG Norte. Foram definidas 13 recomendações que estão descritas na tabela abaixo.

4. RECOMENDAÇÕES DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CPG NORTE

RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL (Nome/instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENTO
REC 1/2024: Solicitar à EMBRAPA e SEPAQ Amapá informações sobre a situação do camarão amazônico (<i>Macrobrachium amazonicum</i>).	CPG Norte	Julho
REC 2/2024: Solicitar ao GTC Norte um parecer sobre a biologia, ecologia e pesca do camarão amazônico (<i>Macrobrachium amazonicum</i>), com indicações para o ordenamento da atividade.	GTC Norte	Setembro
REC 3/2024: Elaboração da proposta de ordenamento pesqueiro do camarão amazônico (<i>Macrobrachium amazonicum</i>).	MPA, MMA, SEDAP PA, SEPAQ AP	Até a próxima reunião.
REC 4/2024: Disponibilizar aos membros os dados sobre a situação do tambaqui (<i>Colossoma macropomum</i>).	CPG Norte	Agosto
REC 5/2024: Solicitar ao GTC um parecer sobre a biologia, ecologia e pesca do tambaqui (<i>Colossoma macropomum</i>), com indicações para o ordenamento da pesca do tambaqui	CPG Norte	Outubro
REC 6/2024: Criar um plano de ação emergencial frente às mudanças climáticas, considerando o abastecimento de água, alimentação e auxílio emergencial para pescadores(as) artesanais.	MMA/MPA	Julho
REC 7/2024: Discutir com o IBAMA, MMA e SEDAM sobre o controle da pesca do pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>) nos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, Rondônia.	CPG Norte	Até a próxima reunião

REC 8/2024: Tratar com a SEDAM e Assembleia Legislativa sobre a revogação/revisão da Lei 2508 de 02 de julho de 2008, considerando as limitações à pesca artesanal.	MPA e MMA	Segundo Semestre
REC 9/2024: Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva (ANEPE) encaminhar a proposta do Projeto Piloto de Pesca Esportiva no Rio Araguaia ao MPA e MMA.	CPG Norte/ANEPE	Julho
REC 10/2024: Encaminhar aos membros a proposta da Associação Nacional de Ecologia e Pesca Esportiva (ANEPE), que versa sobre o Projeto Piloto de Pesca Esportiva no rio Araguaia no período de defeso	CPG Norte	A definir
REC 11/2024: Solicitar à Coordenação-geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas visita às comunidades pesqueiras do Lago Tucuruí.	CPG Norte	Setembro
REC 12/2024: Retorno ao território do Xingu a fim de dar continuidade aos encaminhamentos da missão interministerial e discutir, no território, a retomada da ACT com Belo Monte.	MMA, MDA	Agosto
REC 13/2024 Solicitar ao Ministério de Minas e Energia informações sobre os padrões fluviométricos e seus impactos sobre a produtividade pesqueira nas hidrelétricas de Belo Monte e Tucuruí	CPG	Julho

Tabela 01. Recomendações da 3ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias Amazônica e Tocantins-Araguaia - CPG NORTE da Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros - Rede Pesca Brasil, ocorrida de forma mista pela plataforma google meet, nos dias 26 e 27 de junho de 2024, em Belém/PA.

Próxima reunião/ Mês: 25 a 29 de novembro.

Locais sugeridos: Macapá.

5. DEFINIÇÃO DE DATA DA 3ª SESSÃO DO CPG NORTE

Jocemar Mendonça informou que o evento ocorrerá na segunda quinzena de novembro, sugerindo que fique entre os dias 18 e 29. Ele reforçou que não seria na terceira semana, mas na última semana de novembro, e solicitou que fosse considerado este período. Além disso, mencionou a possibilidade de realizar a quarta sessão do CPG Norte na cidade de Macapá, Amapá, destacando que o local abriga cerca de 7.000 pescadores e que está começando um novo projeto com a Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura (Sepa). Para ele, seria importante também motivar os habitantes de Macapá sobre a questão da pesca.

Jocemar ressaltou que, embora a logística possa ser desafiadora, o grupo sempre busca realizar reuniões

em locais importantes, mesmo quando há complicações. Ele mencionou como exemplo uma reunião anterior realizada em Petrolina, que apresentou dificuldades logísticas, mas foi possível atender à demanda. Também comentou que em capitais, como Macapá, a logística costuma ser mais simples, embora existam desafios relacionados aos transportes de chegada e saída.

Ele sugeriu realizar o evento na última semana de novembro, entre os dias 25 a 29, embora ainda houvesse plenárias do Nordeste ocorrendo nessa mesma semana, o que exigiria uma divisão da equipe para conseguir atender ambas as agendas. No entanto, deixou claro que a data e o local seriam confirmados posteriormente para todos os participantes.

6. ENCERRAMENTO

Jocemar concluiu agradecendo a todos pela participação e pelo esforço em participar da reunião virtual. Solicitou que todos assinassem a lista de presença e deu por encerrada a reunião, reforçando o compromisso do grupo em continuar trabalhando em conjunto.

Sem outros temas ou manifestações, e antes de formalizar o encerramento da sessão, o Coordenador convidou todos os presentes no auditório e na videoconferência para participarem de um registro fotográfico da reunião.